UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DO ACONSELHAMENTO

Atitude dos parceiros sobre o fenómeno da violência doméstica, dependendo da duração da relação do casal.

(Dissertação de mestrado em psicologia clínica e do aconselhamento)

Diana Pascal – 20080423

ORIENTADOR: Professor Doutor **José Manuel Gouveia Paz**

Universidade Autónoma de Lisboa

COORIENTADOR: Professora Doutora **Svetlana Rusnac**

Universidade Livra Internacional da Moldávia

Lisboa, Julho - 2013

Agradecimentos

A elaboração desta tese de mestrado contou com a colaboração de pessoas a quem gostaria de agradecer e destacar:

O meu orientador **Professor Doutor José Manuel Gouveia Paz**, por acreditar em mim, mostrar-me o caminho da ciência, confiando no futuro deste trabalho. Suas participações foram fundamentais para a realização desta dissertação.

A minha coorientadora **Svetlana Rusnac,** pela colaboração no meu trabalho e apoio espiritual.

O **Professor Jorge Maria** pela participação nesta tese.

A **minha família**, a qual amo muito, pelo carinho, paciência e incentivo.

As minhas amigas: **Lisandra Caley, Valeria Silva, Cátia Francisco**, que sempre estiveram presentes, que sempre me apoiarem me aconselharem e tiverem paciência comigo. Amigas que amo muito!

Agradeço também a uma pessoa especial **Henriqueta da Graça Pereira Carolo,** que me apoiou, que me ajudou muito, com a sua paciência.

A todos os **professores** que me conhecerem, que me oferecerem paciência, compreensão, e apoio, guiando-me com rigor científico.

A **Deus** por me amparar nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar os caminhos nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

Este estudo visa analisar a ocorrência da atitude dos parceiros no fenómeno da violência doméstica, dependendo da durabilidade da relação do casal, nomeadamente identificar a influência da duração da relação na implicação direta com as atitudes e comportamentos relacionais, numa amostra de 100 participantes.

Os sujeitos são de ambos os sexos, com idades iguais ou superiores a 30 anos (=>30), e 54 pessoas com idades até aos 30 anos de idade (<=30).

Após as respectivas autorizações de participação, foram aplicados os seguintes instrumentos: *Questionário Social* (*O que você sabe sobre o fenómeno da violência domestica*?); Teste de autoeficácia geral (*Autoeficácia geral* - Sherer (GSESH); Questionário, que estabelece o grau de expressão da sintomática psicopatológica (*Symptom Check LIST-90- Revised – SCL-90-R*); *Teste de confiança Romek V.G*; *Teste de hostilidade*.

A análise teórica mostra que o fenómeno da violência doméstica é um problema atual na Republica da Moldávia, que afecta a integridade humana. A sociedade desenvolve certos comportamentos e estruturas cognitivo – afetivas em relação ao fenómeno em questão, que oscila entre os pólos de tolerância e intolerância.

Palavras-chave: violência doméstica, família, durabilidade de casal, individuo, atitude.

Abstract

This study examined the attitude's occurrence of insight partners, in what concerns the phenomenon of domestic violence, depending on the durability of the couple's relationship, in particular to identify the influence that lasts on the relationship in direct involvement with the relational attitudes and behaviors on a sample of 100 participants.

The subjects are both sexes, such as aged equal and less than 30 years inclusive (=<30) and 54 people aged up and equal to 30 years of age (>=30). After the respective commitments of participation, we used the *Social Questionnaire* instrument *(what do you know about the phenomenon of domestic violence?); General auto-efficacy General-Sherer (GSESH); Symptom Check LIST-90-Revised-SCL-90-R); Confidence test Romek V.,G.; Test of hostility*.

Theoretical analysis shows that the phenomenon of domestic violence is a current problem in the Republic of Moldova, which affects human integrity. The local society develops certain behaviors and cognitive-affective structures in relation to the phenomenon in question, which oscillates between the poles of tolerance and intolerance

Keywords: domestic violence, family, durability of relationships, individual, attitude.

Índice

Enquadramento Teórico....4
Capítulo I -....6
Violência domestica – enquadramento histórico e conceptual....6
Contexto internacional na abordagem da violência doméstica....7
Focalização das explicações sobre a origem da violência....8
Perspectivas teóricas que explicam a etiologia da violência doméstica....15
O comportamento violento é uma forma de manifestação da agressão....16
O que causa a violência domestica? Explicações teóricas sobre este fenómeno....18
Os fatores de risco que facilitam o desenvolvimento da violência contra as mulheres....26
Dimensão de género de violência doméstica....28
Opinião da população moldava em geral sobre o fenómeno da violência doméstica....30
O impacto do ambiente social, sobre a violência domestica....32
Violência doméstica contra a mulher, entre visibilidade e sensibilização social....35
A aceitação social de determinados níveis de violência e justificação contextual da mesma....37
Conceito de Atitude. Atitude em relação a violência domestica....39
Quadro Legislativo/ Regulador da Violência Domestica....41
Como se trata o problema da violência doméstica? A legislação local....41
Estudo Empírico....45
Formulação do problema....46
Objetivos....46
Amostra....47
Instrumentos....48
Procedimento....53
Investigação social....55
Questionário que estabelece o grau de expressão da sintomatologia psicopatológica (*Symptom Check LIST-90-Revised – SCL-90-R*)....69
Teste de autoconfiança, Romek V.G....77
Teste de hostilidade....82
Discussão dos resultados das pesquisas experimentais....92

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Descrição da amostra, N = 100, % 48

Gráfico 2 – Médias da autoeficácia por pessoa, para duas amostras independentes: Mulheres e Homens 62

Gráfico 3 – Média da autoeficácia da pessoa para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. 64

Gráfico 4 – Média da autoeficácia das pessoas para duas amostras independentes: os parceiros de casais com a duração da relação até 10 e mais de 10 anos de idade. 66

Gráfico 5 – Média do grau de expressão da sintomatologia psicopatológica em duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 70

Gráfico 6 – Média do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 78

Gráfico 7 – Média de nível de autoconfiança para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. 79

Gráfico 8 – Média do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: parceiros de casal com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos 81

Gráfico 9 – Média do nível de hostilidade para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 83

Gráfico 10 – Média dos níveis de hostilidade para duas amostras independentes: pessoas com idade até 30 anos e mais de 30 anos. 86

Gráfico 11 – Média do nível de hostilidade para duas amostras independentes: casais com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos. 88

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Modelo da abordagem ecológica de compreensão da violência, adaptado de L. Heise, 1998 8

Tabela 2 – Fatores associados ao risco de desenvolvimento de conduta violenta 26

Tabela 3 – Representação social da violência doméstica (em %) 55

Tabela 4 – Crenças estereotipadas sobre a violência doméstica (em %).....56

Tabela 5 – Atitudes em relação à violência doméstica (em %) 57

Tabela 6 – Conselhos para as vítimas de violência doméstica (em %) 58

Tabela 7 – Lugar de acolhimento seguro para ajudar as vítimas de violência doméstica (%). 59

Tabela 8 – Tipologia do fenómeno da violência doméstica (%). 60

Tabela 9 – Auto eficácia dos fatores globais. Amostra total N = 100% 60

Tabela 10 - Fatores da autoeficácia geral da pessoa, para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 61

Tabela 11 – Comparação estatística das médias da autoeficácia da pessoa, para duas amostras independentes: Mulheres e Homens 62

Tabela 12 Fatores da autoeficácia geral da pessoa para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. 63

Tabela 13 – Comparação estatística de autoeficácia geral de duas amostras: indivíduos com idade até 30 anos e mais de 30 anos. 64

Tabela 14 – Fatores da autoeficácia geral da pessoa para duas amostras independentes: parceiros dos casais com a duração da relação até 10 e mais de 10 anos de idade. 65

Tabela 15 – Comparação estatística das médias com referência a autoeficácia das pessoas em duas amostras independentes: parceiros de casais com a duração da relação até 10 e mais de 10 anos de idade. 66

Tabela 16 – Correlação estatística de dados sobre a autoeficácia da pessoa e atitudes em relação à violência doméstica. 68

Tabela 17 – Determinação do grau de expressão de desordens sintomáticas para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 69

Tabela 18 – Comparação estatística de médias com referência ao grau de expressão da sintomatologia psicopatológica de duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 71

Tabela 19 – Determinação do grau de expressão para duas amostras independentes de desordens sintomáticas: pessoas com idade até 30 anos e mais de 30 anos. 72

Tabela 20 – Comparação estatística das médias com referência ao grau de expressão da sintomática psicopatológica de duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. 73

Tabela 21 – Determinação do grau de expressão das desordens sintomáticas para duas amostras independentes: parceiros de casais com durabilidade da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos. 74

Tabela 22 – Comparação estatística das médias com referência ao grau de expressão da sintomática psicopatológica de duas amostras independentes: casais com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos. 75

Tabela 23 – Correlação de dados estatísticos sobre a manifestação dos sintomas paranóicos nos participantes e atitudes em relação à violência doméstica. 76

Tabela 24 – Estabelecer o nível de autoconfiança da pessoa para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 78

Tabela 25 – Comparação estatística das médias do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 78

Tabela 26 – Estabelece o nível de autoconfiança da pessoa para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. 79

Tabela 27 – Comparação estatística do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. 80

Tabela 28 – Estabelecer o nível de autoconfiança da pessoa para duas amostras independentes: parceiros de casal com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos. 80

Tabela 29 – Comparação estatística das médias do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: parceiros de casal com durabilidade da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos. 81

Tabela 30 – Estabelece o nível de hostilidade para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 82

Tabela 31 – Comparação estatística das médias dos níveis de hostilidade para duas amostras independentes: Mulheres e Homens. 83

Tabela 32 – Estabelecimento do nível de hostilidade para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. 85

Tabela 33 – Comparação estatística das médias dos níveis de hostilidade para duas amostras independentes: pessoas com idade até 30 anos e mais de 30 anos. 86

Tabela 34 – Estabelecimento do nível de hostilidade para duas amostras independentes: parceiros de casal com durabilidade da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos. 87

Tabela 35 – Comparação estatística das médias do nível de hostilidade para duas amostram independentes: casais com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos. 88

Tabela 36 – Correlação estatística dos dados sobre o nível de hostilidade da pessoa e das atitudes de violência em família. 89

Tabela 37 – Crenças estereotipadas sobre a violência doméstica. 94

Tabela 38 – Atitudes em relação à violência doméstica 96

Tabela 39 – Conselhos para as vítimas de violência doméstica. 97
Tabela 40 – Lugar de acolhimento seguro para ajudar as vítimas de violência doméstica. 98
Tabela 41 – Tipologia do fenómeno da violência doméstica 98

Atitude dos parceiros sobre o fenómeno da violência doméstica, dependendo de duração da relação do casal.

"Nossas atitudes escrevem nosso destino.

Nós somos responsáveis pela vida que temos.

Culpar os outros pelo que nos acontece é cultivar a ilusão.

A aprendizagem e nossa e ninguém poderá faze-la por nos, assim como nos não podermos fazer pelos outros.

Quanto mais depressa aprendermos isso, menos sofreremos."

(Zibia Gasparetto)

"A não-violência leva-nos aos altos conceitos de ética, o objetivo de toda a evolução. Até pararmos de prejudicar todos os outros seres do planeta, nós continuaremos selvagens."

(Thomas Edison)

Introdução

Nos últimos anos, a Republica da Moldávia organizou uma série de ações visando o reconhecimento da violência doméstica como uma questão social importante**.** Assim, as estruturas estatais, em colaboração com ONGs e organizações internacionais organizaram diversas atividades para informar e educar o público sobre a violência doméstica.

As teorias cognitivas, e em especial a Teoria Cognitiva de Beck (1979-1990), defendem portanto que não são situações em si que determinam as emoções e sentimentos do indivíduo, mas sim a forma como este vai interpretar essas mesmas situações.

Na inexistência de literatura científica com este tipo de delineamento experimental, não possuímos uma base teórica suficientemente sólida, que nos permita formular hipóteses experimentais. Assim este trabalho teve um carácter exploratório, e foi guiado por objetivos de investigação que traduzem as questões consideradas mais pertinentes.

No estudo "*Avaliação rápida sobre o fenómeno da violência doméstica na Moldávia*" elaborado pelo Centro Internacional "La Estrada" (2007) foram analisadas apenas as necessidades das mulheres vítimas de violência doméstica. Este estudo foi o primeiro passo que me ajudou na elaboração deste trabalho.

Segundo o estudo da Companhia *Magenta Consulting SRL* (2007) em colaboração com Centro Internacional *La Estrada* foi efetuado mais um estudo: *Estudo sobre a opinião pública sobre a violência doméstica*.

Este estudo foi o impulso para o desenvolvimento do nosso trabalho. Para uma compreensão mais abrangente dos efeitos desta problemática da violência domestica, insistiremos mais sobre esta temática, onde tentamos perceber qual a atitude dos parceiros no fenómeno da violência doméstica, dependendo da durabilidade de casal, para que possa futuramente ser mais desenvolvida, nos seus vários campos (sociais, culturais, religiosos, etc.).

As atitudes são conceitos extremamente interessantes na medida em que já foi demonstrado empiricamente que são extremamente fortes na influência sobre o comportamento e processos de tomada de decisão do indivíduo, quer seja de forma direta ou indireta (Ajzen, 1988, & Fazio, 1990).

Os conceitos de atitude podem ser utilizados para compreender uma grande variedade de fenómenos, entre os quais se conta uma problemática atual de extrema relevância: como a violência domestica. Este tipo de violência, pelas suas características e especificidades, revela-se de difícil definição e o seu estudo reverte-se de algumas particularidades.

A violência doméstica é um problema muito sério na República da Moldávia. Estatísticas oficiais destacam isso, não obstante, não refletem a situação real no campo, uma vez que as autoridades moldavas não têm dados oficiais sobre a percentagem de violência familiar.

Este fenómeno é, tradicionalmente aceite, ou seja, a maior parte dos incidentes de violência doméstica ocorrem na "intimidade/privacidade" da casa e não são entendidos como uma violação dos direitos humanos, mas sim como um conflito familiar. As vítimas de violência doméstica inserem-se em grupos específicos: crianças, idosos, homens, todavia, na maioria dos casos, são mulheres o grupo alvo.

Infelizmente o mecanismo de recolha de dados estatísticos neste capítulo, a nível oficial, é ainda imperfeito. Ainda assim, estudos recentes, obtidos a partir de algumas recolhas de dados registados, mostram que 30% das mulheres com idade entre 16 – 35 anos são vítimas de violência doméstica. Os dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Administração Interna moldavo incluem apenas casos de mortes e lesões graves. Outros dados não registados incluem casos de violência doméstica de natureza psicológica, ascética, religiosa, económica, até mesmo sexual, e excedem, em muito, as estatísticas oficiais. Apesar de tudo, as estatísticas não oficiais, certificam a amplitude do fenómeno e, dado que a

legislação nacional tem, no momento, ainda um carácter declarativo, a falta de mecanismos para a implementação da legislação e dos recursos financeiros necessários são uma realidade. Nos últimos anos, a Moldávia tem organizado uma série de ações destinadas a reconhecer a violência doméstica como uma questão social importante. Assim, as estruturas do Estado, em colaboração com ONGs e organizações internacionais, organizaram diversas atividades para informar e educar o público sobre a violência doméstica.

Pode ser constatado, embora com grande reserva, que essas ações conduzem a algumas mudanças de mentalidade, afirmando atitudes intolerantes contra a violência doméstica e, aqui, nós podemos confiar no conhecimento empírico social. É por isso que decidimos estudar atitudes em relação à violência doméstica, limitando-nos a uma amostragem de entrevistados direcionados para os *parceiros de casal*. Consideramos, também, que a duração da relação de um casal pode ser uma variável que influencia essas atitudes, por isso, optamos por apresentá-lo na pesquisa.

Enquadramento Teórico

Pertinência do estudo

Porque o problema da violência doméstica, na República da Moldávia, é ainda muito pouco estudado e porque se procedem a muitas conjeturas, decidimos elaborar um estudo sobre as atitudes da violência doméstica e limitarmo-nos, apenas, aos parceiros de casal.

Como consideramos também que a durabilidade da relação de um casal pode ser uma variável importante que influencia essas atitudes, optamos por apresentá-lo na pesquisa.

Pretendemos, com esta investigação, constituir bases para o desenvolvimento de pesquisas futuras que possam contribuir para o apoio a pessoas que sofram de violência doméstica.

Capítulo I -

Violência domestica – enquadramento histórico e conceptual

Desde os princípios da Humanidade que encontramos relatos e registros na história de episódios de violência e maus-tratos exercidos sobre indivíduos naturalmente mais vulneráveis. Esta e uma realidade que vem acompanhado a evolução do Homem, ao longo dos séculos, atravessando fronteiras geográficas, ideológicas, raciais e culturais.

O conceito de violência doméstica é relativamente recente, reportando à década de 70 do século passado. Os termos violência doméstica e violência entre parentes, são usados para se referir a qualquer ato que está comprometido com a intenção de ferir ou prejudicar a pessoa fisicamente, com quem o indivíduo se relaciona do ponto de vista jurídico ou como parente próximo por sangue. Gelles & Straus, (1988) e Hartmann (1981) mencionam que a família é o lugar onde coexistem "pessoas que tem interesses e atividades diferentes, e que no decorrer deste processo entram em conflito". Outros especialistas definem a *violência doméstica* como "qualquer acto violento cometido por uma pessoa que assuma o papel conjugal, sexual, parental ou de cuidador relativamente a outras pessoas com papéis mútuos". (Stith e Williams, 1990).

De um ponto de vista clínico, uma definição amplamente aceita de violência doméstica, é feita por Stark e Flitcraft (1996), que considera que "é uma ameaça ou um desafio, que teve lugar no presente ou no passado, de um dano físico no contexto das relações entre os parceiros, independentemente da sua forma jurídica ou causa.

Embora a violência doméstica seja um fenómeno que sempre acompanhou a construção e a dinâmica da família, a atenção sobre este do poder judicial e ciências sociais, é recente. Somente nos últimos vinte anos, as ciências sociais e o direito, assim como as normas internacionais fazem referência a violência doméstica.

A abordagem do fenómeno da violência doméstica foi posteriormente ampliada, entre profissionais e comunidades de interesse para a prevenção da mesma.

Maria Roth – Szamoskozi (2005) disse, que a violência é universalmente presente, mas também condenada, pois afeta a vida humana, tanto a nível interpessoal como social.

No nível interpessoal por actos de delinquência, actos de criminalidade, violência física, emocional e psicológica das pessoas (membros da família ou fora), e ao nível social: guerras, a desigualdade social, de conflitos, conflitos entre comunidades e as nações.

Numa visão completa sobre a abordagem ao fenómeno da violência doméstica dentro de uma sociedade será necessário considerar:

1. Representação social do fenómeno a nível das empresas, no mundo laboral;
2. Os serviços destinados ao fenómeno e legislação aplicável;
3. Situação económico-social.

A violência doméstica é um problema global, enfrentado por todos os países do mundo, bem escondido e disfarçado através de muitas representações erróneas do papel tradicional de homens e mulheres na família e na sociedade.

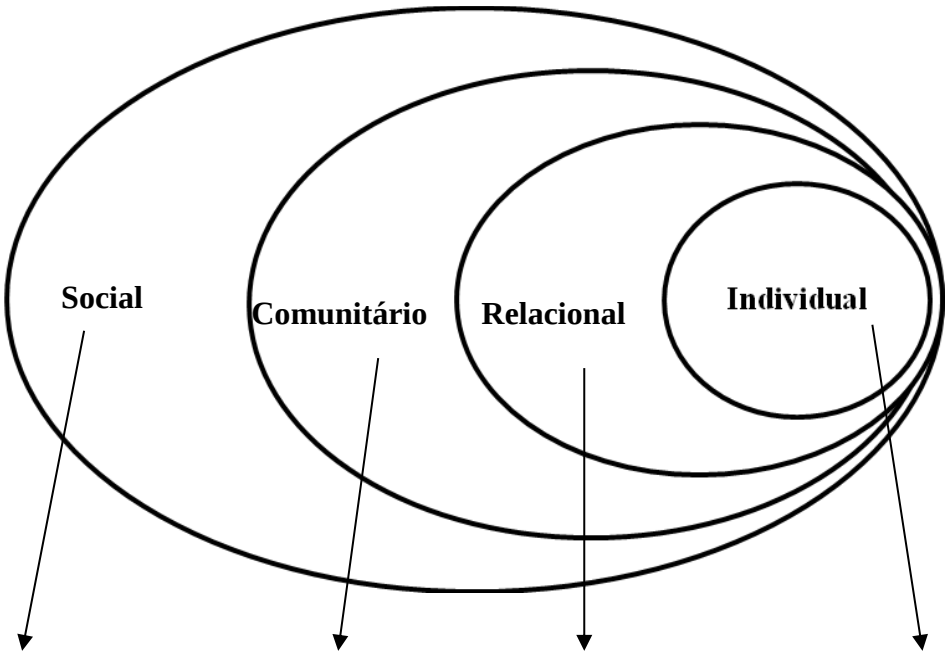
A violência contra a mulher é conhecida também, por várias outras definições, entre elas: violência de género, violência doméstica e violência conjugal. S. L. Rovinski (2004) acentua que a dificuldade de definição concetual, pode prejudicar os dados das pesquisas sobre a incidência e prevalência do fenómeno e também dificultar as intervenções propostas, sendo este fato uma preocupação da Organização Mundial de Saúde (OMS)

Contexto internacional na abordagem da violência doméstica

A nível internacional, não há um documento especial (por natureza resultando de um ato normativo) que seria especificamente de combate à violência doméstica e, por conseguinte, conteria uma definição da noção de determinado. Atualmente, dos actos

legislativos internacionais, podemos citar a Convenção internacional dos Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, adotada em 18 de Dezembro de 1979, à qual aderiu a República da Moldávia (em vigor para a Moldávia desde 31.07.1994). Nada neste documento é relevante, não encontramos uma definição específica do fenómeno.

Focalização das explicações sobre a origem da violência



— Desenvolvimento de políticas sociais para proteger as vítimas de violência; — Mecanismos sociais e legislativos de sanção a violência; — Perfil social dos papéis de homens e mulheres; — Situação da sociedade	— Valor social da mulher e a família; — Integração familiar em redes sociais — Serviços sociais — Graus de aceitação da violência — Relatório público-privado.	— Modalidades de interação e gestão de conflitos; — As normas sociais na distribuição de potência; — Nivelo socioeconómico da família; — Modelos de relacionamento em família.	— Qualidade de testemunha, vítima ou de violência na infância; — Patologia individual; — As características pessoais; — O nível de frustração e estresse.

Tabela 1 - Modelo da abordagem ecológica de compreensão da violência, adaptado de L. Heise, 1998

O Modelo Ecológico L. Heise (1998) fornece uma estrutura útil, pois reconhece que a violência é o resultado de uma interação complexa entre indivíduo, relacionamento,

comunidade e fatores sociais. Ele ilustra as múltiplas causas e fatores, que entram em jogo para as mulheres, quando os homens cometem a violência.

As explicações sobre o uso da violência contra as mulheres em seus relacionamentos podem ser agrupadas em quatro categorias:

1) Explicações focalizadas no individuo e em experiências da infância (Dallas R. & McLaughlin, E. 1983)

As explicações focadas na aprendizagem do comportamento violento como resultado de experiências da infância são baseadas na ideia de que uma pessoa que tenha sofrido violência na infância é incapaz de controlar suas emoções e desenvolver relações interpessoais de comunicação e confiança (Holtzworth – A. Munroe, G. L. Stuart, & G. Hutchinson, 1997).

Por exemplo Harlow (1965) e Lorenz (1970) afirmam que não só entre as aves, mas também entre os mamíferos, os filhotes criavam vínculos com uma figura de ligação, apesar de não serem alimentados por essa fonte.

Essas investigações mostram com convicção que a criança humana une-se à mãe (ou ao seu substituto) por mecanismos análogos ou semelhantes aos que ocorrem no mundo animal, o que não significa uma redução do homem ao animal. Portanto a partir das pesquisas realizadas pelo enfoque etológico, o modelo animal, inverteu o seu significado.

Os pesquisadores sustentam a ideia de que a violência em geral e a violência familiar, em particular está correlacionada com o impacto dos fatores psicológicos gerados a partir de experiências da infância. Muitos dos primeiros têm revelado através de suas pesquisas, uma relação direta entre as experiências da violência doméstica na infância, e os índices de criminalidade. As crianças vítimas de abuso, têm um certo risco de desenvolver uma rota delinquente, na maturidade. (Bolton, Reich & Gutierres, 1997; Alfaro, 1981, Geller & Ford-Somma, 1984).

McMahon & ClayWerner (2002), fazendo uma análise desses estudos que suportam a relação entre as experiências da infância e comportamento delinquente na vida adulta, diz que na base das explicações, está a teoria do desenvolvimento do apego da criança. O desenvolvimento do comportamento violento na idade adulta, e criminalidade extrema são feitos à custa do fracasso do desenvolvimento de uma relação de apego da criança com os pais, positivamente correlacionado com a percepção de um estado de confiança e harmonia, em situações em que essa relação não se desenvolve devido ao comportamento agressivo e às atitudes dos pais. O sentimento de apego e segurança da criança é assim afetado e a criança pode tornar-se hostil e agressiva. A aceitação deste modelo explicativo, das causas do desequilíbrio no desenvolvimento do apego, remete-nos em ambos os autores para a análise da violência, não só em relação a situações de abuso infantil, mas também para a vivência das situações, nomeadamente onde a criança vive, separada dos pais sendo colocada num lar adotivo, onde a criança muitas vezes passa de um substituto da mãe para outro, bem como, as situações de crescimento das crianças em famílias desorganizadas.

A explicação da violência, baseada em disfunção familiar durante a infância não é suportada pela unanimidade dos pesquisadores; nomeadamente aqueles que exploraram o desenvolvimento da criança, em situação do divórcio dos pais, separação ou morte, argumentando que nestes tipos de famílias estão presentes fatores que contribuem significativamente para os desequilíbrios no desenvolvimento de um sentimento de apego e de abuso ou negligência da criança (Wolfner & Gelles, 1993). Por outro temos pesquisas que desmentem a teoria da relação entre as experiências da infância e o desenvolvimento de comportamento violento na idade adulta (Widom, 1991). Straus por exemplo, após estudos concluiu que os problemas psicológicos em famílias com um elevado grau de violência são mais complexos do que em famílias "normais".

No entanto, acreditamos que há razões suficientes para aceitar os efeitos negativos da violência na infância no futuro adulto. Mas os efeitos são diferentes dependendo de diversas variáveis, tais como a idade da criança, o tipo de violência a que é exposta, a existência de outros fatores de risco, o estado de uma testemunha ou vítima de violência e as relações entre a criança e o agressor (Fantuzzo & Mohr, 1999).

Os efeitos da violência sobre as crianças podem ser traçados através de cinco tipos de indicadores:

(1) Comportamento,

(2) Estado psicológico (depressão, auto estima, ansiedade),

(3) Inteligência e desempenho escolar,

(4) O desenvolvimento social (desenvolvimento de habilidades sociais),

(5) Saúde mental e desenvolvimento psicológico.

2) Explicações focadas em problemas internos da família e a atribuição de poder no casal

Esta abordagem explica a violência no casal através de padrões internacionais e os papéis que os familiares adotam. Tem como explicações correlatas, a violência, ou mudanças sociais e económicas que ocorreram no passado recente e que tiveram consequências sobre os papéis dinâmicos dos membros dos casais, seja com a insuficiência da interação do casal.

Algumas explicações sobre a violência doméstica têm como modelo de interação a ideia de que ambos os parceiros contribuem para a violência. Por exemplo, parceiros de casais que não tenham desenvolvido técnicas de comunicação são vistos como igualmente responsáveis pela violência, porque eles não são capazes de discutir e negociar. Nestas situações a violência, é instalada como um resultado de personalidades, uma combinação de estruturas e formas de comunicação, dos dois parceiros do casal (Dalli & McLaughlin, 1993).

Nas famílias que ainda mantém os elementos do modelo tradicional, a distribuição de poder entre os parceiros do casal é desproporcionada. As pesquisas mostraram que nas áreas rurais, onde o modelo patriarcal, para distribuição de poder é mantido, em maior proporção são encontrados mais casos de violência verbal e física, causada pela colocação de mulheres em situação de vulnerabilidade (social, financeira, etc.). O desequilíbrio de poder no relacionamento do casal é influenciado, por um lado, pelo envolvimento social, e os recursos disponíveis de cada parceiro, e por outro lado a interdependência entre os dois parceiros. Por exemplo, as mulheres são socializadas para definir e apoiar o conceito de si através de relações familiares, nas quais elas tendem a investir mais tempo, em alternativas e apoio para o casal, enquanto os homens são identificados com os papéis sociais e económicos associados ao conceito de poder (G. Bird, & K. Melville, 1994).

Tanto os teóricos da abordagem feminista como os da teoria do sistema familiar descobriram nos últimos anos, que os registos mostram que a violência feminina e que a violência masculina sobre o parceiro do casal é quantitativa e qualitativamente diferente, sendo determinada pelo modo de interação de características individuais e fatores de impacto presentes no ambiente social em que a pessoa se tenha desenvolvido (Perilla, Frndak, Lillard & East, 2003).

3) Explicações focalizadas na estrutura sócio-cultural e nas circunstâncias sociais em que as pessoas vivem.

As explicações centradas no desenvolvimento de comportamentos violentos sob a influência, das circunstâncias em que as pessoas vivem e seus padrões sócio-culturais são baseadas na teoria da aprendizagem, por modelagem social; este modelo explicativo, argumenta que as crianças que se tornam adultos, agindo violentamente, tendem a agir com

violência em situações semelhantes (Bandura e Walters 1963, Emery & Laumann-Bllings, 1998).

Sutherland (1947) desenvolveu uma teoria sobre a aprendizagem do comportamento criminoso. Sugeriu que, em interações sociais, as pessoas assumem um padrão de comportamento violento da mesma maneira que aprendem qualquer outro comportamento, por isso os indivíduos ensinam técnicas para usar a violência, suas motivações e atitudes em relação à violência em geral,

O quadro mais amplamente usado, para explicar o modelo ecológico da violência é a concepção de Brofenbrenner (1986), onde se desenvolveram várias construções teóricas da violência doméstica. O modelo ecológico explica o comportamento como um resultado da interação entre a personalidade individual e o ambiente social. A modelação ou mudança, de um comportamento depende das interações com familiares, amigos, vizinhos, bem como o impacto das crenças e padrões sociais e culturais. O modelo ecológico da abordagem à violência é encontrado especialmente em programas de prevenção, defendendo a identificação dos fatores de risco e constituição de pessoal de apoio junto à vítima.

W. C. Reckless (1973) explorou a questão de que algumas pessoas não são violentas e outras são, apesar de compartilhar o mesmo espaço sócio-cultural. Nessa abordagem, desenvolve a teoria do conteúdo, que opera em duas direções:

a) A primeira refere-se ao facto do indivíduo lidar com a pressão interna e externa, comportando-se violentamente;

b) A segunda refere-se às normas e valores desenvolvidos por um grupo em relação à não-violência.

W. C. Reckless defende que o grau de violência de uma pessoa depende da capacidade destes dois sistemas de aumentar ou reduzir a violência de um indivíduo.

4) Explicações focadas sobre a influência dos mass media

As pesquisas mostraram claramente que os efeitos da informação dos mass media podem ser interpretados conforme a maneira em que o indivíduo é colocado na estrutura social e sua responsabilidade em relação aos outros.

Os efeitos negativos dos eventos violentos apresentados pelos mass media, nos comportamentos das crianças, foram relatados desde a década de 1960 (Weiss, 1969, Katz & Feldman, 1962). Estudos têm revelado que a exposição das crianças a cenas violentas torna os potenciais adultos violentos.

Berkowitz (1965, 1984) conduziu uma série de investigações relativas ao desenvolvimento de comportamentos violentos através dos meios de informação. Ele descobriu que a violência pode ser expressa por uma pessoa, exibindo cenas violentas, só quando são satisfeitas, uma série de condições, nomeadamente:

1. Violência representada pela mass media justificada pelo contexto;
2. A pessoa que está a visualizar, fica numa situação frustrante, gerada por uma situação semelhante apresentada na televisão;
3. A frustração de um indivíduo, pode ser associada de alguma forma com as personagens na programação de televisão;
4. As barreiras internas e externas em relação à violência são mínimas.

Todos estes estudos têm cabimento, sublinhando-se que as cenas violentas, nos meios de comunicação testemunham que violência não é somente permitida, mas é também encorajada. No que diz respeito à instigação da violência, os estudos confirmaram que as pessoas que assumem um comportamento violento, têm o desejo de assistir a cenas violentas.

Perspectivas teóricas que explicam a etiologia da violência doméstica.

Depois de 1980, a etiologia da violência doméstica e violência contra a mulher no contexto do seu relacionamento, têm recebido atenção especial; os pesquisadores estão desenvolvendo uma ampla gama de teorias para explicar a origem da violência. Os modelos teóricos mais frequentemente encontrados para explicar o comportamento violento, são: a *teoria da aprendizagem social, a teoria do modelo de sistema social e a teoria ecológica*.

A *teoria da aprendizagem social* (Sutherland, 1947; Bandura e Walters 1963; Emery & Laumann-Bllings, 1998) foi muitas vezes utilizada por especialistas para explicar as origens da violência, sendo os seus principais fatores a aprendizagem social e reforço positivo (Mihalic & Elliott, 1997). A teoria afirma, que os jovens aprenderam a ser violentos dentro da família, e usam a violência como legitimação em diferentes situações ou problemas (Henslin, 1990, Michalski, 2004). Bandura (1973) e Walker (1979) afirmaram que a aprendizagem, e reforço de comportamentos violentos em resposta ao estresse e os métodos de resolução de conflitos têm origem na infância.

Muitas abordagens modernas tentam explicar as origens da violência através do *modelo ecológico* (Brofenbrenner, 1986), a abordagem é centrada na interação entre a personalidade individual e os fatores sociais presentes no ambiente em que vive, incluindo elementos de estruturas formais e informais. Pesquisadores e especialistas na área, consideram o modelo ecológico, como o mais próximo da explicação adequada da violência em que se reconhece a interação de fatores pessoais, fatores sociais, culturais e ambientais no desenvolvimento da violência.

Por exemplo, Dobash & Dobash (1979 ,1992) argumentou que a violência é a forma sistemática de exercício do controle social e dominação dos homens sobre as mulheres; (b) a prevalência de violência é encontrada em casais onde o homem continua a ter uma atitude

patriarcal; (c) a manutenção da dominação masculina sobre as mulheres é aceite pela sociedade, especialmente quando onde os costumes da lei local sustentam uma diferença de poder entre mulheres e homens.

O comportamento violento é uma forma de manifestação da agressão.

A análise da etiologia da violência doméstica pode ser iniciada a partir da análise de agressão. Dollard (1950) dá uma definição simplista de agressão, que seria uma mudança que teria como objetivo danificar o organismo vivo, enquanto Buss assinala que a agressão é uma resposta a estímulos nocivos enviados por outro corpo.

Teoria do destrutivismo humano – Posteriormente E. Fromm (1956), defende que nos seres humanos, existem tendências inconscientes, fortes, como a racionalidade, a criatividade e o amor. O aborrecimento gera drama, neuroses e desequilíbrios espirituais. A sociedade humana atual produz alienação e gera situações neuróticas. A agressão em resposta a estas situações pode ser de defesa, segurança, ou maligna., conforme podemos constatar nas seguintes formas:

- Violência nos jogos;
- Agressão reativa;
- Agressão resultante do ciúme;
- Agressão na forma de vingança;
- Agressão destrutiva, que se manifesta na falta de fé;
- A violência compensatória;
- Sadismo;
- Sede de vingança, arcaica.

Modelo biológico (teoria sobre o instinto) – A teoria biológica sobre a origem do comportamento agressivo foi desenvolvido pelo austríaco Konrad Lorenz laureado do Prémio Nobel (1973), que afirmou que a agressão humana é uma tendência espontânea herdada, como a sede e fome. O Homem acumula uma certa quantidade de energia agressiva, que se não for regularmente emitida, aumenta e se intensifica. Esta teoria é baseada no facto de que a agressão é congénita e de que no corpo há uma carga contínua de energias agressivas. O comportamento agressivo não ocorre a qualquer momento, mesmo quando a energia de que precisamos para o mesmo está disponível. Supõe-se que baixar o instinto depende muito mais das excitações externos despoletadas. Quanto mais o instinto permanece satisfeito, mais parece que o corpo, procura um gatilho emocional (a aparência de pertença). Para impedir a descarga espontânea, da agressão Lorentz apresenta uma forma de a aniquilar – de forma social, que não seja perigosa, nomeadamente pelo desporto ou da manifestação de entusiasmo pela ciência e arte.

Modelo comportamental. Teoria da Aprendizagem. Os representantes da teoria de aprendizagem argumentam que a agressão é um traço adquirido. A agressão é assim vista como uma atitude social, causada por condições ambientais que podem mudar. A atitude negativa, se aprende, e desenvolve-se na atividade contínua da pessoa, dos seus sucessos e fracassos e das oportunidades de imitar o comportamento agressivo. Pesquisas recentes demonstram que a parentalidade agressiva, abusiva, hostil ou melhor, indiferente, determina um comportamento desviante com descendentes resultantes da violência doméstica. Importa a funcionalidade da família, que se manifesta nas relações emocionais e de comunicação adequada entre os membros da família, em estilos educativos dos pais, nas estratégias de controlo parental, e nas práticas quotidianas dos pais entre os parceiros e comportamento moral.

A violência doméstica na sociedade moldava atual (*vide*: www.statistic.md) é causada por:

a) *Perpetuação da mentalidade tradicional* em relação ao estatuto, mais elevado dos homens na família e uso legítimo da violência, com base na sua superioridade;

b) *Violência gerada estruturalmente pela transição* da família, do tradicional ao moderno. Os seus padrões de vida incluindo os tradicionais, são gradualmente substituídos por processos de negociação até se chegar a um consenso entre os membros da família na determinação da estrutura da autoridade e da divisão de papéis, sendo na realidade, o que aumenta o risco de surgimento da violência como meio para regular as suas relações. O fortalecimento do estatuto da família da mulher na sociedade, determina uma equalização no uso da violência, para regular as relações de poder dentro da família.

c) *Processos de desorganização social.* Os processos de desorganização social, especialmente na família, estão associados com um aumento do comportamento patológico do indivíduo, que se manifesta em especial pelo aumento da violência. A violência, neste caso, não é induzida por certos modelos culturais, mas é gerada pela situação de falta de energia, nos modelos de cultura que representam mais que um fator de suporte. O álcool e as drogas são um fator importante na geração e manutenção do ciclo de violência. A enorme desorganização social afeta a dinâmica interna da família, nos mecanismos de dissolução do sistema legal, o uso da força na resolução de relações, aumenta o sentimento de desamparo e vulnerabilidade.

O que causa a violência domestica? Explicações teóricas sobre este fenómeno.

Esta questão é importante tanto para os cientistas como para os profissionais da área. Na literatura são encontradas explicações biológicas, psicopatológicas e sistémicas que se

propõem a descrever as causas da violência doméstica, revendo o suporte empírico e descrevendo as implicações e os limites de intervenção e prevenção.

Em outras palavras, estas teorias analisam fatores intrapessoais, interpessoais e sociais que mantêm, ou eliminam as causas da violência familiar.

1) Teorias e estudos biológicos

As teorias biológicas sobre agressão e violência, acentuam os fatores genéticos e neuropatológicos e tomam em consideração alterações na estrutura ou função cerebral devido a trauma ou fatores endócrinos. Estes pressupostos iniciais foram substituídos por propostas modernas que afirmam que o sistema social funciona com variáveis intermediárias na modificação ou iniciação dos aspetos diferentes do comportamento trazendo assim luz ao conceito da biologia social.

Essas teorias e implicações associadas, são na prática altamente controversas e também muito difíceis de testar de forma empírica. No entanto, uma revisão da literatura recente sobre a violência doméstica revela duas correntes de pensamento predominante: acredita-se que as lesões na cabeça são uma causa de agressão na família, e a segunda concentra-se em ideias neodarwinianas acerca de adaptações evolutivas que determinam a violência masculina contra as mulheres.

No final dos anos `80 e início dos `90, Rosembaum *et al*. publicou vários artigos que enfatizaram a ligação entre a agressão conjugal, e traumatismo craniano (Rosembaum & Hoge, 1989, Rosembaum, 1991, Rosembaum et al., 1994). Assim descobriram que muitos homens que têm comportamentos abusivos sofreram uma história de traumatismo craniano e mais tarde muitos tornaram-se violentos com os membros da sua família. Os autores estenderam seus estudos e mostraram que o traumatismo craniano provoca uma séria deterioração neurológica que tem uma consequente redução do controle dos impulsos,

criando hipersensibilidade ao álcool, causando dificuldades de comunicação, afetando o julgamento e aumentando o estresse na família.

A descoberta destas ligações não é bem recebida porque, em parte, pode absolver indivíduos de responsabilidades por acções violentas. Os autores aceitam as limitações metodológicas de pesquisa, pois algumas lesões cerebrais podem ser causadas pelo abuso na infância, neste caso, a correlação entre o abuso de família e traumatismo craniano será considerada nula. Mais tarde, a investigação tem demonstrado que indivíduos que sofreram um traumatismo craniano, não foram mais agressivos em casa do que outros indivíduos (Rosembaum *et al*. 1994).

Esta visão não tem uma contribuição importante para o domínio do conhecimento, mas oferece duas pistas notáveis: 1) pesquisas feitas a doenças neurológicas causadas por abuso na infância ou negligência mostram que os esforços de prevenção são cruciais, e 2) é possível que um segmento, do agressor, não responda favoravelmente a intervenções psicoeducativas ou cognitivas. As explicações neodarwinianas (*A teoria da evolução dos genes*) e psicológicas, da agressão masculina contra a parceira, mostraram a influência genética sobre o comportamento. Essas explicações ilustram que "*as nossas interações sociais são influenciadas por predisposições genéticas para agir de forma adaptativa ao passado ancestral*" (Emlen, 1997, p 565). Em outras palavras, os comportamentos que ajudam as organizações a responder com sucesso a problemas relacionadas com o meio ambiente reproduzem-se bem e são capazes de ser herdados geneticamente.

De acordo com essas teorias, todos os tipos de comportamento são produtos de mecanismos internos psicológicos, desenvolvidos pela seleção natural para resolverem os problemas adaptativos. A influência do determinismo genético não é considerada como pura, pois pode influenciar o comportamento apenas em certos contextos e em resposta a impulsos específicos (Branningam, 1997). Esta teoria afirma que as forças evolutivas favorecem

organismos capazes de se reproduzir com sucesso. Portanto, os machos tendem a obter e reter parceiros jovens e férteis, que podem produzir uma prole saudável.

Enquanto a teoria da evolução argumenta que os mecanismos internos podem permanecer latentes por toda a vida, exceto em situações, quando provocados por certos contextos relevantes, é não obstante difícil um tratamento ou programa de prevenção com base nesta teoria (Molten, 1996).

2) Teorias e estudos psicológicos e psicopatológicos

A maioria das teorias psicológicas relativas a maus tratos tem como ponto de partida a concepção de Freud (1959) – masoquismo feminino. Nesta formulação, a mulher masoquista é descrita como desejando ser batida, como uma criança indefesa, dependente e ruim. Freud vê este comportamento autodestrutivo, como resultado do efeito da resolução do conflito edipiano.

Shainnes (1979) apresenta o masoquismo como um processo que envolve características sócio-culturais, e não por instinto, que remete para forças primárias (libido). Os homens violentos tendem a usar a violência como um mecanismo de intensificação do Eu, porque o seu repertório de comportamentos não violentos é muito limitado.

Outras teorias psicológicas afirmam que a violência doméstica é um comportamento auto-destrutivo dirigido a outra pessoa. Por exemplo, homens que se sentem frustrados, podem exteriorizar sentimentos negativos na esposa e filhos, sendo o comportamento violento uma forma de defesa contra a dependência de um parceiro.

Os defensores destas teorias sugerem que os esforços realizados para entender a violência doméstica nos últimos vinte anos, principalmente através da análise feminista, criaram um dilema para os clínicos que pretendam desenvolver programas de tratamento eficaz para os homens abusadores. Argumentam que os esforços para melhorar as atitudes

sociais e as desigualdades estruturais na defesa, das vítimas, não terão impacto sobre o comportamento dos abusadores de hoje em dia, se só se enfatizar o papel dos fatores sociais nos precursores da violência (Duttone Starzomski, 1997).

Os pesquisadores de campo sugerem uma avaliação psicológica do perfil do homem abusador.

Aqueles que aderiram a este tópico argumentam que os esforços feitos por programas de intervenção não podem ser totalmente dominados por macro sistemas, tais como mudança de atitudes públicas, tendo em conta as características únicas do agressor. Como sociedade, temos que permanecer fiéis a medidas sociais para combater a violência contra as mulheres, mas, na perspectiva clínica, devemos disponibilizar os planos individuais de tratamento para abusadores potenciais, defendem os médicos. Numerosos estudos sobre o perfil psicológico dos abusadores são diferentes dos considerados na justiça, ou seja um dos seguintes grupos de tratamento, mostrando que alguns perfis de personalidade anti-social ou *borderline* estão fortemente representados dentro desta população específica (Hamberger & Hastings, 1991).

Dutton & Galont (1995) também sugerem que os indivíduos com personalidade *borderline* têm um profundo sentimento pessoal de desconfiança, em relação às experiências vividas na infância em sequência do abandono, má imagem, apego ambivalente, ou raiva. Estas experiências na primeira infância definem um adolescente irritado e destacado, marcado por um sentimento geral de inferioridade. Tal adolescente se for exposto no ambiente social que o modela, pode ter um comportamento abusivo contra as mulheres e atitude estereotipada de contradição do "macho" e interiorizar sentimentos pelo comportamento que manifesta seja em casa ou na comunidade, podendo ser considerado como um agressor potencial. Em termos de personalidades antissociais, o desafio reside na necessidade clínica de identificar este grupo em particular e estar convencido de que os grupos sujeitos ao tratamento não interfiram com os tratamentos de que necessitam outros

membros do grupo. Para este grupo, o tratamento pode tomar a forma de uma estratégia de gestão do risco, em prevenção da recaída.

A violência é encontrada num número relativamente pequeno de homens que sofrem de doenças mentais e está associada com a atitude em relação às mulheres e com algumas desigualdades estruturais e de penetrabilidade, da violência na sociedade. A explicação que os autores de violência doméstica teriam problemas psicológicos foi descartada nos últimos anos, pois muitos trabalhos teóricos não conseguem demonstrar esta hipótese.

Por outro lado, a intervenção terapêutica, de longo prazo e recursos múltiplos da qual a comunidade deveria beneficiar, suscitaram que essa abordagem fosse utilizada especialmente para a compreensão da evolução da agressividade e como agente de mudança deste comportamento, isto para desenvolver programas de prevenção primária, em vez de identificar técnicas terapêuticas específicas.

3) A teoria sistémica

Os adeptos da teoria dos sistemas, explicam a violência contra os cônjuges como resultado da ação do sistema familiar. Sob este modelo, a família é vista como um sistema com uma dinâmica, inter-relacionados, tendo certos componentes que interagem uns com os outros.

Do ponto de vista teórico, a ação violenta da família é uma reação em cadeia desencadeada por um membro da família. Assim, a violência é mantida por funções, relações e mecanismos de feedback, que regulam e estabilizam o sistema. Se a violência é recompensada pelo sistema, é provável a reincidência e, ao longo do tempo, pode se tornar tão estável, que tende a ser interrompida Esta explicação causal reside no fato de que a unidade de análise para avaliação e intervenção, é a família como sistema ou subsistema.

Wileman & Wileman (1995) defendem que a redução da violência é associada com a tomada de responsabilidade pelo homem, tendo a vontade de mudar e assumir o papel ativo

desempenhado pelas mulheres no equilíbrio de poder e no relacionamento. Os padrões de interação relacional dentro dos casais podem diferenciar melhor os relacionamentos agressivos dos não agressivos, do que as características interpessoais ou demográficos (Lloyd & Emery, 1994; Stets, 1992). A inter-personalidade correlaciona a agressão física, contra o parceiro, com níveis mais elevados de rigor, hostilidade, agressividade e conflito verbal, reduzindo os níveis de comunicação construtiva e argumentação e as possibilidades de resolução (Babcock *et al.* 1993). Estas descobertas contribuíram para o conceito de agressão contra os parceiros, como um ato de comunicação.

Do ponto de vista dos sistemas são enfatizadas interações que tornam possível identificar padrões comportamentais associados com a violência relacional. A vivência romântica pode coexistir com a violência em determinados momentos. Em algumas relações, a complexidade das interações entre parceiros, sugerem que as características relacionais e significado da interpretação dos intermediários da violência, envolvem tanto o agressor como a vítima. A satisfação marital aparece aqui como um exemplo da variável apresentada (Roger, Castleton & Lloyd, 1996; Sabourin, 1995, Cunningham *et al*., 1998). Os casais que relataram agressão física e satisfação marital fraca ou moderada, demonstram altos níveis de complexidade e mensagens sem fundamento e padrão de comunicação complexo simétrico, onde ambos os indivíduos tentam exercer controlo dentro do relacionamento. A coexistência da agressão psicológica, e a insatisfação no casal está associada com altos níveis de aversão recíproca do comportamento negativo e com respostas de raiva, hostilidade e de defesa direta com fracas possibilidades de resolver os problemas e modelos de reclamação / desistência da parte dos indivíduos.

A pesquisa também demonstrou a presença de traumas emocionais e o risco de ferimentos em crianças que são testemunhas de ataques violentos a membros da família (Paled, Jaffe & Edleson, 1995). Ensaia-se uma intervenção teórica, através do qual se obtém

uma compreensão da ligação entre a violência contra as mulheres e estilos diferentes de desenvolvimento da família implicando a criança (Margolin, Trabalho Ghosh e Gordes, 1996 & Cunningham *et al*., 1998).

A investigação de Margolin e seus colaboradores (1996) em conexão com a agressão dentro do casamento associado com padrões específicos de comunicação entre pai e filho representa uma tentativa de identificar os mecanismos que fazem a conexão entre subsistemas familiares (por exemplo, pai e filhos).

As explicações e intervenções para o tratamento da violência sistémica contra os parceiros têm sido muito controversas. As maiorias dos críticos concentraram-se nos seguintes aspetos:

- A neutralidade inerente do terapeuta clínico na intervenção sistémica leva a neutralidade do abuso;
- As explicações sistémicas determinam coresponsabilidade para a violência e contribuem para justificar a violência do agressor;
- As terapias sistémicas falharem no modo de se dirigir aos géneros que contribuem para a violência na família e para os efeitos diferenciais da violência.

Trute (1998) traz críticas ao tratamento sistémico da violência e propõe incluir um tratamento específico por géneros, e obter uma avaliação adequada antes destes serem usados na intervenção sistémica. Esse modelo de tratamento pode ser considerado bem-sucedido no tratamento da violência moderada, quando uma mulher quer manter relações com o parceiro. Assim o número de casais a serem controlados para o tratamento sistémico, por razoes de segurança, é reduzido. Outra crítica é que a aceitação deste tipo de intervenção pode ser uma "mancha escorregadia", se os critérios de seleção e acompanhamento não forem cumpridos no pr

Os fatores de risco que facilitam o desenvolvimento da violência contra as mulheres.

O conhecimento dos fatores de risco que promovem o desenvolvimento da violência no casal é necessário para identificar, as mulheres em risco ou vítimas de violência (Gilgun, 2002) e para determinar os tipos de programas de prevenção primária ou secundária e de intervenção para cada comunidade. Os fatores que facilitam o desenvolvimento de comportamento violento podem ser localizados no sistema individual e comunitário, e no modelo estrutural das relações interpessoais ou na estrutura de crenças e atitudes sociais. Não há, até agora, um consenso dos cientistas sobre a relação direta entre determinados fatores de risco e a violência presente. A literatura não fornece uma tipologia dos fatores de risco, grau de pobreza, desemprego e a idade dos parceiros, fatores de risco muitas vezes encontrados na pesquisa a partir dos últimos anos (Michalski, 2004).

Tabela 2 – Fatores associados ao risco de desenvolvimento de conduta violenta

Fatores individuais	*Fatores relacionais*	*Fatores comunitários*	*Fatores sociais*
• Idade • Consumo de álcool • Depressão • Transtornos de personalidade • Nível de ensino • Baixa renda • Estatuto de testemunha ou vítima de violência na infância	• Conflito conjugal • Instabilidade conjugal • Homem dominante no casal • Estresse económico • Funcionalidade reduzida da família	• Sanções comunitárias frouxas da violência domesticam • Pobreza • Capital social reduzido	• Regras tradicionais sobre o papel social e familiar de género • Os valores sociais apoiam a violência doméstica

(WHO, 2002, p. 98)

O fator de risco mais importante é considerado na literatura de especialidade como sendo o estatuto de testemunha ou vítima de violência durante a infância do homem, os cientistas estimam que há um alto risco da mulher ser vítima de violência no casal, quando, tanto a

mulher como e o seu parceiro foram testemunhas ou vítimas de abuso na infância. (Centro de Parceria para a Igualdade de 2003).

Num estudo da transmissão transgeracional da violência, Purvin (2003) afirma que há um grande risco de que a violência se desenvolva nas gerações futuras, quando além do estatuto de uma testemunha ou vítima de violência na infância, é presente, outro fator de risco importante: pobreza. A pesquisa mostra que, para além destes dois fatores, a pobreza e o testemunho de episódios de violência na infância, estão associados fatores de contexto que podem promover ou inibir o desenvolvimento da violência.

Outro fator frequentemente encontrado em estudos como de risco importante para o desenvolvimento de comportamentos violentos na família é o álcool. Em estudos de Pernanen (1991) sobre os efeitos do álcool sobre o comportamento, verificou-se que o agressor, consome álcool em metade dos casos de violência contra as mulheres. Uma conclusão similar, encontramos em L. W. Bennett, (1996), que fazendo uma comparação de estatísticas dos EUA sobre a relação entre abuso de álcool e violência contra a mulher em seu relacionamento, concluiu que o álcool é o primeiro fator de risco no desenvolvimento do comportamento violento.

Embora nem todas as pesquisas confirmem, segundo (Michalski, 2004), a pobreza, ou baixo rendimento, parecem corresponder aos maiores fatores de risco, facilitando o desenvolvimento de comportamentos violentos. Os pesquisadores argumentam que a violência é mais comum em famílias com baixo nível socioeconómico (Hotalinge Sugarman, 1990). Estudos realizados por Gelles & Cornell (1990) têm mostrado que a violência está presente em famílias onde o marido é desempregado recente, ou em famílias nas quais o estresse é elevado, devido à pobreza.

Quando interrogado porque nem todos os homens que compartilham as mesmas condições de desenvolvimento socioeconómico no período de transição, ou vivendo na

pobreza, são violentos, Dutton (1994) argumenta que essa combinação de fatores relacionados com a patologia individual e nível socioeconómico reduzido, facilitam o desenvolvimento da violência.

Por exemplo, em 1976, Black coloca em questão um fator que considerava favorecer um desenvolvimento em elevado grau do comportamento violento: *a distância social*. Black definiu a distância social como a forma em que alguns membros das comunidades participam na vida dos outros, neste contexto, espera-se que a violência ocorra mais em comunidades onde a distância social entre os membros da comunidade é elevada, enquanto as famílias mantiverem um alto grau de privacidade, sobre as questões da sua intimidade.

Dimensão de género de violência doméstica

A violência doméstica tratada em termos de género inclui a complexidade de fatores, condições específicas e as consequências dos atos violentos entre homens e mulheres. A determinação de características básicas, das manifestações de violência, facilita a prevenção e luta contra o comportamento violento.

A violência doméstica está em correlação direta com os papéis tradicionais do género e da interpretação da masculinidade As manifestações agressivas têm raízes profundas nas tradições culturais e religiosas sendo considerado o comportamento violento dos homens em relação às mulheres como normal e aceitável. A atitude distante da sociedade em relação à violência doméstica tem consequências nefastas de ordem socioeconómica, psicológica e moral, tanto para mulheres e crianças como para homens.

As mulheres preferem não relatar incidentes de violência contra elas, por vários motivos:

- A atitude da sociedade relativa à violência contra as mulheres em geral causa à vítima um sentimento agudo de vergonha e até mesmo culpa, por ter sido agredida;

- As mulheres têm medo da vingança do agressor, nomeadamente um acto público de vingança;
- As mulheres não têm confiança no sistema judiciário, e nos agentes de Saúde;
- A atitude indiferente da sociedade contra a violência, especialmente quanto à violência doméstica, pode suscitar a demissão da mulher, levando-a a aceitar a dor e a humilhação como uma "norma de vida", etc.

Os homens confessam muito raramente, quando são vítimas de violência doméstica, na maioria das vezes devido a estereótipos masculinos muito generalizados: considera-se que os homens deveriam mostrar coragem e força.

Portanto, é importante destacar fatores que podem contribuir direta ou indiretamente para a manifestação das ações violentas baseadas no género, no contexto cultural, político e socioeconómico da Moldávia:

Fatores culturais:

1. Definições culturais estereotipam, dos papéis atribuídos a cada género;
2. Crenças na superioridade dos homens, valores que dão ao homem direito, "de propriedade" sobre as mulheres;
3. A família, tratada como esfera privada, que está sob o controle dos homens - "cabeça da família";
4. Indiferença da opinião pública em relação ao fenómeno de violeta doméstica, especialmente perante as mulheres agredidas;
5. Tolerância da violência como meio para resolver conflitos familiares;

Fatores económicos:

1. Dependência económica das mulheres em relação aos homens;
2. Acesso limitado das mulheres aos recursos e ao crédito;
3. Acesso limitado ao emprego, tanto no sector do estado, como no privado;

4. Aumento do desemprego entre as mulheres e homens;
5. Migração económica em massa das mulheres para o estrangeiro, em busca de trabalho;

Fatores jurídicos:

1. Acesso limitado das vítimas da violência doméstica a assistência jurídica por causa do baixo número de mulheres na polícia;
2. Baixo nível de conhecimento da lei, por parte das mulheres e homens;
3. Falta de mecanismos para combater a violência doméstica, incluindo sanções alternativas;

Fatores políticos:

1. Insuficiente representação das mulheres nos órgãos de poder na esfera política e jurídica;
2. Tratamento da instituição família, como um problema privado, que está fora do controle estatal;
3. Afirmação insuficiente das mulheres como força política;
4. Subestimação do problema a nível nacional e falta de vontade política do governo para tomar medidas radicais para eliminar a violência.

(V. Bodrug-Lungu , L. Zmuncila, *ibidem*)

Opinião da população moldava em geral sobre o fenómeno da violência doméstica

Os especialistas são da opinião que a população em geral ignora o problema da violência doméstica, sendo considerado como um problema das mulheres, enquanto as mulheres, por sua vez, preferem não discutir o tema publicamente. No entanto,

tradicionalmente, a violência doméstica era e continua a ser considerada um problema de família, e deve permanecer como tal (ou não resolvido ao nível da família).

No estudo realizado pela Magenta Consulting, na demanda do Centro Internacional "La Estrada" em Junho-Julho de 2007, metade dos 300 entrevistados / respondentes no Norte, Centro e Sul do país (Republica Moldávia) "já ouviu falar sobre o fenómeno da violência doméstica, mas não sabe muito sobre essa questão ". A percentagem de pessoas que acredita que a violência é um problema atual na Moldávia é de 41%. No outro extremo, apenas 6% dos inquiridos consideram que a violência não é em si um problema para o país estando 9 pessoas bem informadas sobre o assunto e que "a violência doméstica é um problema exagerado e artificial".

Segundo o mesmo estudo, uma taxa significativa nos participantes com mais de 45 anos acredita que a violência doméstica é apenas o abuso físico da mulher pelo homem. Da mesma opinião são cerca de um terço dos entrevistados com idade entre 19-24 anos. Cada oito pessoas com mais de 18 anos entendem o fenómeno da violência doméstica como o abuso sexual de mulheres por parte dos homens. (a versão completa do estudo sobre a opinião pública relativamente à violência doméstica está disponível em www.lastrada.md).

No entanto, a nossa pesquisa mostrou-nos que a violência doméstica não ocorre apenas em famílias menos favorecidas ou de um baixo nível cultural. Por outro lado, há casos em que é observada em casais com um elevado estatuto social, cujos maridos têm ensino superior, incluindo casais com uma imagem social de prestígio. Embora o fenómeno seja certamente amplo constata-se tendência de ignorar este flagelo social e do segredo que o envolve, sendo mais importantes do que discuti-lo e lançar debates públicos ou ação social incisiva. Estamos conscientes que isto acontece, porque as implicações são tão imprevisíveis e tão embaraçosas que as pessoas preferem não reconhecer em qualquer caso, que existe um

problema, preferindo defender "que não foi", "não aconteceu", do que assumir as consequências que se seguem depois de reconhecer que essas coisas acontecem.

Se nos referimos a grupos profissionais, vemos que entre os especialistas, a atitude sobre esse problema é diferente. Há especialistas que reconhecem a gravidade do problema e tentam fazer o máximo (conforme o mandato que têm) para reduzi-lo, mas há também outros que ignoram este problema. Especialmente porque a lei é tal que não tem grandes competências especiais ou de ação para combater a violência doméstica. A *Lei sobre a Prevenção e Combate da Violência na Família* foi promulgada apenas em 11 de março de 2008 e entrará em vigor seis meses após a publicação (18 de março de 2008) no Diário Oficial da República da Moldávia.

O impacto do ambiente social, sobre a violência domestica.

À medida que nos relatórios o aumento de casos de violência doméstica é patente, muitos programas têm sido desenvolvidos no domínio da prevenção e combate à violência. Ocorreram também discussões sobre a contribuição de cada componente social (formal e informal) para diminuir ou cessar a violência no casal.

A constatação de que os serviços de assistência às vítimas de violência domestica não estão sempre dispostos a ajudar o grande número de mulheres que precisam de assistência, mudou o foco da discussão sobre a resposta comunitária à violência e suas vítimas, bem como sobre a forma como a comunidade, através da prevenção e programas de intervenção, apoia e promove valores e normas que oferecem suporte a comportamentos não violentos e ajudam o agressor a desistir de violência. Embora a maioria das ações no domínio da violência esteja centrada na redução desta através do desenvolvimento de serviços/habitação e pedidos à polícia para intervir, na literatura e dados publicados encontra-se -se um forte

apoio à ideia de prevenção e combate à violência através de relações interpessoais repensadas e padrões internacionais. (Michalski, 2004)

Os especialistas dizem que a violência sobre a mulher na relação do casal persiste apesar dos programas de desenvolvimento e serviços de intervenção, considerando que a estrutura social das relações interpessoais vai continuar a fornecer as condições propícias à violência. O padrão da violência, está tão profundamente fundamentado na estrutura das relações interpessoais, que a violência pode ser expressa até mesmo por culturas e em diferentes condições sócio económicas. Além disso, em muitos países e zonas do mundo, tais como o Canadá, Europa, Austrália, e os Estados Unidos as condições sócio-culturais mudaram nos últimos anos, no entanto, persistem comportamentos violentos na família (Michalski, 2004).

A estruturação das relações sociais e da vida familiar, no sentido do isolamento do ambiente social das mulheres e de limitar o seu acesso aos recursos, irá gerar um ambiente propício para o desenvolvimento e a manutenção da violência. Na base da estruturação social das relações interpessoais estima-se que, se uma característica do sistema social das relações interpessoais mude talvez o conflito seja resolvido de forma diferente do que através da violência, pela mudança de aspetos sócio-culturais que causam violência, e das crenças e valores que a apoiam; tais são as formas que devem ser abordadas para reduzir a violência (Michalski, 2004). A conceção sobre o padrão social da violência através do reforço de normas e valores que estão na base das condutas não violentos não e nova, esta seria a essência dos postulados das teorias sociais tal como as sugestões feitas por especialistas no envolvimento da comunidade para reduzir a violência (*Family Prevention Fund*).

As interações sociais suscitam cada vez mais a atenção dos especialistas sejam para alterar o comportamento do agressor ou para apoio à vítima. Estudos focados em avaliar a eficácia de intervenção revelam que as relações interpessoais num espaço sócio-cultural,

podem constituir um importante fator de risco ou fator inibidor da violência (J. L. Edleson, 2000); a prática de prevenção e intervenção no sistema de relações interpessoais é considerado responsável pela geração de ambos os fatores de risco, que promovem o desenvolvimento e manifestação de comportamentos e atitudes violentas, e os fatores de apoio social de proteção das vítimas de violência.

A atitude das comunidades ou membros de redes sociais em relação à violência, pode ser um fator de risco quando culpa a vítima da violência domestica, ou um fator de suporte quando promova os comportamentos não violentos dentro da família, e apoia a vítima, reprovando socialmente o comportamento do agressor.

Edleson & Tolman (1992) sugeriram que a comunidade (parentes, amigos, vizinhos, grupos religiosos, policiais, médicos, escola, etc.), é a área mais importante que pode ser usada para evitar o isolamento de casal e mulheres, tal como para punir os comportamentos violentos, promovendo apoio às vítimas e mudança de atitudes e crenças sociais sobre a violência. Além disso, os programas de apoio e combate à violência são geralmente centrados no conceito de mudança de comportamento, e estão localizados perto do meio da vítima ou de pessoas em risco, para chegar as vítimas de violência.

Os estudos têm demonstrado que a presença do apoio social tem impacto positivo na forma como a vítima encara a situação e encontra formas de remediar e inibir a violência do parceiro. As pessoas que tiveram apoio emocional e recurso aos amigos ou vizinhos têm suportado melhor as situações de violência (Cohen & Testamentos, 1985). Estudos mostram que as vítimas de violência chamam os amigos ou parentes não apenas para apoio emocional, mas também nos casos em que eles decidem separar-se dos parceiros violentos, a fim de proteger a vida e as crianças. Neste sentido, os estudos feitos por Mitchell & Hodson (1993) são apreciados como os primeiros que revelaram claramente a relação entre o apoio social e

manutenção do estado de saúde das vítimas da violência dentro do casal (J. R. Goodkind; T. L. Gillum, & D.I. Bybee; C. M. Sullivan, 2003).

A análise da violência contra as mulheres no relacionamento do casal tem como particular problema a baixa visibilidade dos efeitos sobre a criança e a saúde pública, com a perpetuação de modelos violentos de coexistência dos dois e o agravamento das formas de violência. Os estudos feitos pelo *Family Prevention Fund* assinalaram os seguintes motivos pelos quais a comunidade pode ser considerada como a base de apoio às vítimas de violência e deve fazer parte de programas de intervenção e prevenção:

- ✓ As mulheres vítimas da violência doméstica pedem ajuda primeiro aos parentes, vizinhos e amigos e só depois apelam às autoridades;
- ✓ Os serviços não estão acessíveis para as vítimas de violência doméstica, ou estas são muitas vezes isoladas da comunidade, relacionando-se apenas com pessoas do seu círculo íntimo;
- ✓ Os membros da comunidade conhecem os casos em risco de vitimização ou que têm problemas que podem conduzir a formas de violência;
- ✓ Os membros da comunidade têm acesso às regras e práticas que sustentam o comportamento violento e àquelas que podem ser utilizadas para a sua inibição.

Violência doméstica contra a mulher, entre visibilidade e sensibilização social

Os especialistas afirmam que uma condição para qualquer comunidade poder responder a um problema é entender este. Quando os membros da uma comunidade não estão informados da violência nas famílias dentro da comunidade, e não entendem o impacto que esta tem sobre o desenvolvimento pessoal e social, então eles não vão poder intervir ou agir para prevenir a violência. No ensaio *As estratégias de desenvolvimento social*, Catalin Zamfir, (1977), desenvolveu uma explicação detalhada sobre a definição e solução dos

problemas sociais, um modelo que pode ser usado para entender a resposta da comunidade à violência. Mesmo quando há um problema social, a condição para que possa ser considerado um problema a nível comunitário é a consciência deste. Neste sentido, a violência contra as mulheres, mesmo se definida na teoria a nível estrutural como um problema, não será assumida pela comunidade a menos que seja reconhecida como tal. A consciencialização não reduz os efeitos do problema, porque este existe na comunidade de uma forma latente. C. Zamfir argumenta que "*a passagem do estado latente para manifesto do problema é um processo extremamente importante, uma vez que a solução depende fundamentalmente dele*". (C. Zamfir, 1977, p. 48).

A consciência de um problema é similar, ao ser assumido pela comunidade e envolvendo os seus membros de modo a ser resolvido. Esta concepção sobre a abordagem do problema social confirma a ideia de que aumentando a sua visibilidade este não é reconhecido e, portanto, assumido pela comunidade. A resposta comunitária à violência está associada ao nível de consciencialização, não de visibilidade.

Em vista do modelo explicativo desenvolvido por Catalin Zamfir a consciência dos problemas sociais pode ser explicada como abordagem diferenciada do problema da violência contra as mulheres no relacionamento do casal a nível estrutural e a nível comunitário.

C. Zamfir argumenta que não é suficiente reduzir o tempo da tomada de consciência de um problema, para poder avaliar todas as questões que podem ser desenvolvidas no futuro. Isto implica por um lado que para poder estimar os fatores de risco que possam surgir, e por um outro lado para controlar a forma como se desenvolve a comunidade, devem ser adotadas medidas de prevenção e intervenção no estado em que se encontra a comunidade num dado momento; isto e um aspeto muito importante em matéria de intervenção e prevenção da violência doméstica e a forma em que se pode desenvolver sob a influência de fatores nacionais e estrangeiros que podem aparecer em qualquer momento da vida do indivíduo.

Além disso, a análise dos fatores de risco para a mulher e a comunidade está a tornar-se um tema das teorias relativas à prevenção da violência e de controlo do desenvolvimento de tal comportamento.

A aceitação social de determinados níveis de violência e justificação contextual da mesma.

A maneira pela qual a sociedade percebe e classifica os comportamentos violentos determina a manifestação ou inibição da violência. A intervenção comunitária no apoio as mulheres vítimas de violência doméstica e para punir esta, está intimamente ligada à percepção sócio-cultural das mulheres e da família. Na África e na Ásia, por exemplo, é a prática do dote da noiva ou compra da noiva, prática em que a mulher se torna propriedade do seu marido. Num estudo recente na África do Sul (UNFPA, 2010), 82% das mulheres disseram que, quando o homem paga o preço da noiva, ele torna-se o dono das mulheres e 72% das mulheres discordaram com esta prática. Na Índia os pais proíbem as suas filhas de voltar para casa quando se torna vítima da violência doméstica, com medo de pagar ao marido um segundo dote. Nesta visão a tolerância das formas de violência física pode ser alargada para a aceitação de formas graves de violência ou de assassinato das mulheres pelos maridos em caso de adultério.

Os poucos estudos focalizados na identificação dos fatores que têm um impacto sobre a percepção e as respostas do meio social para as vítimas, mostram que um aspeto importante da intervenção dos membros da comunidade em caso de violência é o grau em que eles avaliam e por um lado justificam o uso da violência, de acordo com o comportamento da mulher e com o respeito por normas sociais e familiares, e por outro lado os riscos em que se encontra a vítima.

Estudos mostram que há uma estreita relação entre os valores sociais relativos à família, e a resposta da comunidade contra a violência doméstica. Nas comunidades onde há atitudes sociais de proteção da família e da criança, por exemplo é relatada a intervenção dos membros da comunidade para proteger mulheres e crianças, onde a vítima e o agressor são casados e têm filhos menores, e a violência coloca em perigo as vidas das vítimas; os membros da comunidade tentam resolver o problema oferecendo abrigo temporário e reprovando o comportamento do agressor marginalizando este (J. R. Goodkind, & T. L. Gillum, & D. I. Bybee, & C.M. Sullivan, 2003).

A ação da vítima, também influencia a resposta dos outros. O desenvolvimento de redes informais de apoio dentro da comunidade está fortemente associado com a avaliação da capacidade da vítima, de controlar a situação. Quando as ações violentas do agressor são classificadas como passíveis de ser controladas ou evitadas pelas mulheres, surge a culpa da vítima e redução do apoio social. Se forem classificados como fatores incontroláveis pela vítima, de seguida surge a simpatia por esta e apoio à dita (Walster, 1996).

Por outro lado muitas das mulheres vitimas, não têm melhor apoio que os amigos e os parentes que as consideram culpadas de vitimização, por não deixar os relacionamentos. Há situações em que determinadas redes sociais fornecem o apoio inicial às vítimas, mas vão desistindo ao longo do tempo, porque as vitimas não deixam os relacionamentos ignorando os conselhos ou depois de os deixarem voltam ao parceiro violento, mesmo conscientes dos riscos da reincidência. (Goodkind, Gillum, Bybee & Sullivan, 2003).

Em muitas comunidades, devido a normas culturais e sociais da família, a violência não é aceite. Em famílias tradicionais, ou aquelas que preservam o poder paterno tradicional existe uma alta tolerância à violência, contra as mulheres sendo uma parte da vida familiar, mantida em segredo. Assim podem ser encontrados dois tipos de situações: A violência e o abuso de mulheres são situações consideradas da vida normal e, portanto, não pode ser

elaborada uma sinalização dos casos, porque os membros das redes familiares e comunitárias não percebem estas práticas como maus tratos; em algumas culturas a violência não é aceite, e neste caso, as vítimas escondem-se no secretismo e não pedem ajuda para não afetar a honra familiar.

Conceito de Atitude. Atitude em relação a violência domestica.

O conceito de atitude constitui atualmente tal como Allport já referiu em 1935, um dos conceitos fundamentais da Psicologia Social (Eagly e Chaiken, 1993). Da investigação desenvolvida neste área ao logo deste século, surgiram inúmeras definições do conceito de atitude.

No início do séc. XX encontram-se definições de Thomas e Znaniecki, (1918 cit. *in* Jaspars e Fraser, 1984) onde a atitude consiste num "processo de consciência individual que determina atividades reais ou possíveis do indivíduo no mundo social" (pag.113).

Para Allport, (1935, cit. por Lima, 1993) a atitude "é um estado de preparação mental ou neural, organizado através da experiência e exercendo uma influência dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos ou situações com que se relaciona" (pag.168).

Em 2000, Fishbein e Ajzen, reformulam a definição, referindo-se a atitude como uma disposição estável para responder, de forma consistente, favorável ou desfavoravelmente, a um objeto psicológico de forma a predizer e explicar o comportamento humano.

As atitudes em relação à violência doméstica provocam um comportamento tolerante ou intolerante, e são um elemento chave da prevenção do abuso intrafamiliar. A experiência de vida em geral e a experiência em relações familiares é um fator de conteúdo dessas atitudes. Mas só através deste fator não podem ser edificadas ser estratégias construtivas para a prevenção e combate à violência doméstica. Conhecer as características específicas pode

contribuir para a formulação de métodos de ensino e táticas de intolerância contra a violência doméstica, o que fortaleceria os casais, e eliminaria os perigos do abuso intrafamiliar.

Quadro Legislativo/ Regulador da Violência Domestica

Neste capítulo, não vamos referir-nos aos atos normativos internacionais, assinados e ratificados pela República da Moldávia, mas apenas à legislação nacional.

Como se trata o problema da violência doméstica? A legislação local.

Vamos examinar em primeiro lugar, neste capítulo, como é entendida pela legislação local, a violência doméstica. No artigo 2 º da Lei da República da Moldávia "Sobre a Prevenção e Combate à Violência Domestica", Nr. 45 XVI a partir de 01 março de 2007 (Diário Oficial da República da Moldávia, 2008, Nr. 55-56, art.º 178) temos a definição da violência doméstica e conceitos relacionados.

Lei relativa à prevenção e combate à violência doméstica

Artigo 1 Objeto da Lei

Esta lei estabelece as bases legais e organizacionais da atividade para prevenir e combater a violência doméstica, as autoridades e instituições relacionadas com a prevenção e luta contra a violência na família, são um mecanismo de resolução de casos de violência.

Artigo 2 Noções principais

Nesta lei entendem-se os seguintes termos:

Violência doméstica – qualquer ação ou omissão deliberada, exceto a autodefesa ou defesa de uma outra pessoa, verbalmente ou fisicamente manifestada através do abuso físico, sexual, psicológico, espiritual ou económico, ou a imposição de carácter pecuniário ou moral, cometidos por um membro da família contra outros dos seus membros, incluindo contra crianças e contra a propriedade comum ou individual;

Violência física – lesão deliberada da integridade corporal ou danos à saúde por bater, chutar, puxar cabelo, picadas, cortar, queimar, estrangular, morder, ou qualquer intensidade de intoxicação, envenenamento e outras ações similares;

Abuso sexual – qualquer tipo de violência sexual, ou conduta sexual ilegal na família ou em outros relacionamentos interpessoais, como o estupro conjugal, proibição do uso de métodos contracetivos, assédio sexual, e qualquer conduta indesejada imposta, obrigar a praticar a prostituição, qualquer conduta sexual ilegal com um membro da família menor, incluindo a carícia, beijos, sujeitando a criança a toques indesejados com conotação sexual e outras ações similares;

Violência psicológica – impor a vontade, ou controle pessoal causando tensão e angústia através da intimidação, zombaria, palavrões, insultos, epitetos, chantagem, objetos de destruição, ameaças verbais, a ostentação de armas ou bater em animais domésticos, a negligência, o envolvimento na vida pessoal, atos de ostracismo, ciúme, detenção na casa da família, o isolamento da família da comunidade e amigos, impedimento da realização profissional, bloqueio da educação e suas instuitições, privação de documentos de identidade, e de acesso à informação e outras ações similares;

Violência espiritual – subestimação ou diminuição da importância das necessidades morais e espirituais através da proibição, limitação, ridicularização, restringir com derrisão o acesso aos valores culturais, étnicas, linguísticas ou religiosos; impor um sistema de valores pessoais inaceitáveis; outras ações com efeito similar;

Violência económica – privação de recursos económicos, incluindo a subtração de meios de subsistência, tais como alimentos, cuidados médicos, objetos de necessidade quotidiana; abuso dos bens ativos; proibição do direito de possuir, usar e dispor dos bens comuns; controlo desleal sobre bens e recursos comuns; recusa em sustentar a família; atribuição de serviço pesado e trabalho prejudicial em detrimento da saúde, exploração de um membro menor da família e outras medidas de efeito semelhante;

Danos pecuniários – causando danos a um membro da família, incluindo crianças ou no contexto de outras relações interpessoais, levando à humilhação, medo, degradação, incapacidade de defesa contra a violência física e sentimentos de frustração;

Danos materiais - danos materiais suscetíveis de avaliação ou estimativa financeira/pagamento, resultantes de qualquer atamos de violência na família, ou na coabitação, custos impossíveis de suportar na investigação de casos de violência doméstica;

Agressor – pessoa que cometa atos de violência doméstica em união de facto;

Vítima – uma pessoa adulta ou criança, sujeita a atos de violência doméstica;

Ordem de proteção – acto jurídico pelo qual o tribunal aplica a salvaguarda da vítima.

Artigo 3 Os sujeitos da violência domestica

1) Os sujeitos de violência doméstica são o agressor e a vítima enquanto cidadãos da Republica da Moldávia, cidadãos estrangeiros e apátridas residentes no seu território.
2) Os sujeitos de violência doméstica podem ser:
   a) *Em condição de, convivência* – pessoas numa relação de matrimónio, divórcio, coabitação, tutela, direta ou colateral, maridos, parentes e outras pessoas dependentes destes;
   b) *Em condição de separação* – as pessoas nas relações de casamento, seus filhos, incluindo os pais adotivos, aqueles nascidos fora do casamento, aquelas sob a tutela ou curatela, outras pessoas sobre a sua manutenção.

Artigo 4. O quadro legislativo

1) A lei relativa à prevenção e combate à violência doméstica consiste da Constituição da República da Moldávia, outro regime legal atuará, nos tratados internacionais a que a Republica da Moldávia está vinculada;
2) Se o tratado internacional do qual a Republica da Moldávia faz parte, estabelece outras normas além da presente lei, então aplicam-se as normas desse tratado.

Artigo 5 Os princípios básicos de prevenção e combate à violência doméstica

A prevenção e o combate da violência doméstica devem basear-se nos seguintes princípios:

a) Legalidade;

b) Igualdade;

c) Confidencialidade;

d) Acesso à justiça;

e) Proteção e segurança da vítima;

f) Cooperação entre as autoridades da administração pública, a sociedade civil e as organizações internacionais.

Artigo 6. Esfera de ação da lei

As disposições desta Lei aplicam-se igualmente aos cidadãos da Moldávia, cidadãos estrangeiros e apátridas residentes no seu território.

A definição clara destes conceitos já é um ponto de partida para os especialistas e autoridades, a nível central e local de modo a prevenir e combater a violência doméstica. Por outro lado, as disposições relacionadas com os poderes centrais e locais são definidas em um único artigo (art.º 8), formulado em geral, sem especificar a estrutura claramente e qual o segmento responsável.

No entanto, a lei aparece como bem-vinda. Em nossa opinião, a sua aplicação criteriosa irá remover muitas das lacunas e deficiências nesta área, e servirá como um estímulo para novas atividades e medidas decididas, na eliminação da violência familiar.

Estudo Empírico

Formulação do problema

Com este trabalho, propõe-se um estudo das atitudes dos parceiros em relação à violência doméstica, dependendo da idade do casal; a duração da relação; a atitude dos parceiros sobre a temática; manifestação de outras variáveis neste relatório: sexo, idade, qualidades pessoais.

A importância da pesquisa é a de identificar a influência que tem a duração da relação na implicação direta com as atitudes e comportamentos relacionais.

A nossa pesquisa visa identificar a influência do comportamento nas atitudes dos companheiros no que diz respeito à violência doméstica e durabilidade da relação. Para tal, utilizamos testes psicométricos e outros que desvendam as características psicológicas individuais, bem como o conhecimento dos entrevistados sobre situações de abuso intrafamiliar. A amostra é constituída por pessoas casadas selecionadas conforme a idade e a durabilidade do casal, o que permite a criação de uma imagem de referência da atitude, que resulta dos critérios sociopsicológicos. Assim, podemos concluir que a idade dos entrevistados denota alguma experiência da vida em concubinato.

Objetivos

1. Verificar se os parceiros em casais com mais de 10 anos de idade de relacionamento identificam de forma mais imediata os sinais de violência doméstica e manifestam intolerância mais veementemente para esse fenómeno do que os dos casais até 10 anos de idade de relacionamento.
2. Verificar se as mulheres identificam os sinais de violência doméstica de forma mais completa e exteriorizam a intolerância mais veementemente para com esse fenómeno do que os homens.

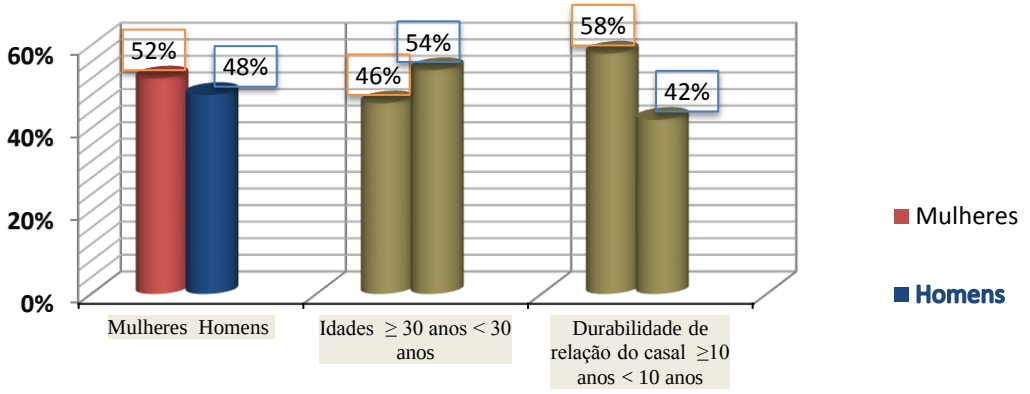
3. Verificar se as pessoas menos confiantes em si mesmas ou com um excessivo nível de autoconfiança identificam indícios de violência doméstica, mas mostram tolerância a esse fenómeno de forma mais evidente, sendo assertivas.
4. Verificar se as pessoas com um baixo nível de autoeficácia, identificam de forma menos completa os indícios da violência doméstica e mostram tolerância a esse fenómeno de forma mais evidente do que as caracterizadas pela autoeficácia.
5. Verificar se as atitudes tolerantes da violência doméstica estão sujeitas a certas manifestações de psicopatologia na estrutura da personalidade: obsessões, sensibilidade interpessoal, hostilidade, sintomas paranoicos e psicóticos.
6. Verificar se os indivíduos tolerantes à violência doméstica manifestam um maior nível de negativismo, manifestando-se o ressentimento, o ataque, a irritabilidade.

Amostra

A amostra inclui 100 pessoas casadas escolhidas de acordo com os seguintes parâmetros psicossociais e psicológicos:

1) Por sexo – 52 mulheres, 48 homens. O estudo inclui vários respondentes do sexo feminino (52%), em comparação com os homens 48%;
2) Por idade – 46 pessoas com idade igual ou superior a 30 anos inclusive ($\geq$ 30), e 54 pessoas com idades até aos 30 anos de idade inclusive ($\leq$30);
3) Por tempo de duração da relação do casal – parceiros de casais com uma durabilidade da relação até 10 anos inclusive (< 10) – 42 pessoas; e parceiros de casais com uma durabilidade da relação igual ou maior do que 10 anos ($\geq$ 10) – 58 pessoas.

Gráfico 1 – Descrição da amostra, N = 100, %



Esta investigação é importante na medida em que pretende elucidar um dos fatores da violência doméstica – atitudes tolerantes a esse fenómeno que, em muitos casos, estão limitadas a um conhecimento insuficiente sobre a natureza, forma, efeitos do abuso familiar, bem como dos efeitos sociais indesejáveis, psicológicos, e psíquicos nas pessoas.

Instrumentos

I. *Questionário " Questionário para identificar a opinião pública sobre a violência doméstica?" (Investigação social)* (desenvolvido pelo autor (Magenta Consulting – www.consulting.md/eng) com base no conhecimento generalizado, com referência ao fenómeno da violência doméstica). Tem como objetivos a verificação das duas primeiras hipóteses, relacionadas com a divisão em grupos, de acordo com dois critérios básicos que observamos durante a pesquisa: o grau de informação sobre a violência doméstica e o grau de tolerância a este fenómeno.

O questionário apresenta uma técnica de marketing quantitativa que assume a forma de uma série de perguntas, abordando os entrevistados. As tarefas básicas de um questionário são utilizadas para detetar fontes latentes de informações, recuperar estas filtrá-las e recolher

o mais relevante das informações insignificantes; sendo útil na organização da informação e perceção do funcionamento dos mecanismos de resposta.

Como método de avaliação apresenta várias vantagens:

- Fornece uma grande quantidade e variedade de dados baseados em opiniões dos entrevistados;
- Devido ao elevado grau de estruturação, utilização de métodos estatísticos e geração de dados numéricos, as suas conclusões são vistas como científicas, objetivas e, portanto, corretas;
- Fornece respostas claras às questões pesquisadas.

O questionário está estruturado em 6 itens, com perguntas fechadas, que solicitam aos entrevistados que selecionem as respostas desejadas de entre várias propostas, incluindo questões dicotómicas e questões de escolha múltipla.

As questões abordadas no questionário são:

- Definição de violência doméstica;
- Tipos e causas da violência doméstica;
- O ambiente em que se encontra com mais frequência a violência doméstica, fazendo apelo aos mitos que foram implantados na cultura tradicional sobre o fenómeno em questão;
- Aconselhamentos às vítimas de violência doméstica;
- Tipo de assistência / apoio às vítimas de violência doméstica.

O questionário estatístico fornece uma visão coerente sobre o estado das coisas, com base em informações primárias que permitem a identificação da opinião dos entrevistados sobre violência doméstica. (Ver Anexo A)

II. *Teste de autoconfiança, Romek V.G – (*Este teste foi aprovado pelo Senado da Universidade Livre Internacional da Moldávia em 05 novembro de 2009, para ser usado em casos psicológicos da violência doméstica e reabilitação da vítima e do agressor).

Usamos o teste para a identificação correta da relação entre as atitudes de violência doméstica e a confiança da pessoa. A composição do teste é baseada em 30 declarações de três respostas diferentes (A – verdadeiro; B – difícil dizer, C – falso). A determinação da autoconfiança permite avaliar a hipótese número 3, segundo a qual as pessoas menos confiantes em si mesmas, ou com nível excessivo de confiança, identificam de forma menos completa e mostram sinais de tolerância em relação à violência doméstica de forma mais evidente. (Ver Anexo D)

III. *Teste Geral de autoeficácia (General Self-Efficacy – Sherer (GSESH).* Este teste foi aprovado pelo Senado da Universidade Livre Internacional da Moldávia em 05 novembro de 2009, para ser usado em casos: psicológicos da violência doméstica e reabilitação da vítima e do agressor).

Usamos o teste para identificação correta da relação entre atitudes relativas à violência doméstica e a autoeficácia geral da pessoa. As escalas do teste identificam a capacidade de:

a. Iniciativa;
b. Esforço social;
c. Persistência.

O teste de autoeficácia geral é constituído por 12 itens que são compreendidos por três fatores apresentados na escala. Ao sujeito é pedido para autoavaliar a questão, optando por uma das quatro opções de resposta: 1 – concordo totalmente, 2 – concordo parcialmente, 3 – discordo parcialmente, 4 – discordo totalmente. A pontuação total obtida revela o nível de

autoeficácia revelado. Assim, a pontuação varia entre um mínimo e um máximo de 48 pontos.

A análise dos resultados vai permitir-nos testar, confirmando ou rejeitando, a hipótese número 4: a relação entre o nível da autoeficácia dos participantes e atitudes em relação à violência familiar. (Ver Anexo B)

IV. *Questionário que estabelece o grau de expressão da sintomatologia psicopatológica* (*Symptom Check LIST-90-Revised – SCL-90-R)* – Este teste foi aprovado pelo Senado da Universidade Livre Internacional da Moldávia em 05 novembro de 2009, para ser usado em casos: psicológicos da violência doméstica e reabilitação da vítima e do agressor).
Usamos este teste para a identificação correta da relação entre atitudes perante a violência doméstica e transtornos de personalidade.

As escalas identificam 9 desordens sintomáticas:

1) Somatização;
2) Transtorno obsessivo – compulsivo;
3) Sensibilidade interpessoal;
4) Depressão;
5) Ansiedade;
6) Hostilidade;
7) Ansiedade fóbica;
8) Sintomas paranoicos;
9) Psicose.

Na estrutura do questionário estão incluídas 90 afirmações em que o sujeito necessita selecionar uma das quatro respostas (0 – não, 1 – pelo menos, 2 – médio, 3 – forte, 4 – muito duro), que mostram o grau de manifestação de sintomas psicopatológicos no indivíduo.

O questionário conduz à determinação de uma relação entre algumas manifestações psicopatológicas na estrutura da personalidade como obsessão, sensibilidade interpessoal, hostilidade, sintomas paranoicos, psicóticos e a atitude de tolerância dos participantes perante a violência doméstica. Este é o objetivo do questionário *Symptom Check LIST*.

O método fornece informações com referência a mudanças fisiológicas, psicológicas e psicossociais, estrutura da personalidade dos sujeitos (somatização, transtorno obsessivo-compulsivo, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, sintomas paranoicos, psicóticos). (Ver Anexo C)

V. *Teste de hostilidade* – Este teste foi aprovado pelo Senado da Universidade Livre Internacional da Moldávia em 05 novembro de 2009, para ser usado em casos: psicológicos da violência doméstica e reabilitação da vítima e do agressor).

Utilizámos este teste para verificar a relação entre a tolerância para com a violência doméstica e a ocorrência de algumas formas de hostilidade. O teste consiste em 66 itens – declarações. Os entrevistados são solicitados a determinar o valor da verdade de cada uma das afirmações, referindo-se a si mesmos.

As escalas identificam os seguintes 7 índices de hostilidade geral:

1. NE – negativismo;
2. RE – ressentimento;
3. IN – hostilidade indireta;
4. AT – ataque;
5. SU – supostos;
6. IR – irritabilidade;
7. VE – hostilidade verbal

O objetivo do teste é verificar a última hipótese experimental que assume que um alto nível de hostilidade indica uma tolerância manifesta dos respondentes à violência doméstica. (Ver Anexo E)

Procedimento

O presente trabalho foi realizado com indivíduos de ambos os sexos, pertencentes aos diversos grupos profissionais, por idade, e por duração da relação do casal, tendo a recolha dos dados sido realizada na Republica da Moldávia, distrito de Chisinau.

Tive então a possibilidade de acesso a uma clínica integrada numa universidade, e aos seus pacientes com eventuais comportamentos problemáticos (Instituto de Formação e Investigação Social (IFIS) de ULIM).

As aplicações dos questionários decorreram nos meses de agosto e setembro de 2010, com a participação de 100 pessoas.

O preenchimento dos questionários foi realizado de forma totalmente anónima, tendo apenas sido recolhidas as informações que constam nos mesmos (sexo, idade, durabilidade da relação do casal). Os dados recolhidos foram depois inseridos no software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 12.0 para Windows, que executa uma amostra t-teste, amostras independentes, e amostras emparelhadas.

No programa utilizado para recolha de dados no SPSS, utilizamos o Student´s T-tests for Different Equality Means. Os pesquisadores das ciências sociais, comparam frequentemente as medianas da distribuição (usando uma média aritmética) de duas categorias de respostas. As medianas da distribuição podem ser comparadas usando T-tests.

Os T-tests comparam as médias das notas de um mesmo grupo de pessoas em dois pontos no tempo, Estes podem também comparar os resultados de dois grupos diferentes. O SPSS fornece o valor de saída que indica o valor T (a estatística do teste) e a significância (a

probabilidade dos resultados serem devidos ao acaso, em vez do uso da variável independente) para a comparação entre as metades da distribuição.

Utilizamos também o Coeficiente (r) de correlação de Pearson que entre duas variáveis reflete o grau em que estão relacionadas.

Resultados

Após a aplicação dos métodos (de recolha de dados e do seu processamento estatístico), recebemos as informações de análise dos resultados, que a seguir se apresentam.

Investigação social

Deve-se notar o facto de que, de entre os entrevistados, as taxas significativamente baixas realçam os aspetos psicológicos e psicossociais complexos do fenómeno, ressaltando em: ofensa (48%), dominação (46%), proibições (26%), coação da vítima por parte do agressor – constrangimentos – (24%) e outros (12%); apresentaram assim uma percentagem muito baixa entre os entrevistados.

Tabela 3 – Representação social da violência doméstica (em %)

	Item	Total	Sexo		Idade		Durabilidade de relação do casal	
			Mulheres	Homens	≥ 30	<30	≥ 10	<10
1	Agressividade	74	78,8	64,6	78,3	66,7	67,8	71,4
2	Vítima	68	76,9	52,1	65,2	66,7	64,4	61,9
3	Agressor	78	76,9	72,9	82,6	68,5	78	66,7
4	Constrangimento	24	19,2	25	26,1	22,2	25,4	16,7
5	Conflito	56	53,8	52,1	47,8	55,6	49,2	57,1
6	Sofrimento	74	80,8	58,3	65,2	77,8	66,1	76,2
7	Proibição	26	11,5	39,6	17,4	33,3	20,3	28,6
8	Dominação	46	46,2	43,8	58,7	31,5	50,8	35,7
9	Ofensa	48	48,1	43,8	56,5	40,7	54,2	35,7
10	Outras	12	19,2	4,2	13	11,1	11,9	7,1

Assunto 2. Em outro item do questionário, queríamos identificar quais eram as crenças das pessoas sobre o fenómeno de violência doméstica.

Tabela 4 – Crenças estereotipadas sobre a violência doméstica (em %).

	Item	Total	Sexo		Idade		Durabilidade de relação do casal	
			Mulheres	Homens	≥ 30	<30	≥ 10	<10
1	As mulheres provocam a violência e "merecem-na" de uma certa forma	8	7,7	8,3	13	3,7	13,8	0
2	As mulheres gostam da violência, caso contrário abandonariam a relação	6	7,7	4,2	13	0	10,3	0
3	A violência ocorre apenas em famílias desfavorecidas	29	15,4	43,8	21,7	37	27,6	33,3
4	Ninguém tem o direito de se envolver no conflito entre parceiros ou /cônjuges	48	38,5	58,3	47,8	51,9	51,7	47,6
5	A violência é causada pelo consumo de álcool	88	76,9	95,8	91,3	88,9	89,7	90,5
6	As mulheres agredidas batem nos seus filhos	40	32,7	45,8	47,8	37	51,7	28,6
7	Os homens violentos vêm de famílias violentas	86	76,9	91,7	91,3	85,2	89,7	85,7
8	Um homem que não pode bater na sua mulher, então, não a ama de verdade	6	3,8	8,3	4,3	7,4	6,9	4,8
9	As pessoas violentas abusam, porque não conhecem outra maneira de expressar emoções	60	59,6	58,3	60,9	63	65,5	57,1
10	Bater é legitimado pela consagração do matrimónio	18	7,7	29,2	17,4	18,5	24,1	9,5
11	Uma mulher agredida pode, a qualquer momento, separar-se do agressor	58	55,8	58,3	13	55,6	62,1	57,1

A representação social do fenómeno de violência doméstica resultou na análise de mitos e crenças com um valor generalizado para a comunidade. Estão expostas, de modo a auxiliar a pesquisa, uma série de declarações, estereotipadas, sobre o abuso intrafamiliar (11 afirmações modelo).

Então, olhando para os resultados obtidos na tabela acima, vemos que a maior parcela do total de entrevistados é formada por pessoas que afirmam que a violência doméstica é causada pelo consumo excessivo de álcool (88%), seguido por indivíduos (86%) que acreditam que os homens violentos (agressores) vêm das famílias violentas, o que justificaria o seu comportamento agressivo.

Aproximadamente 60% dos inquiridos afirma que as pessoas violentas abusam porque não conhecem outra maneira de expressar as suas emoções e num número significativo de

entrevistados é reforçado que uma mulher espancada pode, a qualquer momento, separar-se do agressor (58%).

Taxas abaixo de 50% das declarações recolhidas concentram-se nos indivíduos, segundo os quais, ninguém tem o direito de se envolver nos conflitos entre os parceiros / cônjuges (48%), as mulheres agredidas batem nos seus filhos (40%), a violência ocorre apenas em famílias desfavorecidos (29%). Dos entrevistados, 18% acredita que bater é legítimo pela consagração do matrimónio; 8% responde que são as mulheres que provocam a violência e "merecem-na" de alguma forma e 6% afirma que a mulher gosta da violência, pois prefere ficar numa relação (ainda que violenta) a ser abandonada, além disso, outros 6% consideram a agressão representativa do ‘’verdadeiro’’ amor entre homem/mulher, ou seja, o homem que não bate na mulher não a ama verdadeiramente.

Assunto 3. Os entrevistados determinaram o valor verdade da seguinte declaração: *uma palmada ou estalada recebida pode ser considerada uma forma de violência*; assinalando, assim, quais as atitudes que confirmam o fenómeno da violência doméstica.

Tabela 5 – Atitudes em relação à violência doméstica (em %)

	Item	Total	Sexo		Idade		Durabilidade de relação do casal	
			Mulheres	Homens	≥ 30	<30	≥ 10	<10
1	Sim	80,0	92,3	66,7	78,3	81,5	72,4	90,5
2	Não	20	7,7	33,3	21,7	18,5	27,6	9,5

A maioria dos participantes de pesquisa (N= 80%) considerou que uma estalada ou palmada recebida pode ser considerada uma forma de violência; os entrevistados que dizem o contrário são uma pequena percentagem – 20%.

Assunto 4. Aos participantes foram apresentadas duas situações que exigem uma solução ou formulação de recomendações para as vítimas de abuso.

Da recolha detalhada dos conselhos que os inquiridos recomendaram, para as vítimas de violência, surge a tabela 6.

Tabela 6 – Conselhos para as vítimas de violência doméstica (em %)

		Item	Total	Sexo		Idade		Durabilidade de relação do casal	
				Mulheres	Homens	≥ 30	< 30	≥ 10	< 10
Uma jovem recebe uma primeira estalada do namorado, devendo:									
	1	Ir embora	30	14	16	16	14	18	12
	2	Deixar o namorado	60	37	24	28	32	36	24
a	3	Perdoar e continuar a viver junta	10	1	8	2	8	4	6
Uma mulher que vive há mais de dez anos com um parceiro violento deve:									
	1	Ir embora	14	8	6	4	9	6	8
	2	Deixar o parceiro e divorciar-se	76	40	36	38	38	46	30
b	3	Perdoar e ficarem juntos	10	4	6	4	6	6	4

Como se reflete na tabela 6, a maioria dos participantes da pesquisa (N= 60%) acredita que uma jovem mulher que recebe a primeira estalada do seu namorado deve deixá-lo; 30% dos entrevistados acredita que a jovem deve afastar-se do namorado, enquanto uma taxa significativamente mais baixa dos sujeitos (N= 10%) acredita que esta jovem, vítima de violência física, deve perdoar o seu parceiro e continuar a viver com ele, negligenciando a primeira manifestação de abuso conjugal.

Assunto 5. Este tópico está focado na identificação do refúgio seguro para ajudar as vítimas de violência doméstica.

Tabela 7 – Lugar de acolhimento seguro para ajudar as vítimas de violência doméstica (%).

	Item	Total	Sexo		Idade		Durabilidade de relação do casal	
			Mulheres	Homens	≥ 30	< 30	≥ 10	< 10
1	Polícia	60	57,7	62,5	52,2	66,7	58,6	61,9
2	Parentes, amigos	48	46,2	50	52,2	44,4	51,7	42,9
3	Abrigos, centros especializados	30	42,3	16,7	39,1	22,2	34,5	23,8
4	Advogados, departamentos jurídicos	16	7,7	25	0	29,6	10,3	23,8
5	Psicólogos, assistentes sociais, médicos	40	46,2	33,3	43,5	37	44,8	33,3
6	Telefone de confiança	14	15,4	12,5	8,7	18,5	13,8	14,3

A maioria dos participantes do inquérito (N= 60%) acredita que uma vítima de violência doméstica deve dirigir-se principalmente à polícia para obter ajuda. Em segundo lugar está a busca de refúgio junto de parentes e amigos (48%), seguido pela procura de ajuda de técnicos – psicólogos, assistentes sociais, médicos (40%), com menor incidência para advogados e/ou departamentos jurídicos (16%), –, de abrigos, centros especializados (30%) e, por último, de um telefone de confiança (14%), vulgo ‘’linhas de apoio’’. No quadro geral, a Polícia mantém a posição de líder em todas as categorias, seja de género, de idade; nos parceiros com relações temporais até 10 anos ou mais anos.

Assunto 6. Este item centra-se na determinação do nível de conhecimento dos entrevistados sobre os tipos de violência doméstica, apresentando os seguintes resultados, conforme o demonstrado (tabela 8):

Tabela 8 – Tipologia do fenómeno da violência doméstica (%).

	Item	Total	Sexo		Idade		Durabilidade de relação do casal	
			Mulheres	Homens	≥ 30	< 30	≥ 10	< 10
1	Violência física (espancamento)	96	96,2	95,8	95,7	96,3	96,6	95,2
2	Violência psicológica	56	69,2	41,7	47,8	63	44,8	71,4
3	Violência sexual	38	42,3	33,3	30,4	44,4	27,6	52,4
4	Violência económica (falta de acesso a recursos financeiros)	48	42,3	54,2	21,7	70,4	27,6	76,2
5	Violência espiritual	30	30,8	29,2	4,3	51,9	6,9	61,9

A maior parte dos entrevistados de entre todos os participantes entrevistados (96%), considera a violência física a forma mais comum de violência doméstica.

I. *Teste de autoeficácia geral (General Self-Efficacy – Sherer (GSESH)*

A investigação dos fatores da autoeficácia geral dos sujeitos registou os seguintes resultados:

Tabela 9 – Auto eficácia dos fatores globais. Amostra total N = 100%

		Iniciativa	Esforço social	Persistência	Autoeficácia geral
N	Valid	100	100	100	100
	Média	**10,85**	**13,28**	**12,96**	**37,09**
	Erro padrão da média	0,24593	0,24457	0,26089	0,62233
	Desvio padrão	2,45926	2,44569	2,60892	6,22328
	Variância	6,048	5,981	6,806	38,729
	Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00
	Máximo	14,00	16,00	16,00	45,00

		Iniciativa	Esforço social	Persistência	Autoeficácia geral
N	Valid	100	100	100	100
	Média	**10,85**	**13,28**	**12,96**	**37,09**
	Erro padrão da média	0,24593	0,24457	0,26089	0,62233
	Desvio padrão	2,45926	2,44569	2,60892	6,22328
	Variância	6,048	5,981	6,806	38,729
	Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00

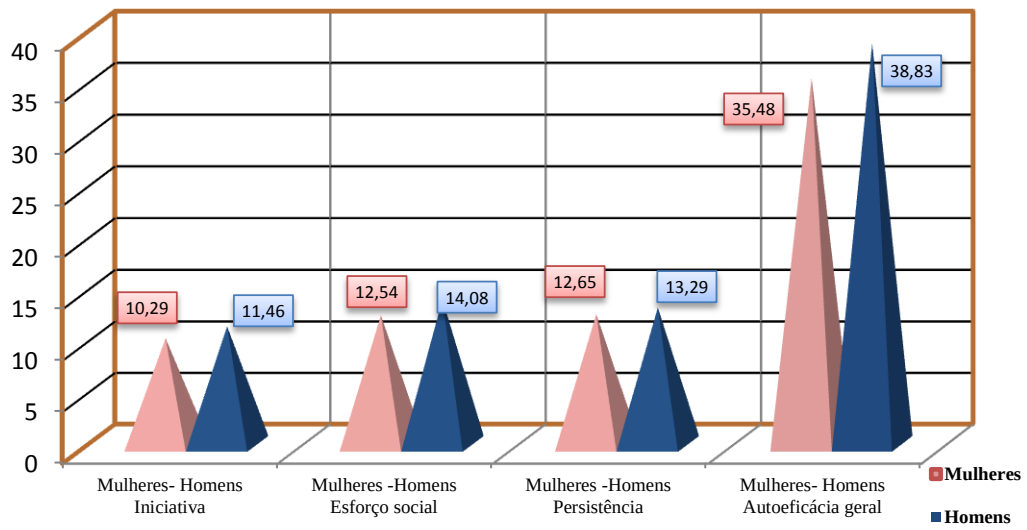
A média geral, de toda a amostra, revela o nível mais baixo na iniciativa – 10, 85%, seguido da persistência – 12, 96%, do esforço social – 13, 28% e o indicador com o nível mais alto – 37, 09% – o da autoeficácia geral.

A Tabela 9 mostra a média de autoeficácia para duas amostras independentes: mulheres – homens. Analisando os dados obtidos, constatamos que, ao contrário dos homens, as mulheres mostram uma média inferior (10,29%) no item da iniciativa com 1,17 pontos diferenciais.

Tabela 10 - Fatores da autoeficácia geral da pessoa, para duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

	Sexo	N	Mean	Desvio Padrão	Desvio padrão da média
Iniciativa	Mulher	52	10,29	2,67403	, 37082
	Homem	48	11,46	2,06241	, 29768
Esforço social	Mulher	52	12,54	2,83162	, 39268
	Homem	48	14,08	1,62210	, 23413
Persistência	Mulher	52	12,65	2,52738	, 35048
	Homem	48	13,29	2,68136	, 38702
Autoeficácia geral	Mulher	52	35,48	6,88702	, 95506
	Homem	48	38,83	4,91344	,70919

Gráfico 2 – Médias da autoeficácia por pessoa, para duas amostras independentes: Mulheres e Homens



Segundo o Gráfico 2, os homens registaram maior pontuação para todos os fatores de autoeficácia (iniciativa, esforço social, persistência), em comparação com as mulheres, embora com desvios pouco acentuados. Quanto à autoeficácia geral, ela varia em ambas as amostras, indicando-se nos homens e nas mulheres o nível mais alto.

Tabela 11 – Comparação estatística das médias da autoeficácia da pessoa, para duas amostras independentes: Mulheres e Homens

		T-test de igualdade das médias						
		t	df	Sig. (2-tailed)	**Diferença média**	**Diferença do erro padrão**	**95% de confiamça Intervalo da Diferença**	
							Limite inferior	**Limite superior**
Iniciativa	Assumindo variâncias iguais	-2,435	98	, 017	-1,16987	, 48043	-2,12327	-, 21647
	Não assumindo variâncias iguais	-2,460	95,070	, 016	-1,16987	, 47553	-2,11390	-, 22584
Esforço social	Assumindo variâncias iguais	-3,311	98	, 001	-1,54487	, 46662	-2,47086	-, 61888
	Não assumindo variâncias	-3,379	82,406	, 001	-1,54487	, 45718	-2,45428	-, 63547

	iguais							
Persistência	Assumindo variâncias iguais	-1,224	98	, 224	-, 63782	, 52089	-1,67151	, 39587
	Não assumindo variâncias iguais	-1,222	96,122	, 225	-, 63782	, 52213	-1,67423	, 39859
Autoeficácia geral	Assumindo variâncias iguais	-2,781	98	, 006	-3,35256	1,20532	-5,74448	-, 96065
	Não assumindo variâncias iguais	-2,818	92,298	, 006	-3,35256	1,18958	-5,71506	-, 99007

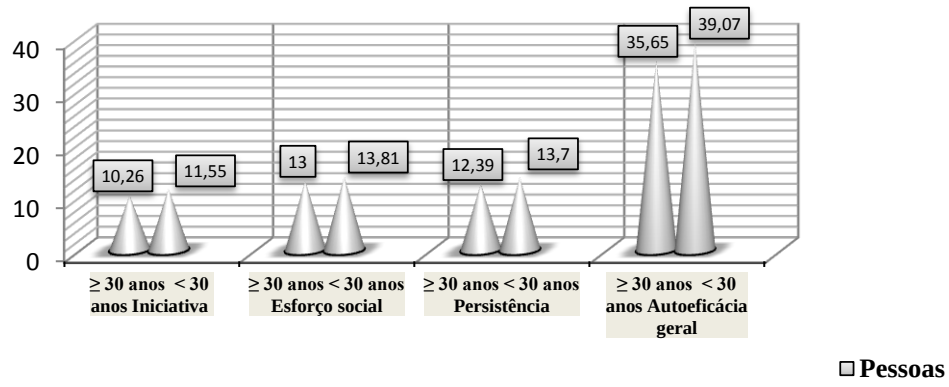
Comparando as médias (Tabela 11), destacou-se uma diferença evidente entre as mulheres – t = -2,435 (p <0,01) e os homens – t = -2,460 (p <0,01) no item da iniciativa.

Os dados mostram que em ambas as amostras a variação da média encontrada parece ser significativa. A amostra masculina mostrou uma parcela maior na escala do esforço social (t = -3,37 para p <0,01) e autoeficácia geral (t = 2, 81 p <0,01) em comparação com a amostra do sexo feminino, mostrando um nível baixo.

Tabela 12 Fatores da autoeficácia geral da pessoa para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos.

	Idade	N	**Média**	Desvio Padrão	**Diferença do erro padrão**
Iniciativa	≥ 30	46	10,26	2,35169	, 34674
	<30	54	11,55	1,89006	, 25720
Esforço social	≥ 30	46	13,00	2,30940	, 34050
	<30	54	13,81	1,75987	, 23949
Persistência	≥ 30	46	12,39	2,16516	, 31924
	<30	54	13,70	2,17732	, 29630
Autoeficácia geral	≥ 30	46	35,65	4,71978	, 69589
	<30	54	39,07	4,68579	, 63766

Gráfico 3 – Média da autoeficácia da pessoa para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos.



De acordo com a Tabela 12, as médias dos fatores da autoeficácia provaram ser diferentes para ambas as amostras. Os indivíduos com mais de 30 anos indicam um maior nível de iniciativa: 11,55, em comparação com a primeira amostra de indivíduos**:** 10,26 respetivamente.

A amostra II (< 30 anos) de indivíduos regista níveis superiores nos itens esforço social, persistência e nos fatores da autoeficácia geral, em comparação com pessoas com idade até 30 anos (Gráfico 3.), isso significa que as pessoas com mais de 30 anos apresentam uma autoeficácia pessoal alta.

Tabela 13 – Comparação estatística de autoeficácia geral de duas amostras: indivíduos com idade até 30 anos e mais de 30 anos.

			T-test de igualdade das médias						
			t	df	Sig. (2tailed)	**Diferença da média**	**Diferença do erro padrão**	95% confiança Intervalo da Diferença	
Idade								Limite inferior	Limite superior
Iniciativa	<30	Assumindo variâncias iguais	-3,052	98	,003	-1,29469	,42428	-2,13665	-,45272
	≥ 30	Não assumindo variâncias iguais	-2,999	86,031	,004	-1,29469	,43172	-2,15291	-,43646

Esforço social	<30	Assumindo variâncias iguais	-2,000	98	,048	-,81481	,40746	-1,62340	-,00623
	≥ 30	Não assumindo variâncias iguais	-1,957	83,239	,054	-,81481	,41629	-1,64276	,01313
Persistência	<30	Assumindo variâncias iguais	-3,012	98	,003	-1,31240	,43575	-2,17712	-,44768
	≥ 30	Não assumindo variâncias iguais	-3,013	95,655	,003	-1,31240	,43555	-2,17700	-,44780
Autoeficácia geral	<30	Assumindo variâncias iguais	-3,628	98	,000	-3,42190	,94331	-5,29387	-1,54993
	≥ 30	Não assumindo variâncias iguais	-3,625	95,267	,000	-3,42190	,94386	-5,29563	-1,54817

O cálculo dos dados adquiridos em ambas as amostras aponta para uma variação dos fatores da autoeficácia da pessoa (Tabela 13). O primeiro grupo de indivíduos (< 30) (amostra I) indica uma taxa significativamente menor de persistência (t = 3, 012 p <0,01), de iniciativa (t =3,052) e ainda menos de esforço social (t = 2,00 p <0,01) por oposição à autoeficácia geral (t= 3,628). Pelo contrário, nos indivíduos com idade até 30 anos, na amostra II**,** registou-se um nível da autoeficácia relevante (t = 3, 625 p <0,01).

Tabela 14 – Fatores da autoeficácia geral da pessoa para duas amostras independentes: parceiros dos casais com a duração da relação até 10 e mais de 10 anos de idade.

	Idade	N	**Média**	**Desvio padrão**	**Erro padrão da média**
Iniciativa	≥ 10	58	10,41	2,34734	,30822
	<10	42	11,71	1,74308	,26896
Esforço social	≥ 10	58	13,10	2,37450	,31179
	<10	42	13,90	1,42811	,22036
Persistência	≥ 10	58	12,82	2,18558	,28698
	<10	42	13,47	2,32943	,35944
Autoeficácia geral	≥ 10	58	36,34	5,02119	,65931
	<10	42	39,09	4,51453	,69661

Analisando as médias da amostra (parceiros cuja durabilidade da relação do casal é menor ou igual a 10 anos (<=10) e mais de 10 anos (>=10), podemos concluir que:

Um alto nível de fatores da autoeficácia geral está registado nos casais com durabilidade da relação acima de >10 anos, onde se encontram os seguintes resultados: iniciativa – 11,71; esforço social – 13,90; persistência – 13,47; autoeficácia geral – 39, 09 (Gráfico 4.).

Gráfico 4 – Média da autoeficácia das pessoas para duas amostras independentes: os parceiros de casais com a duração da relação até 10 e mais de 10 anos de idade.

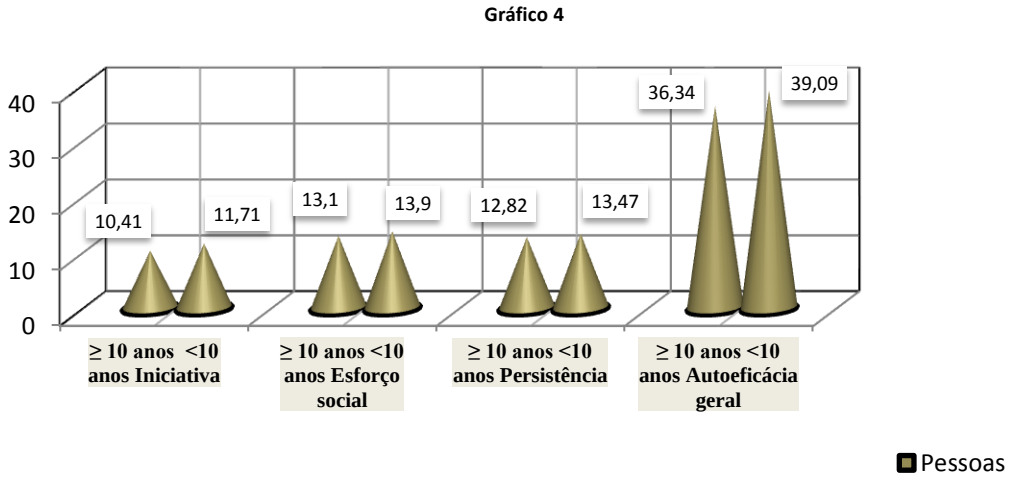


Tabela 15 – Comparação estatística das médias com referência a autoeficácia das pessoas em duas amostras independentes: parceiros de casais com a duração da relação até 10 e mais de 10 anos de idade.

			T-test de igualdade das médias						
			t	df	Sig. (2-tailed)	**Diferença media**	Diferença do erro padrão	**95% confiança Intervalo da diferença**	
	Duração da relação do casal							**Limite inferior**	**Limite superior**
Iniciativa	<10	Assumindo variâncias iguais	-3,034	98	,003	-1,30049	,42865	-2,15113	-,44985
	≥ 10	Não assumindo variâncias iguais	-3,179	97,922	,002	-1,30049	,40907	-2,11229	-,48869

Esforço social	<10	Assumindo variâncias iguais	-1,945	98	,055	-,80131	,41188	-1,61868	,01606
	≥ 10	Não assumindo variâncias iguais	-2,099	95,158	,038	-,80131	,38180	-1,55926	-,04336
Persistência	<10	Assumindo variâncias iguais	-1,425	98	,157	-,64860	,45524	-1,55202	,25481
	≥ 10	Não assumindo variâncias iguais	-1,410	85,068	,162	-,64860	,45995	-1,56310	,26589
Autoeficácia geral	<10	Assumindo variâncias iguais	-2,819	98	,006	-2,75041	,97571	-4,68668	-,81414
	≥ 10	Não assumindo variâncias iguais	-2,868	93,429	,005	-2,75041	,95914	-4,65496	-,84586

Ao estabelecermos uma comparação para os dados obtidos, após a aplicação do teste de autoeficácia geral de duas amostras diferentes (com os parceiros de casais até e mais de 10 anos), encontramos as seguintes diferenças (Tabela 15):

Primeiro, os parceiros de casal com a duração da relação do casal com menos de 10 anos (<10) manifestam na iniciativa dos indivíduos uma parte mais relevante deste fator – t = 3, 179 (p <0,02) em comparação com amostra I (3,034 (p <0, 03).

Segundo, outras diferenças são assinaladas pelo esforço social e fatores da autoeficácia geral, seguindo a mesma margem alargada, como no primeiro caso, isto é, os sujeitos da amostra II indicam uma quantidade significativa de fatores pessoais de autoeficácia. Já no que diz respeito ao fator persistência esses valores diferenciais estão invertidos.

Na tabela 16, são apresentados os resultados da correlação de dados em ordem a identificar a relação entre a autoeficácia do indivíduo e atitudes em relação à violência doméstica.

Tabela 16 – Correlação estatística de dados sobre a autoeficácia da pessoa e atitudes em relação à violência doméstica.

		Atitudes sobre VD
Esforço social	Coeficiente de correlação de Pearson	-,284**
	Sig. (2-tailed)	,004
	N	100
Autoeficácia geral	Coeficiente de correlação de Pearson	-,215*
	Sig. (2-tailed)	**,031**
	N	100

**. A correlação é significante com o valor de 0.01 (2-tiled).

*. A correlação é significante com o valor de 0.05 (2-tailed)

A correlação de dados entre a autoeficácia do indivíduo e atitudes em relação à violência doméstica apresenta uma relação indireta de dois fatores significativos. Os coeficientes recebidos mostram a tendência do aumento da tolerância da violência doméstica no caso do esforço social ($r = - 0,284$ $p < 0,01$) e autoeficácia geral ($r = - 0,215$ $p < 0,05$). Tanto quanto sabemos, a autoeficácia geral é definida como a crença da pessoa em que pode organizar e executar um percurso particular de ação, ou pode obter certos resultados na vida, incluindo o esforço social como uma das partes da autoeficácia, mostrando orientação para a realização.

Parece que as pessoas autoeficientes compartilham crenças equivocadas sobre a capacidade de controlar as manifestações violentas do outro parceiro do casal e mudar o comportamento deste. É um mito muito difundido, mas a realidade é outra – a violência na família torna-se parte de um ciclo difícil de quebrar: o parceiro usa tanto a violência verbal, bem como a não-verbal (gestos, mímica, etc.). Para intimidar o outro, a pessoa faz ameaças, acusações, culpabiliza, provoca o isolamento social da vítima. O fim deste padrão de

violência afigura-se bastante árduo, especialmente se a pessoa vítima deste tipo de violência conta apenas com seu próprio poder, sem aceitar ajuda externa.

Questionário que estabelece o grau de expressão da sintomatologia psicopatológica (*Symptom Check LIST-90-Revised – SCL-90-R*)

Na análise da média das duas amostras independentes: mulheres e homens sobre o grau de manifestação de distúrbios psicopatológicos (Tabela 17), vemos que:

Diferenças óbvias são encontradas na escala de depressão, pois as mulheres registaram um nível mais elevado (1,19) do que os homens (0,82).

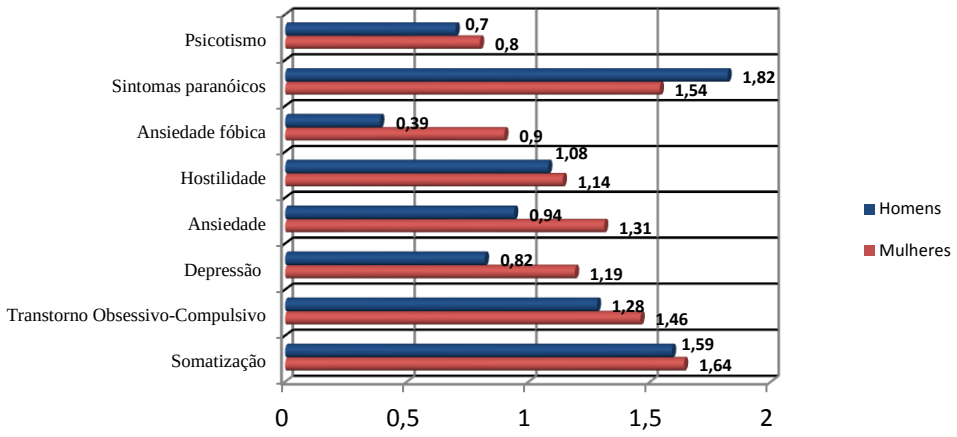
A amostra II (homens) indica uma taxa reduzida de sintomas de ansiedade ou ansiedade fóbica – 0,94 e 0,39 respetivamente.

Tabela 17 – **Determinação do grau de expressão de desordens sintomáticas para duas amostras independentes: Mulheres e Homens**.

	Sexo	**N**	**Média**	**Desvio padrão**	**Erro padrão da média**
Somatização	Mulheres	52	1,64	1,03210	,14313
	Homens	48	1,59	,97391	,14057
Transtorno Obsessivo-Compulsivo	Mulheres	52	1,46	,69730	,09670
	Homens	48	1,28	,70579	,10187
Sensibilidade Interpessoal	Mulheres	52	1,31	,60087	,08333
	Homens	48	1,07	,66715	,09629
Depressão	Mulheres	52	1,19	,61579	,08540
	Homens	48	0,82	,51693	,07461
Ansiedade	Mulheres	52	1,31	,69941	,09699
	Homens	48	0,94	,56492	,08154

	Mulheres	52	1,14	,68498	,09499
Hostilidade					
	Homens	48	1,08	,72754	,10501
	Mulheres	52	0,90	,69139	,09588
Ansiedade fóbica					
	Homens	48	0,39	,32021	,04622
	Mulheres	52	1,54	,95719	,13274
Sintomas paranoicos					
	Homens	48	1,82	,88172	,12727
Psicose	Mulheres	52	0,80	,50020	,06936
	Homens	48	0,70	,47533	,06861

Gráfico 5 – Média do grau de expressão da sintomatologia psicopatológica em duas amostras independentes: Mulheres e Homens.



A comparação estatística das médias com referência ao grau de manifestação da sintomatologia psicopatológica (ver Tabela 18) das duas amostras, foi determinada com pequenas diferenças não significativas, com exceção dos sintomas de ansiedade, depressão e ansiedade fóbica. Em todo o gráfico, os valores correspondentes à amostragem dos homens são sempre inferiores ao grupo das mulheres com exceção do item referente aos sintomas paranoicos onde se constata que são os homens os que obtêm o nível superior (1,82 *vs*.1,54).

Tabela 18 – Comparação estatística de médias com referência ao grau de expressão da sintomatologia psicopatológica de duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

	Sexo		T-test de igualdade das médias						
			t	df	Sig. (2-tailed)	**Diferença da média**	**Diferença do erro padrão**	**95% confiança Intervalo da diferença**	
								Limite inferior	**Limite superior**
Somatização	M	Assumindo variâncias iguais	,232	97,949	,817	,04647	,20061	-,35164	,44459
	H	Não assumindo variâncias iguais	,231	98	,818	,04647	,20108	-,35257	,44552
Transtorno Obsessivo-Compulsivo	M	Assumindo variâncias iguais	1,26	97,160	,208	,17788	,14046	-,10088	,45665
	H	Não assumindo variâncias iguais	1,26	98	,208	,17788	,14039	-,10071	,45648
Sensibilidade Interpessoal	M	Assumindo variâncias iguais	1,82	94,769	,071	,23237	,12734	-,02044	,48518
	H	Não assumindo variâncias iguais	1,83	98	,070	,23237	,12681	-,01927	,48401
Depressão	M	Assumindo variâncias iguais	**3,31**	97,152	**,001**	,37532	,11340	,15026	,60038
	H	Não assumindo variâncias iguais	**3,28**	98	**,001**	,37532	,11420	,14870	,60194
Ansiedade	M	Assumindo variâncias iguais	**2,91**	96,344	**,004**	,36955	,12671	,11804	,62106
	H	Não assumindo variâncias iguais	**2,89**	98	**,005**	,36955	,12779	,11595	,62315
Hostilidade	M	Assumindo variâncias iguais	,426	96,093	,671	,06032	,14160	-,22075	,34139
	H	Não assumindo variâncias iguais	,427	98	,670	,06032	,14126	-,22000	,34064
Ansiedade fóbica	M	Assumindo variâncias iguais	**4,77**	73,169	**,000**	,50801	,10644	,29589	,72013
	H	Não assumindo variâncias iguais	**4,65**	98	**,000**	,50801	,10926	,29120	,72483
Sintomas Paranóicos	M	Assumindo variâncias iguais	-1,56	98,000	,122	-,28686	,18389	-,65178	,07807
	H	Não assumindo variâncias iguais	-1,55	98	,123	-,28686	,18450	-,65300	,07928
Psicose	M	Assumindo variâncias iguais	,982	97,913	,328	,09583	,09756	-,09778	,28945
	H	Não assumindo variâncias iguais	,980	98	,329	,09583	,09776	-,09818	,28984

As mulheres evidenciam um alto nível de depressão – t = 3, 31 (p <0,01), de ansiedade – t = 2,91 (p <0,01) e de ansiedade fóbica – t = 4,77 (p <0, 01), ao contrário dos homens que registaram taxas significativamente inferiores dentro das quais encontramos, respetivamente: (3,28, 2,89, 4,65 para p <0,01).

Na tabela 19, foi apresentado o valor da média estatística do grau de expressão da sintomatologia psicopatológica das pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos. A análise dos dados permite-nos ver que não há diferenças significativas entre as médias das amostras dos sujeitos inquiridos, exceto na somatização com uma diferença de 0,33.

As pessoas com idade acima de 30 anos mostraram um nível médio mais elevado de sensibilidade interpessoal (1,35), ao contrário da amostra II – 1,06.

Tabela 19 – Determinação do grau de expressão para duas amostras independentes de desordens sintomáticas: pessoas com idade até 30 anos e mais de 30 anos.

	Idade	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Somatização	≥ 30	46	1,44	1,01624	,14984
	<30	54	1,77	,96966	,13195
Transtorno Obsessivo-Compulsivo	≥ 30	46	1,45	,70857	,10447
	<30	54	1,31	,69917	,09514
Sensibilidade Interpessoal	≥ 30	46	1,35	,69973	,10317
	<30	54	1,06	,55897	,07607
Depressão	≥ 30	46	1,10	,67264	,09918
	<30	54	0,94	,52221	,07106
Ansiedade	≥ 30	46	1,11	,70761	,10433
	<30	54	1,15	,62601	,08519
Hostilidade	≥ 30	46	1,03	,70600	,10409
	<30	54	1,18	,69972	,09522
Ansiedade fóbica	≥ 30	46	0,75	,66788	,09847
	<30	54	0,57	,52796	,07185
Sintomas paranóicos	≥ 30	46	1,63	,89031	,13127
	<30	54	1,71	,96650	,13152
Psicose	≥ 30	46	0,78	,55482	,08180
	<30	54	0,72	,42701	,05811

A comparação estatística das médias (Tabela 20) não mostrou nenhuma diferença estatística entre os dados adquiridos em amostras de indivíduos abaixo de 30 anos e mais de 30 anos.

Tabela 20 – Comparação estatística das médias com referência ao grau de expressão da sintomática psicopatológica de duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos.

			T-test de igualdade das médias						
			t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença da média	Diferença do erro padrão	95% confiança Intervalo da diferença	
	Idade							Limite inferior	Limites superior
Somatização	<30	Assumindo variâncias iguais	-1,64	98	,103	-,32689	,19890	-,72160	,06782
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	-1,63	93,90	,105	-,32689	,19966	-,72332	,06953
Transtorno Obsessivo-Compulsivo	<30	Assumindo variâncias iguais	1,00	98	,318	,14171	,14115	-,13840	,42182
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	1,00	95,07	,318	,14171	,14130	-,13882	,42223
Sensibilidade Interpessoal	<30	Assumindo variâncias iguais	2,30	98	,023	,28986	,12591	,03999	,53972
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	2,26	85,71	,026	,28986	,12818	,03503	,54468
Depressão	<30	Assumindo variâncias iguais	1,30	98	,196	,15556	,11959	-,08176	,39287
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	1,27	84,22	,206	,15556	,12201	-,08706	,39817
Ansiedade	<30	Assumindo variâncias iguais	-,347	98	,730	-,04622	,13337	-,31089	,21846
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	-,343	90,75	,732	-,04622	,13469	-,31378	,22135
Hostilidade	<30	Assumindo variâncias iguais	-1,02	98	,308	-,14457	,14097	-,42433	,13518
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	-1,02	95,21	,308	-,14457	,14108	-,42463	,13549
Ansiedade fóbica	<30	Assumindo variâncias iguais	1,49	98	,138	,17874	,11964	-,05869	,41617
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	1,46	85,16	,146	,17874	,12190	-,06361	,42110

Sintomas Paranóicos	<30	Assumindo variâncias iguais	-,405	98	,687	-,07568	,18706	-,44689	,29552
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	-,407	97,37	,685	-,07568	,18582	-,44447	,29310
Psicose	<30	Assumindo variâncias iguais	,621	98	,536	,06103	,09829	-,13401	,25608
	≥30	Não assumindo variâncias iguais	,608	83,76	,545	,06103	,10034	-,13852	,26058

Apesar de tudo, nota-se um diferencial mais acentuado na sensibilidade interpessoal, em pessoas com idade superior a 30 anos que indica um grau mais alto, marcando uma média – t = 2, 30 p <0,01, em comparação com indivíduos da amostra II - t = 2, 26 (p <0,01).

Tabela 21 – Determinação do grau de expressão das desordens sintomáticas para duas amostras independentes: parceiros de casais com durabilidade da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos.

	Duração da relação do casal	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão médio
Somatização	≥ 10	58	1,51	,98411	,12922
	<10	42	1,76	1,01572	,15673
Transtorno Obsessivo-Compulsivo	≥ 10	58	1,41	,66371	,08715
	<10	42	1,33	,76083	,11740
Sensibilidade Interpessoal	≥ 10	58	1,31	,66930	,08788
	<10	42	1,04	,57307	,08843
Depressão	≥ 10	58	1,04	,62328	,08184
	<10	42	0,97	,56647	,08741
Ansiedade	≥ 10	58	1,06	,65700	,08627
	<10	42	1,23	,66430	,10250
Hostilidade	≥ 10	58	1,05	,67409	,08851
	<10	42	1,19	,74118	,11437
Ansiedade fóbica	≥ 10	58	0,70	,60320	,07920
	<10	42	0,60	,59756	,09220
Sintomas paranóicos	≥ 10	58	1,72	,93195	,12237
	<10	42	1,61	,93110	,14367

Psicose	≥ 10	58	0,77	,52674	,06916
	<10	42	0,71	,43350	,06689

As médias estatísticas das amostras da expressão sintomatológica da psicopatologia dos sujeitos (Tabela 22), permitiram-nos concluir: os parceiros dos casais até 10 anos como duração da sua relação mostram um maior nível de sensibilidade interpessoal 1,31 em comparação com os indivíduos da amostra II – 1,04.

Tabela 22 – Comparação estatística das médias com referência ao grau de expressão da sintomática psicopatológica de duas amostras independentes: casais com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos.

		T-teste da igualdade da médias						
		t	df	Sig. (2-tailed)	**Diferença da média**	Diferença do erro padrão	**95% confiança Intervalo da diferença**	
							Limite inferior	**Limite superior**
Somatização	Assumindo variâncias iguais	-1,21	98	,229	-,24466	,20209	-,64571	,15639
	Não assumindo variâncias iguais	-1,20	86,82	,232	-,24466	,20313	-,64842	,15909
Transtorno Obsessivo-Compulsivo	Assumindo variâncias iguais	,563	98	,575	,08046	,14304	-,20339	,36431
	Não assumindo variâncias iguais	,550	80,95	,584	,08046	,14621	-,21045	,37137
Sensibilidade Interpessoal	Assumindo variâncias iguais	2,05	98	**,042**	,26273	,12781	,00909	,51637
	Não assumindo variâncias iguais	2,10	95,19	**,038**	,26273	,12467	,01523	,51022
Depressão	Assumindo variâncias iguais	,564	98	,574	,06864	,12160	-,17267	,30995
	Não assumindo variâncias iguais	,573	92,99	,568	,06864	,11974	-,16915	,30642
Ansiedade	Assumindo variâncias iguais	-1,22	98	,222	-,16437	,13374	-,42976	,10103
	Não assumindo variâncias iguais	-1,22	87,92	,223	-,16437	,13398	-,43062	,10188
Hostilidade	Assumindo variâncias iguais	-,979	98	,330	-,13947	,14242	-,42211	,14316

	Não assumindo variâncias iguais	-,964	83,32	,338	-,13947	,14462	-,42710	,14815
Ansiedade fóbica	Assumindo variâncias iguais	,850	98	,398	,10345	,12174	-,13814	,34503
	Não assumindo variâncias iguais	,851	88,98	,397	,10345	,12155	-,13807	,34497
Sintomas Paranoicos	Assumindo variâncias iguais	,557	98	,579	,10509	,18875	-,26948	,47966
	Não assumindo variâncias iguais	,557	88,54	,579	,10509	,18872	-,26992	,48010
Psicose	Assumindo variâncias iguais	,607	98	,545	,06026	,09926	-,13671	,25724
	Não assumindo variâncias iguais	,626	96,33	,533	,06026	,09622	-,13072	,25125

Conforme os resultados da Tabela 23, em comparação com ambas as amostras, observa-se uma variação significativa da sensibilidade interpessoal, como sintomática de uma maior patologia, registada nos parceiros de casais com uma durabilidade da relação até 10 anos, com uma diferença t = 0,05 p <0,001.

Tabela 23 – Correlação de dados estatísticos sobre a manifestação dos sintomas paranóicos nos participantes e atitudes em relação à violência doméstica.

		Atitudes sobre a VD
Sintomas paranóicos	Coeficiente de correlação de Pearson	**-0,249***
	Sig. (2-tailed)	**,012**
	N	100

**. A correlação é significante com o valor de 0.01 (2-tailed).

*. A correlação é significante com o valor de 0.05 (2-tailed).

Na correlação dos dados sobre a manifestação dos sintomas paranóicos e atitudes em relação à violência doméstica, constatamos uma relação significativamente indireta. Os coeficientes recebidos mostram a tendência em aumentar a tolerância da violência doméstica, no caso de crescimento dos sintomas paranóicos (r = -0,249 p <0,05).

A pessoa que apresenta sintomas de paranóia tem as seguintes características:

- Comportamento rígido; egocentrismo; falta de empatia (incapacidade de compreender os outros); impenetrabilidade crítica (qualquer crítica é um ataque à sua pessoa), é híper orgulhosa, é super estimada (arroga-se qualidades inexistentes, ou sobreavalia as suas qualidades existentes); tem erros significativos ao julgar ações de outros (que subestima) ou as suas (que valoriza desproporcionadamente); é desconfiada com os outros (na família, no ambiente de trabalho, com amigos), suspeita que lhe vão mentir ou enganá-la

Em *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders 4th edition (DSM-IV)*, apresenta-se uma lista com os seguintes sintomas do sujeito paranóico:

- Está sempre preocupado com as dúvidas que tem sobre amigos ou sócios; sendo estas muitas vezes insustentáveis do ponto de vista do verosímil; entende o argumentário como ataques dirigidos a si, passando rapidamente ao contra-ataque feroz; apresenta suspeitas infundadas sobre a fidelidade do marido/esposa, namorado/namorada; encontra significados negativos mesmo em comentários inócuos; não confia nos outros por causa do medo que tem que a informação possa ser usada contra ele.

Assim, descobrimos que as pessoas com alto grau de manifestações de sintomas paranóicos manifestam uma atitude tolerante para com o fenómeno da violência doméstica, mencionam suspeitas infundadas e uma agressividade que se manifesta em relação à família.

Teste de autoconfiança, Romek V.G

Analisando médias estatísticas para duas amostras independentes obtidas como resultado da aplicação do teste de autoconfiança (Romek), encontramos as seguintes características:

Tanto os homens como as mulheres indicam um alto nível de autoconfiança, os homens marcando uma diferença de 5,03 pontos, ou seja, obtêm 43,23 e as mulheres 48,20 (Tabela 24, Gráfico 6).

Tabela 24 – Estabelecer o nível de autoconfiança da pessoa para duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

	Sexo	N	**Média**	**Desvio padrão**	**Erro padrão da média**
Autoconfiança	Mulheres	52	43,2308	9,71479	1,34720
	Homens	48	48,2083	7,79514	1,12513

Gráfico 6 – Média do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

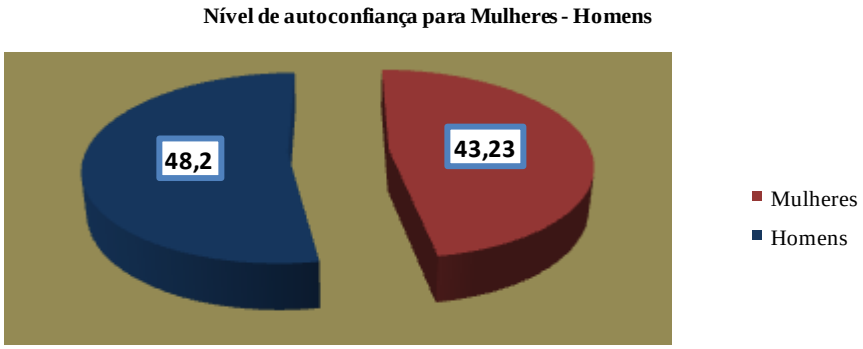


Tabela 25 – Comparação estatística das médias do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

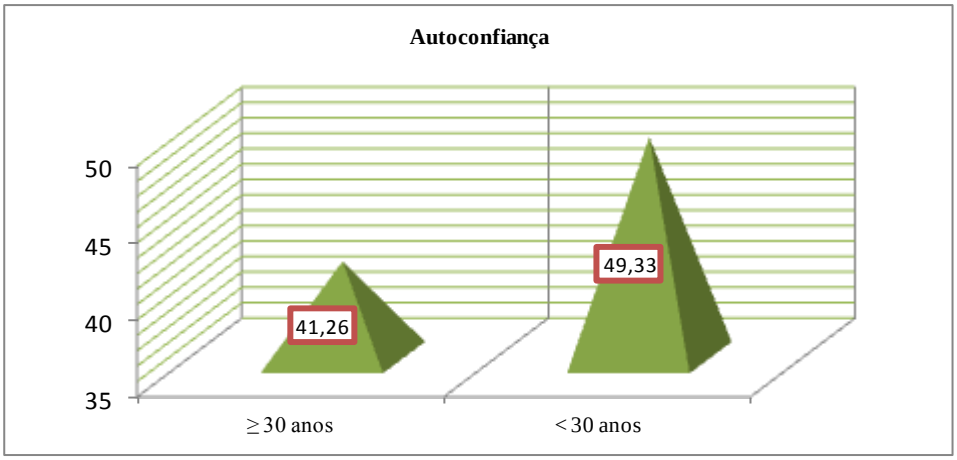
		T-teste da igualdade das médias						
		T	df	Sig. (2-tailed)	**Diferença da média**	**Diferença do erro padrão**	95% confiança Intervalo da diferença	
							Limite inferior	Limite superior
Autoconfiança	**Assumindo variâncias iguais**	-2,811	98	**,006**	-4,9775	1,770	-8,49141	-1,46372
	Não assumindo variâncias iguais	-2,836	96,18	**,006**	-4,9775	1,755	-8,46160	-1,49353

Pela comparação das médias estatísticas com referência à autoconfiança das mulheres e homens há uma diferença insignificante, os homens obtêm uma média t =2,836 para p <0,001, enquanto as mulheres – t = 2,811 (p <0,001), embora ambas as amostras de indivíduos indiquem um alto grau de autoconfiança.

Tabela 26 – Estabelece o nível de autoconfiança da pessoa para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos.

	Idade	N	Mean	Desvio padrão	Média do erro padrão
Autoconfiança	≥ 30	46	41,26	10,92283	1,61048
	<30	54	49,33	4,95261	, 67396

Gráfico 7 – Média de nível de autoconfiança para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos.



Analisando a média de autoconfiança para as pessoas com idade até 30 anos ou mais de 30 anos (Tabela 26, Gráfico 7), observamos que a primeira amostra dos sujeitos à experiência apresentam um menor grau de confiança (41,26) em comparação com a segunda amostra

(49,33). Desta forma, as pessoas com idade inferior a 30 anos destacam-se por possuírem um alto nível de autoconfiança.

Tabela 27 – Comparação estatística do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos.

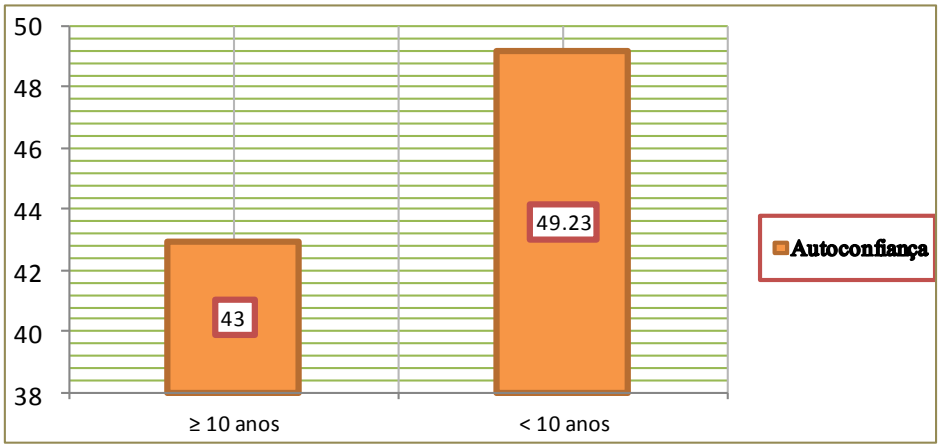
		T-teste da igualdade das médias						
		t	df	Sig. (2-tailed)	**Diferença da média**	**Diferença do erro padrão**	**95% confiança Intervalo da diferença**	
							Limite inferior	**Limite superior**
Autoconfiança	Assumindo variâncias iguais	-4,877	98	**,000**	-8,07246	1,65515	-11,35705	-4,78787
	Não assumindo variâncias iguais	-4,624	60,56	**,000**	-8,07246	1,74582	-11,56395	-4,58098

Os resultados da Tabela 27, comparam as médias em ambas as amostras (pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos), revelando uma variação significante ao nível da confiança. Pessoas com mais de 30 anos mostram um maior nível de confiança, t = 4, 87 p <0,001, em comparação com a amostra II (t = 4,62 para p <0,001).

Tabela 28 – Estabelecer o nível de autoconfiança da pessoa para duas amostras independentes: parceiros de casal com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos.

	Duração da relação do casal	N	**Média**	**Desvio padrão**	**Média do erro padrão**
Autoconfiança	≥ 10	58	43,00	10,45626	1,37297
	<10	42	49,23	5,19761	,80201

Gráfico 8 – Média do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: parceiros de casal com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos



Conforme o Gráfico 8, visualizando os resultados do nível de autoconfiança para as amostras independentes de parceiros, com uma duração da relação do casal igual ou superior a 10 anos ou inferior a 10 anos, podemos mencionar que os parceiros com uma relação menos duradoura têm um nível de autoconfiança elevado (49,23).

Tabela 29 – Comparação estatística das médias do nível de autoconfiança para duas amostras independentes: parceiros de casal com durabilidade da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos.

		T.teste da igualdade das médias						
		T	df	Sig. (2-tailed)	Diferença da média	Diferença do erro padrão	95% confiança Intervalo da diferença	
							Limite inferior	Limite superior
Autoconfiança	Assumindo variâncias iguais	-3,558	98	**,001**	-6,2381	1,75342	-9,71769	-2,75850
	Não assumindo variâncias iguais	-3,923	88,25	**,000**	-6,2381	1,59005	-9,39787	-3,07832

Comparando as médias de ambas as amostras, descobrimos que os parceiros com uma relação mais curta temporalmente (até 10 anos) apresentam um maior grau de autoconfiança (t =3,92 para p <0,000) em comparação com amostra I (t= 3,55 para p <0,001). A correlação

do nível de autoconfiança dos sujeitos e a sua atitude perante a violência doméstica não mostrou relação (a hipótese está confirmada).

Teste de hostilidade

Analisando a Tabela 10, destacam-se alguns aspetos do grau de manifestação dos fatores de hostilidade para cada uma das duas amostras: mulheres e homens. Encontramos diferenças significativas das médias das amostras, agravado por fatores como o ressentimento, o ataque e a suspeita.

Assim, os homens mostram um alto nível de ressentimento (4,37), e são mais propensos para o ataque (6,00), irritabilidade (6,18) e suspeitas (6,33) em comparação com as mulheres que, claramente, representam um índice mais baixo.

A pontuação elevada para o ataque envolve a violência física e a vontade de usar a violência contra os outros. Geralmente ocorre em disputas com aqueles não suscitando destruição de objetos.

Tabela 30 – Estabelece o nível de hostilidade para duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

	Sexo	N	**Média**	**Desvio padrão**	**Erro padrão da média**
Negativismo	Mulheres	52	2,84	1,07347	,14886
	Homens	48	2,91	,87113	,12574
Ressentimento	Mulheres	52	3,57	1,75283	,24307
	Homens	48	4,37	1,81747	,26233
Hostilidade indireta	Mulheres	52	4,30	1,27631	,17699
	Homens	48	3,83	1,58897	,22935
Ataque	Mulheres	52	5,00	2,59713	,36016

	Homens	48	6,00	2,08337	,30071
Suspeitas	Mulheres	52	5,23	2,12008	,29400
	Homens	48	6,33	1,97143	,28455
Irritabilidade	Mulheres	52	5,50	2,10042	,29128
	Homens	48	6,16	2,03515	,29375
Hostilidade verbal	Mulheres	52	7,88	2,61709	,36293
	Homens	48	7,66	2,39976	,34638

Gráfico 9 – Média do nível de hostilidade para duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

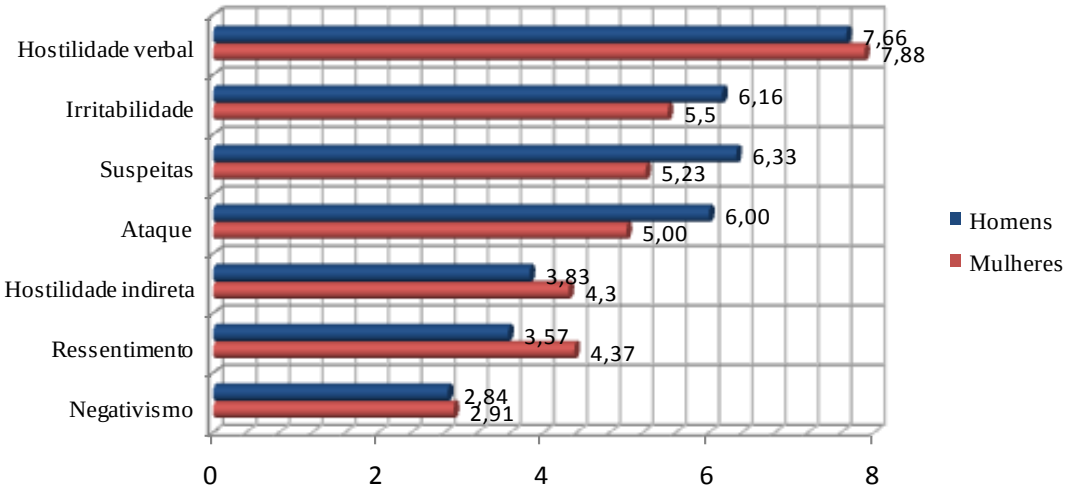


Tabela 31 – Comparação estatística das médias dos níveis de hostilidade para duas amostras independentes: Mulheres e Homens.

			T-teste da igualdade das médias						
			t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença da média	Diferença do erro padrão	95% confiança Intervalo da diferença	
	Sexo							Limite inferior	Limite superior
Negativismo	M	Assumindo a igualdade das variâncias	-,359	98	,720	-,07051	,19649	-,46043	,31941
	H	Não assumindo a igualdade das variâncias	-,362	96,455	,718	-,07051	,19486	-,45728	,31626

Ressentimento	M	Assumindo a igualdade das variâncias	-2,235	98	**,028**	-,79808	,35711	-1,50675	-,08940
	H	Não assumindo a igualdade das variâncias	-2,232	96,677	**,028**	-,79808	,35763	-1,50791	-,08825
Hostilidade indireta	M	Assumindo a igualdade das variâncias	1,652	98	,102	,47436	,28719	-,09555	1,04427
	H	Não assumindo a igualdade das variâncias	1,637	90,176	,105	,47436	,28970	-,10117	1,04989
Ataque	M	Assumindo a igualdade das variâncias	-2,113	98	**,037**	-1,0000	,47332	-1,93929	-,06071
	H	Não assumindo a igualdade das variâncias	-2,131	96,175	**,036**	-1,0000	,46919	-1,93131	-,06869
Suspeitas	M	Assumindo a igualdade das variâncias	-2,687	98	**,008**	-1,1025	,41035	-1,91690	-,28823
	H	Não assumindo a igualdade das variâncias	-2,695	97,993	**,008**	-1,1025	,40915	-1,91452	-,29061
Irritabilidade	M	Assumindo a igualdade das variâncias	-1,610	98	,111	-,66667	,41421	-1,48865	,15531
	H	Não assumindo a igualdade das variâncias	-1,612	97,762	,110	-,66667	,41368	-1,48762	,15429
Hostilidade verbal	M	Assumindo a igualdade das variâncias	,433	98	,666	,21795	,50344	-,78112	1,21702
	H	Não assumindo a igualdade das variâncias	,434	97,997	,665	,21795	,50169	-,77764	1,21353

Na comparação das estatísticas das médias dos níveis de hostilidade em ambas as amostras – mulheres e homens – (Tabela 31), constatamos as seguintes características: os homens mostram um alto grau de ressentimento – t = 2,232 para p <0,01, propensão para o ataque – t = 2,131 para p <0,01 e suspeitas – t= 2,695 para p <0,01.

De acordo com a Tabela 32, a análise das médias realça uma diferença relevante da manifestação ao nível da hostilidade verbal, irritabilidade e ataque nas duas amostras dos indivíduos, ou seja, é observada uma variação significativa nestes índices, contudo, em relação ao item ataque, determinou-se um valor inferior (4,78) no grupo de indivíduos com mais de 30 anos.

Tabela 32 – Estabelecimento do nível de hostilidade para duas amostras independentes: pessoas com idade inferior a 30 anos e mais de 30 anos.

	Idade	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
Negativismo	≥ 30	46	2,91	1,11208	,16397
	<30	54	2,85	,85578	,11646
Ressentimento	≥ 30	46	3,65	1,89991	,28013
	<30	54	4,22	1,72295	,23446
Hostilidade indireta	≥ 30	46	4,17	1,53918	,22694
	<30	54	4,00	1,37361	,18692
Ataque	≥ 30	46	4,78	2,61545	,38563
	<30	54	6,07	2,05446	,27958
Suspeitas	≥ 30	46	5,52	2,10543	,31043
	<30	54	5,96	2,11877	,28833
Irritabilidade	≥ 30	46	5,26	1,93718	,28562
	<30	54	6,29	2,10686	,28671
Hostilidade verbal	≥ 30	46	7,65	2,64338	,38974
	<30	54	7,88	2,40021	,32663

Gráfico 10 – Média dos níveis de hostilidade para duas amostras independentes: pessoas com idade até 30 anos e mais de 30 anos.

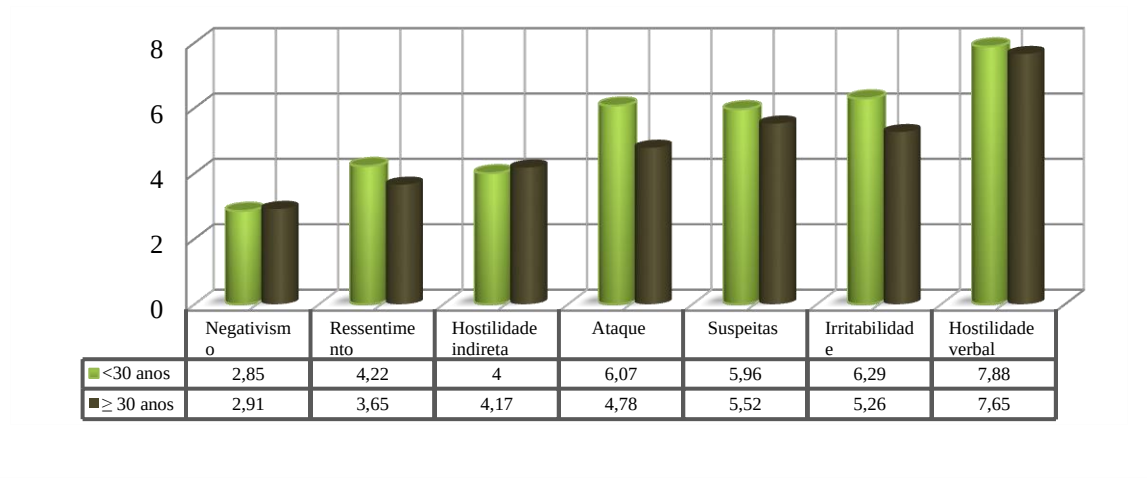


Tabela 33 – Comparação estatística das médias dos níveis de hostilidade para duas amostras independentes: pessoas com idade até 30 anos e mais de 30 anos.

			T-teste da igualdade da média						
			t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença das médias	Diferença do erro padrão	95% confiança Intervalo das diferenças)	
								Limite inferior	Limite superior
Negativismo	≥30anos	Assumindo a igualdade das variâncias	,311	98	,757	,06119	,19699	-,32973	,45212
	<30anos	Não assumindo a igualdade das variâncias	,304	83,75	,762	,06119	,20111	-,33876	,46115
Ressentimento	≥30anos	Assumindo a igualdade das variâncias	-1,573	98	,119	-,57005	,36243	-1,28929	,14919
	<30anos	Não assumindo a igualdade das variâncias	-1,560	91,85	,122	-,57005	,36530	-1,29558	,15548
Hostilidade indireta	≥30anos	Assumindo a igualdade das variâncias	,597	98	,552	,17391	,29133	-,40422	,75205
	<30anos	Não assumindo a igualdade das variâncias	,592	91,15	,556	,17391	,29401	-,41009	,75792
Ataque	≥30anos	Assumindo a igualdade das variâncias	-2,764	98	**,007**	-1,2914	,46728	-2,21876	-,36417
	<30anos	Não assumindo a igualdade das variâncias	-2,711	84,83	**,008**	-1,2914	,47631	-2,23852	-,34441
Suspeitas	≥30anos	Assumindo a igualdade das variâncias	-1,041	98	,300	-,44122	,42389	-1,28242	,39997
	<30anos	Não assumindo a igualdade das variâncias	-1,041	95,67	,300	-,44122	,42367	-1,28225	,39980
Irritabilidade	≥30anos	Assumindo a igualdade das variâncias	-2,541	98	**,013**	-1,0354	,40745	-1,84399	-,22686
	<30anos	Não assumindo a igualdade das variâncias	-2,559	97,40	**,012**	-1,0354	,40470	-1,83860	-,23226
Hostilidade	≥30anos	Assumindo a igualdade das variâncias	-,469	98	,640	-,23671	,50458	-1,23803	,76460

verbal	<30anos	Não assumindo a igualdade das variâncias	-,466	91,91	,643	-,23671	,50851	-1,24668	,77325

Conforme a Tabela 33, na comparação estatística do nível de hostilidade, para ambas as amostras, encontramos no item ataque uma pontuação significativamente diferente. As pessoas com mais de 30 anos atingem um alto nível t = 2, 711 com p <0,01, em comparação com a amostra I.

Tabela 34 – Estabelecimento do nível de hostilidade para duas amostras independentes: parceiros de casal com durabilidade da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos.

	Duração da relação do casal	**N**	**Média**	**Desvio Padrão**	**Média do erro padrão**
Negativismo	≥ 10	58	2,96	1,00813	,13237
	<10	42	2,76	,93207	,14382
Ressentimento	≥ 10	58	3,86	1,95967	,25732
	<10	42	4,09	1,62014	,24999
Hostilidade indireta	≥ 10	58	4,17	1,52336	,20003
	<10	42	3,95	1,34259	,20717
Ataque	≥ 10	58	5,20	2,60067	,34148
	<10	42	5,85	2,07860	,32073
Suspeitas	≥ 10	58	5,62	2,04191	,26812
	<10	42	5,95	2,21912	,34242
Irritabilidade	≥ 10	58	5,58	2,17671	,28582
	<10	42	6,14	1,93266	,29822
Hostilidade verbal	≥ 10	58	7,79	2,46205	,32328
	<10	42	7,76	2,59276	,40007

De acordo com a Tabela 34 e Gráfico 11, registamos três diferenças significativas das médias das amostras, nomeadamente, o nível da manifestação do ressentimento (0,23 valores diferenciais), hostilidade indireta (0,22 de diferença) e irritabilidade (0,56 valores de diferença).

Assim, os parceiros de casal cuja relação tem uma duração inferior a 10 anos indicam um alto nível de ressentimento (4,09), ataque (5,85) e irritabilidade (6,14). Ainda assim, a

média de hostilidade verbal e irritabilidade acentua o fosso diferencial, tendo uma mudança relevante em ambas as amostras (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Média do nível de hostilidade para duas amostras independentes: casais com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos.

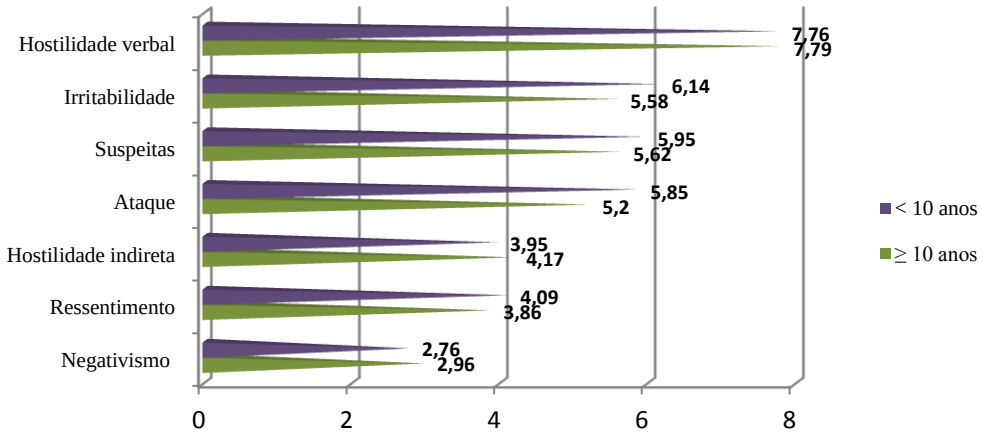


Tabela 35 – Comparação estatística das médias do nível de hostilidade para duas amostram independentes: casais com a duração da relação até 10 anos de idade e mais de 10 anos.

		T-teste da igualdade das médias						
		t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença da média	Diferença do erro padrão	95% confiança Intervalo da diferença	
							Limite inferior	Limite superior
Negativismo	Assumindo a igualdade das variâncias	1,029	98	,306	,20361	,19796	-,18923	,59645
	Não assumindo a igualdade das variâncias	1,042	92,26	,300	,20361	,19547	-,18459	,59181
Ressentimento	Assumindo a igualdade das variâncias	-,630	98	**,530**	-,23317	,36983	-,96708	,50074
	Não assumindo a igualdade das variâncias	-,650	96,21	**,517**	-,23317	,35876	-,94528	,47894
Hostilidade indireta	Assumindo a igualdade das variâncias	,749	98	**,456**	,22003	,29388	-,36317	,80323
	Não assumindo a igualdade das variâncias	,764	94,19	**,447**	,22003	,28797	-,35173	,79180
Ataque	Assumindo a igualdade das variâncias	-1,339	98	,184	-,65025	,48548	-1,61367	,31317
	Não assumindo a igualdade das variâncias	-1,388	96,99	,168	-,65025	,46849	-1,58007	,27958
Suspeitas	Assumindo a igualdade	-,773	98	,441	-,33169	,42910	-1,18322	,51984

	das variâncias							
	Não assumindo a igualdade das variâncias	-,763	83,98	,448	-,33169	,43490	-1,19654	,53315
Irritabilidade	Assumindo a igualdade das variâncias	-1,322	98	**,189**	-,55665	,42104	-1,39220	,27890
	Não assumindo a igualdade das variâncias	-1,348	93,91	**,181**	-,55665	,41307	-1,37681	,26351
Hostilidade verbal	Assumindo a igualdade das variâncias	,061	98	,951	,03120	,51008	-,98105	1,04344
	Não assumindo a igualdade das variâncias	,061	85,73	,952	,03120	,51436	-,99137	1,05376

Comparando as médias do nível de hostilidade das amostras independentes, de parceiros de casal em que a relação é menos duradoura até 10 anos ou que os que possuem uma relação mais prolongada com mais de 10 anos, foram registadas as seguintes características:

- A amostra II indica, claramente, que os parceiros de casais com uma relação temporal de menos de 10 anos obtêm uma pontuação mais alta em todos os itens da análise com exceção para o item suspeitas, onde o valor é mais baixo. Isto por comparação com a amostra de sujeitos I (Tabela 35).

Tabela 36 – Correlação estatística dos dados sobre o nível de hostilidade da pessoa e das atitudes de violência em família.

		Atitudes sobre VD
Ressentimento	Coeficiente de correlação de Pearson	**-,260****
	Sig. (2-tailed)	**,009**
	N	100
Hostilidade indireta	Coeficiente de correlação de Pearson	**-,201**
	Sig. (2-tailed)	**,050***
	N	100
Suspeitas	Coeficiente de correlação de Pearson	**-,223***

	Sig. (2-tailed)	**,025**
	N	100
Irritabilidade	Coeficiente de correlação de Pearson	**-,357****
	Sig. (2-tailed)	**,000**
	N	100

**.A correlação é significante para o valor de 0.01 (2-tailed).

*. A correlação é significante para o valor de 0.05 level (2-tailed).

Ao correlacionar dados sobre o nível de hostilidade da pessoa e atitudes em relação à violência doméstica, encontraram-se quatro relações indiretas mas significativas. Os coeficientes recebidos mostram uma tendência para aumentar a tolerância da violência doméstica, porém, verifica-se um aumento do ressentimento (r = -0,260 p <0,01), da hostilidade indireta (r = -0,201 p <0,05), das suspeitas (r = - 0,223 p <0,05) e, por último, da irritabilidade (r = - 0,357 p <0,01).

De acordo com a interpretação dos resultados, a pontuação mais alta obtida no item do ressentimento (4 e mais) – mostra o ciúme como o móbil primordial do ressentimento em relação aos outros motivos, situando-se este, muitas vezes, ao nível do ódio. Frequentemente, para a população, as experiências de raiva e tristeza mostram atitudes incorretas (imaginárias ou reais), assim, as pessoas que indiciam esta manifestação, apresentam tolerância em relação à violência doméstica.

Um alto nível de hostilidade indireta envolve um comportamento que direciona a hostilidade a alguém de uma forma furtiva. Uma pessoa pode ser desonesta, na medida em que o sujeito repugnante recebe a hostilidade através de maledicência, mexeriquices maliciosas ou piadas, etc.

O item sobre suspeita envolve a projeção da hostilidade sobre os outros. Este varia na confiança e no facto de levar os outros a acreditar que terceiras pessoas procuram prejudicar a pessoa visada.

Quanto ao aspeto da irritabilidade (onde se obtém a pontuação mais alta de 8), enuncia a rapidez em retorquir à menor provocação. É expresso no comportamento como a perda de autocontrolo, grosseria, insatisfação aguda. Concomitantemente, as pessoas com um alto índice de irritabilidade manifestam tolerância para violência doméstica.

Discussão dos resultados das pesquisas experimentais

Assunto 1. Os entrevistados expressaram uma opinião que mostra a sua representação social da violência doméstica. Assim, esta está associada às pessoas investigadas nas seguintes categorias e valores:

a) Agressividade – 74%
b) Vítima – 68%
c) Agressor – 78%
d) Constrangimento – 24%
e) Conflito – 56%
f) Sofrimento – 74%
g) Proibições – 26%
h) Dominação – 46%
i) Ofensa – 48%
j) Outras – 12%

A maioria das pessoas associa a violência doméstica aos parâmetros agressor, agressão, sofrimento, vítima e conflito. A maior parcela, no entanto, centra-se nos entrevistados que consideraram o agressor, agressão e sofrimento como um reflexo da violência familiar evidente (74% -78%). Outros indivíduos num número significativo associam o conceito de violência à vítima (68%) e aos conflitos (56%).

Assim, analisando a *Tabela 3. Representação social da violência doméstica,* podemos deduzir que a maior parcela dos entrevistados tem conhecimento superficial e conciso, pelo simples facto de que este fenómeno está enraizado na estrutura social, nas tradições, hábitos e atitudes. Portanto, há uma tendência de reconhecer apenas os problemas óbvios de abuso, reduzindo-se os parâmetros: agressão, agressor, vítima e sofrimento.

Analisando os resultados da tabela, de acordo com o parâmetro psicossocial do género dos entrevistados, constatamos:

A perceção das questões da violência doméstica, por maioria, varia, nas mulheres, por vezes muito significativamente, em relação à representação dos homens, quanto ao fenómeno a que se refere este estudo. O maior valor percentual das mulheres associa o abuso intrafamiliar ao conceito de sofrimento (80,8%), verificando-se uma diferença de (22,5%) pontos percentuais em relação aos homens, estes últimos destacando o agressor como uma aspeto relevante da violência.

As mulheres assinalam ainda a agressividade (78,8%) e o agressor (76,9%), mas sem diferença significativa em relação aos homens. Já quanto às perspectivas do papel de vítima, para as mulheres tem um valor de 76,9 % e para os homens 52,1 %, ou seja, uma diferença de 24,8%, o que já é significativo quanto à abordagem do problema no sentido em que os homens consideram o papel da violência (agressividade/agressor) mais óbvio do que o da vítima (o indivíduo que recebe a agressão).

Na parcela relacionada com os conflitos, cerca de metade dos entrevistados, tanto mulheres como homens, cerca de 53,8% e 52,1%, respetivamente, considera o conflito uma possibilidade de abuso na família.

Neste sentido, pode-se perceber que as mulheres são mais recetivas e mais categóricas sobre os sinais de evidência de violência doméstica, ao contrário dos homens que reconheceu apenas os lados óbvios do abuso: as ocorrências.

O maior valor percentual das pessoas com idade superior a 30 anos referiu que o que está associado a este fenómeno é o agressor (82,6%), seguido de agressão (78,3%), associando-se ainda a ideia de vítima e de sofrimento em igualdade de valores, na tabela (65,2%), ideia quase contígua à de dominação (58,7%) e ofensa (56,5%) que constituem os

índices inesperados de violência doméstica. Outros aspetos tais como constrangimentos (26,1%) e proibições (17,4%) obtiveram um valor percentual menor.

Ao contrário da primeira categoria, os entrevistados com idade inferior a 30 anos corroboram a preponderância do lado psicológico – sofrimento (77,8%) –, seguindo-se a culpabilização do agressor (68,5%), a agressividade e a apropriação do papel de vítima (66,7%), bem como a existência de conflito (55,6%). No entanto, a dominação tem um valor de (31,5%) e a ofensa (40,7%), ao contrário de pessoas com mais de 30 anos, que obtiveram taxas mais baixas, situando-se abaixo dos 50%.

Quanto aos indivíduos de mais idade (>= 30 anos) identificam vários factores de abuso, enquanto que a segunda categoria de idade (<= 30 anos) – os mais jovens – mostram alguma tolerância em relação ao fenómeno de violência doméstica.

Outra categoria dos entrevistados são as pessoas casadas, associadas à duração do relacionamento do casal, com mais de 10 anos (>10 anos) ou menos de 10 anos (<10 anos).

Diferenças significativas são evidentes, ambos os grupos enfatizam a agressão, a vítima, o agressor; o sofrimento com uma diferença irrelevante, porém, no primeiro grupo, destaca-se, em grande parte, a ofensa (54,2%) e dominação (50,8%), ao contrário do segundo grupo, onde se registam taxas inferiores (35,7%) nestes parâmetros.

Assunto 2. Tabela 37 – Crenças estereotipadas sobre a violência doméstica.

Examinando os dados obtidos através do prisma do género, observa-se o seguinte:

A maioria das mulheres defendeu em valores iguais que a violência é causada pelo consumo de álcool e que os homens violentos vêm de famílias violentas (76,9%). Para as mesmas convicções, a percentagem dos homens é ligeiramente mais alta – 95,8% e 91,7%, respetivamente.

A opinião dos homens e mulheres não varia, expressivamente, entre o facto de que pessoas violentas abusam, porque não conhecem outra maneira de expressar emoções (59,6% mulheres, 58,3% homens), ou a ideia formada de que uma mulher espancada/agredida pode, a qualquer momento, separar-se do agressor – 55,8% de mulheres, 58,3% – de homens.

Não obstante, ao contrário das mulheres (38,5%), os homens dizem que ninguém tem o direito de se envolver nos conflitos, entre os parceiros/cônjuges (58,3%). As mulheres registam, portanto, uma percentagem mais baixa, o que pode conduzir à conclusão que aceitam a interferência de terceiros na resolução do problema de violência doméstica, ao contrário dos homens.

Na explicação dos fenómenos de violência doméstica, uma grande parte dos homens (43,8%) acredita que a violência aparece apenas em famílias desfavorecidas, já o grupo das mulheres são mais renitentes a essa crença, uma vez que só uma pequena percentagem (15,4%) aceita essa ideia, o que nos conduz a um implícito de que essa crença aparece noutros contextos socioeconómicos.

Analisando a tabela de idades e de acordo com a idade dos indivíduos inquiridos (≥ 30 anos ou <de 30 anos), podemos concluir que não apresenta diferenças significativas nos conceitos onde a violência é causada pelo consumo de álcool (91,3% – para as pessoas com idade igual ou superior a 30 anos; 88,9 % – menos de 30 anos), ou na ideia de que homens violentos vêm de famílias violentas (91,3% ≥ 30 anos; 85,2% < 30 anos). Ainda assim, uma percentagem significativa dos entrevistados, no primeiro e segundo grupo da categoria por idades (≥ 30 anos, <30 anos), considera que as pessoas violentas abusam porque não conhecem outra maneira de expressar as suas emoções (60,9%, 63%), respetivamente.

Note-se que nenhuma pessoa com idade inferior a 30 anos considera que a mulher gosta de violência, ao contrário dos indivíduos com idade igual ou superior a 30 anos, que dizem o oposto, constituindo, ainda assim, uma percentagem de 13%.

Ao investigar os dados estatísticos obtidos, segundo o parâmetro social temporalidade e duração da relação do casal, observa-se o seguinte:

Em ambas as categorias (≥ 10 anos e <10 anos) prevalecem, em grande parte, as crenças de que a violência é causada pelo consumo de álcool (89,7%, 90,5%) e que os homens violentos vêm de famílias violentas, com 4% de diferença percentual insignificante (89,7%, *versus* 85,7%).

Uma mulher agredida pode, a qualquer momento, separar-se do seu agressor esta é a crença compartilhada tanto pelos parceiros de casais com a antiguidade do casal até 10 anos como por aqueles que têm um relacionamento igual ou superior a 10 anos, tendo este último grupo 62,1 por cento, ou seja, 5 pontos percentuais de diferença a mais do que a primeira categoria.

Ambas as categorias (≥ 10 anos e <10 anos) acarretam a conclusão de que as pessoas violentas abusam, porque não conhecem outra maneira de expressar as suas emoções, contudo, a primeira categoria registou uma percentagem mais elevada – 65,5% em comparação com a segunda 57,1%.

Entrevistados os casais com menos de 10 anos de relacionamento, estes negam a noção de que as mulheres causam violência e "merecem-na", de uma certa forma, bem como o facto de que a mulher gosta da violência, em detrimento do possível abandono. Contrariamente ao grupo da primeira categoria que, apesar de tudo, assinalou uma taxa, ainda que reduzida, de 13,8% e 10,3%.

Assunto 3. Em Tabela 38 – Atitudes em relação à violência doméstica – Quase todas as mulheres (92,3%) justificam a afirmação, demonstrando a sua intolerância contra esta forma de abuso no casamento. Comparado com os 92,3% das mulheres, os homens afirmam que receber uma palmada ou uma estalada é uma forma de violência doméstica, 66,7% é a

percentagem registada. Todavia, ainda 33,3% dos indivíduos do sexo masculino toleram a violência física na relação conjugal.

Dependendo da idade dos entrevistados, não são detetadas diferenças significativas, em relação ao item sujeito a inquérito. A maior parcela dos entrevistados que desaprovam a violência física são os indivíduos abaixo dos 30 anos, com uma diferença percentual de 3,2% por comparação às pessoas com idade igual ou superior a 30 anos.

Os parceiros dos casais com um relacionamento com menos de 10 anos constituem a maior parcela (90,5%) de respostas afirmativas, mostrando uma posição sustentada no que são as formas manifestas de violência doméstica.

Assunto 4. Em Tabela 39 – Conselhos para as vítimas de violência doméstica.

Analisando os dados obtidos, dependendo do sexo, não há diferenças significativas nas respostas dos entrevistados. Especificando melhor, a maior parcela de mulheres e homens (37%, 24%) dizem que é necessário que a jovem mulher deixe o seu parceiro em caso de manifestações de brutalidade.

Note-se que a maioria das pessoas com idade acima dos 30 anos registou resultados quase idênticos, com uma variação de 4 pontos percentuais, argumentando que deixar o parceiro é a melhor solução para as jovens. A mesma crença é compartilhada por casais, cuja relação tem uma duração de mais de 10 anos de casamento e até 10 anos, marcando a primeira categoria, uma parcela maior dos entrevistados – 36%.

No segundo caso, encontramos os seguintes resultados:

A maior parcela dos entrevistados sustenta que as mulheres que vivem há mais de 10 anos com um parceiro violento, devem divorciar-se deste (N= 76%).

As opiniões sobre o divórcio/separação das mulheres dos seus não variam para as pessoas com idade até 30 anos ou para as de idade igual ou superior a 30 anos (38%), mas,

quando se aborda esta questão em casais cuja relação tem uma durabilidade inferior, igual ou superior a 10 anos, então, há um diferencial de 16%. Isto significa que, nos casais em que a relação tem uma duração igual ou superior a 10 anos, há 46% de indivíduos que respondem que a mulher deve deixar o parceiro, enquanto os que mantêm uma relação com menos de 10 anos sustentam apenas 30% das respostas.

A situação de abandono do lar por parte da esposa tem uma posição de importância secundária entre os entrevistados.

Assunto 5. Tabela 40 – Lugar de acolhimento seguro para ajudar as vítimas de violência doméstica.

Na comparação entre géneros, os homens afirmam que as vítimas de violência doméstica devem contactar a polícia (62,5%) e parentes (50%), enquanto as mulheres dividem-se na busca das soluções: polícia (57,7%), parentes ou amigos (46,2%), psicólogos, assistentes sociais, médicos (46,2%), abrigos, centros especializados (42,3%). Curiosamente, são mais os homens que procuram o apoio jurídico ou um advogado (25%) do que as mulheres (7,7%), por contraste, as mulheres usam mais um telefone de confiança (15,4%), por exemplo uma linha telefónica de apoio à vítima, do que os homens (12,5%).

Deve-se destacar a insólita percentagem de 0% que nenhuma pessoa com idade igual ou superior a 30 anos considerou que a vítima devesse procurar a ajuda de advogados, pressupondo-se que o grau de confiança nestes técnicos está debilitado.

Ambas as categorias etárias recomendam o encaminhamento da vítima ou para a polícia (66,7% *vs.* 52,2%), ou para junto de parentes, amigos (44,4% *vs.* 52,2%), sendo essas as soluções consideradas mais eficazes.

Assunto 6. Tabela 41 – Tipologia do fenómeno da violência doméstica

A identificação das formas de abuso intrafamiliar não varia significativamente nos entrevistados, ou seja, independentemente do género, da idade ou da durabilidade da relação do casal, os sujeitos afirmaram que a violência é, essencialmente, de ordem física, não obstante, os homens entrevistados reconhecem menos a violência psicológica (41,7%) do que as mulheres (69,2%). Por outro lado, os homens têm uma maior participação no parâmetro da violência económica (54,2%), onde as mulheres só obtêm um valor percentual de 42,3%.

Quanto à leitura das pessoas com idade abaixo de 30 anos, destaca-se uma parte significativa na identificação da violência física (96,3%), económica (70,4%) e psicológica (63%) como as formas de abuso mais prementes. Nos indivíduos com idade superior ou igual a 30 anos, a violência física atingiu somente 95,7%, dando, assim, uma notável primazia a este fator em prejuízo dos outros sobre a violência doméstica. É ainda singular assinalar que este grupo etário quase não reconhece a violência espiritual (4,3%).

No que diz respeito aos parceiros de um casal cuja duração da relação tem mais de 10 anos de idade, estes compreendem perfeitamente, a tipologia de violência doméstica, mostrando intolerância muito evidente a esse fenómeno mais do que as dos casais até 10 anos (95,2%). De forma notável, nos dois grupos, distancia-se de forma abismal a perceção da violência espiritual: nos grupos de maior idade obteve-se um valor de 6,9%, enquanto nos mais novos um estrondoso valor de 61,9%.

Analisando as respostas do questionário, obtemos os seguintes dados:

Hipótese1. Os parceiros dos casais com uma relação temporal superior a 10 anos identificam totalmente os sinais de violência doméstica, e mostram intolerância de forma mais evidente contra esse fenómeno do que os de casais cuja relação tem uma temporalidade até 10 anos.

A análise de atitudes, em relação à violência doméstica, dos parceiros de casal com uma relação com mais de 10 anos, bem como o grau de reconhecimento dos indicadores e tipologias do abuso intrafamiliares, indica a confirmação experimental da hipótese.

Estes resultados mostram que os casais com um relacionamento temporal até 10 anos identificaram vários lados de violência doméstica, desenvolvendo, um comportamento intolerante ao aspeto da violência física, ao contrário dos parceiros em casais com um relacionamento superior a 10 anos.

Hipótese 2. A cultura, profundamente enraizada no inconsciente coletivo, projeta o que é normal e natural para a sociedade e, assim, a violência doméstica torna-se legítima, perpetuada pela cultura e facilitada por um valor complexo.

Assim concluímos que os sujeitos dos casais com um relacionamento igual ou superior a 10 anos, consideram a maioria dos mitos sobre a violência doméstica como sendo verdadeiros e plausíveis e nem o indicador de estabilidade conjugal (utilizado em ambos os grupos) contrária esses resultados, concomitantemente, há uma explicação científica que surge na destruição de mitos e estereótipos nas conceções mentais da sociedade:

Preconceitos: A violência é causada pelo álcool.

Realidade: Estudos têm mostrado que, de facto, o álcool pode favorecer o aparecimento de violência, mas não é nem a causa nem o determinante principal. Apenas em metade dos incidentes de violência, o homem está sob a influência de álcool. Há também pessoas que são violentas, sem consumir álcool.

Preconceitos: Homens violentos provêm de famílias violentas.

Realidade: Na realidade, embora uma proporção significativa de agressores, que sofreram abusos na infância, se transforme em abusadores na idade adulta, nem todas as pessoas – homens ou mulheres – que sofreram abusos, na idade da infância, se tornam abusadores de repetição/imitação nos seus relacionamentos. É significativo que muitas mulheres agredidas

nas suas famílias de origem, ao experimentarem relacionamentos abusivos, se tornem vítimas, enquanto os meninos abusados assumem o papel de agressor.

As mulheres identificam de forma mais completa os sinais de violência doméstica e mostram intolerância mais clara contra esse fenómeno do que os homens.

Na sequência da investigação de atitudes de abuso intrafamiliar e reconhecimento dos índices da violência doméstica de mulheres e homens, a hipótese foi confirmada.

Hipótese 3. As pessoas menos confiantes em si mesmo ou com um nível exagerado de confiança, identificam menos os sinais de violência doméstica e mostram mais tolerância em relação a esse fenómeno do que os assertivos.

A correlação de dados do nível de autoconfiança e atitude para com a violência doméstica não mostrou nenhuma relação, a hipótese foi refutada.

Hipótese 4. Em suma, em ambos os casos da Tab.6 (a, b), a maioria dos indivíduos considera a solução mais segura, para evitar a violência doméstica, a de deixar o parceiro, ou divorciar-se deste antes que a conjuntura degenere num contexto de maus tratos.

Pessoas com um baixo nível de autoeficácia identificam índices de violência doméstica de maneira menos completa e manifestam tolerância com maior evidência a esse fenómeno do que aquelas caracterizadas pela autoeficácia. A hipótese foi confirmada.

Hipótese 5. Dependendo do parâmetro relativo aos casais que têm uma relação com alguma durabilidade, não se constatam variações consideráveis. No que concerne às conclusões precedentes são asseveradas as categorias como a polícia, parentes ou amigos, psicólogos e assistentes sociais.

A análise estatística dos dados da pesquisa experimental permitiu-nos granjear as seguintes afirmações na verificação da confirmação das hipóteses (objetivos) experimentais.

As atitudes tolerantes para com a violência doméstica são condicionadas pelas manifestações psicopatológicas específicas da estrutura da personalidade: a obsessão, sensibilidade interpessoal, hostilidade, sintomas paranóicos e psicose.

Ao correlacionar os dados sobre o grau de manifestação de certas manifestações patológicas e atitudes em relação à violência doméstica, a hipótese foi parcialmente confirmada.

Hipótese 6. As pessoas tolerantes para com a violência doméstica apresentam níveis mais elevados de negativismo, de ressentimento, propensão para o ataque e irritabilidade. A hipótese foi parcialmente confirmada, como resultado, há correlação de atitudes em relação à violência doméstica e aos índices de hostilidade.

A análise teórica mostra que o fenómeno da violência doméstica é um problema atual na República da Moldávia que afeta a integridade humana. A sociedade desenvolve certos comportamentos e estruturas cognitivo-afetivas em relação ao fenómeno em questão, que oscilam entre os extremos da tolerância e da intolerância.

O objetivo da nossa pesquisa está em identificar a influência que a duração da relação de um casal tem na decisão de permanecer nesta e as atitudes dos parceiros sobre a violência doméstica. Assim, foram utilizados questionários e testes psicométricos que captam particularidades individuais psicológicas, bem como o conhecimento dos entrevistados sobre o abuso intrafamiliar.

A amostra centra-se sobre pessoas casadas, selecionadas de acordo com a longevidade/duração da relação, o que nos permite gerar a constituição de uma imagem com referência à atitude dos indivíduos, resultando dos critérios sociopsicológicos. Assim, podemos concluir que a idade dos indivíduos envolve alguma experiência de vida em concubinagem.

Conclusões

A análise teórica mostra que o fenómeno da violência na família é um problema atual na Moldávia, que afeta a integridade humana. A humanidade desenvolve certos comportamentos e estruturas, cognitivo-afetivas, em relação com o fenómeno em questão, que oscilam entre a tolerância e a intolerância.

Os resultados do estudo revelaram que, em geral, os entrevistados não estão bem informados sobre a violência da família. Metade dos entrevistados disse que tinha ouvido falar sobre o fenómeno da violência da família, mas não sabe muitos detalhes sobre esta questão. Quase um terço dos participantes percebem a violência doméstica como abuso físico por parte de homens contra mulheres, a maior parte sendo realizada por pessoas com idade superior a 45 anos. Cada oito pessoas com idade inferior a 18 anos, entende o fenómeno da violência doméstica como abuso sexual por homens contra mulheres. A violência física é um fenómeno mais conhecido entre os entrevistados. Pouco mais da metade dos participantes disseram que a violência pode ser psicológica. Entre outros tipos de violência mencionados está o verbal e sexual. Entre as principais causas de violência doméstica são consideradas como o alcoolismo e a pobreza. Estes são seguidos pela baixa escolaridade e o desemprego, o modelo familiar autoritário, e o desejo de emancipação das mulheres. Segundo os entrevistados, uma vítima de violência doméstica deve ser direcionada principalmente para a polícia pedindo-se ajuda. Em segundo lugar recorre-se à psicóloga, parentes e amigos, tribunal, médicos, centros especializados e departamentos de assistência social. Enquanto isso, a vítima de violência doméstica exige atendimento psicológico especial. Entre outros tipos de assistência necessária à vítima foi assinalada, a assistência médica, jurídica, e a oferta de habitação, colocando a vítima num local seguro. Note-se que cerca de um terço dos participantes foram notificados de que uma vítima de violência doméstica precisa de apoio e ajuda de qualquer tipo (médica, jurídica, psicológica e assim por diante).

Entre os conselhos mais comuns dado pelos respondentes a uma vítima de violência doméstica, conta-se o recurso à polícia ou poder judicial, divórcio, a deixar a família e ir para um centro especializado, ou pedir ajuda aos parentes/amigos.

Recomendações

Por fim, propõe-se algumas recomendações, como indicadas para futura análise. Como os resultados da pesquisa revelaram, a maioria dos entrevistados conhecem pouco o fenómeno da violência doméstica. Assim, para os meios de comunicação, sugere-se a criação de alargadas campanhas de educação, especialmente entre a população rural. A ênfase deve ser colocada sobre o fato de que a violência doméstica pode ocorrer em todas as famílias, independentemente do estatuto socioeconómico. No entanto, as pessoas devem entender que a violência manifesta-se não apenas como um abuso físico e psicológico, mas também de forma sexual, verbal e económica.

Referências Bibliográficas

Centro Internacional para a Protecção e promoção dos Direitos da Mulher "La Strada". (2005). *O tráfico humano na Moldávia. Comentários, tendências, recomendações.*, 24.

Coord. Mostavi. (2008). Guia para intervenção em casos de violência doméstica. *pp. 22-24*.

Centro Internacional *"La Strada"* (2007). *Estudo sobre a opinião pública sobre a violência doméstica*. p. 315. Chisinau.

A Plataforma de Acção de Pequim. (Vol. I). (1995).

Alves, C. (2005). *Violência doméstica.* Coimbra.

Apostol A., B.-L. V. (s.d.). *Análise e elaboração do projeto de lei sobre a prevenção e combate à violência doméstica, realizada por um grupo de peritos.* Moldavia .

Aquino, R. R. (2007). *Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF) e escala de vulnerabilidade ao estresse no trabalho (EVENT): evidência de validade. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia.* Univ.

Bandura, A. (1982). *Self-efficacy mechanism in human behavior.* American Psychologist.37(2), pp. 122-47. NJ: Prentice-Hall.

Baptista, M. N. (2006). *Auto-eficácia, lócus de controle e depressão em mulheres com câncer de mama*. Psicologia Argumento, Curitiba, 24(44), 27-36.

Batar, D. (2004). *Dinâmica familiar na sociedade.* Romenia, Sibiu: "Lucian Blaga" Universidade de Sibiu.

Berlinschii, A. (2010). *Metodologia de pesquisa criminológica violência doméstica.* Chisinau .

Bernett, O. M. (1997). *Family violence across the lifespan. An introduction, Thousand Oaks.* London, New Delhi: Sage Pub.

Bodrug-Lungu, V. &. (2005). *Violência doméstica. Aspetos sociais e jurídicos.* pp. 12-13. Chisinau: Ed: CEP USM.

Clivada S., G. V. (2001-2009). *Assistência psicológica aos casos de violência doméstica. Programa de diagnóstico e reabilitação das vítimas e agressor.* pp. 230-232. Chisinau.

Costa, M. T. (2008). *Violência doméstica contra as Mulheres.* Manaus. Diário oficial, Nº 5. (09.2008). *a entrada em vigor*.

Fonseca, A. (1997). *É a descrição dos diversos sintomas que se observam associados num quadro clínico, de patogenia conhecida, múltipla ou mesmo desconhecida.* p. 333.

Goodkind, J. R., Gillum, T., Bybee, D., & Sullivan, C. (2003). *Psychology of Violence.* 9, pp.347-373. Thousand Oacks, California: Sage Publication

Mihailic, S. W. (2007). *Encyclopedia of DomesticViolence.* p.645. Thousand Oacks, California: Sage Publication.

Mitrofan, N. &. (1996). *Psicologia Sociala.* p. 433. Iasi: Polirom.

Munteanu, A., & apud Stark, E. F. (2003). Woman et risk. . In A. Neculau, *Violencia. Aspectos Psicologicos.* pag.149. Iasi : Polirom.

Neculau, A. &. (2003). *Violência. Aspectos psicossociais.* Pag.139. Romenia: Polirom.

Pinto, J. M. (2009). *Impacto psicológico e psicopatológico da violência conjugal em mulheres vítimas acolhidas em casas de abrigo. Estudo exploratório em duas casas de abrigo do Grande Porto.* . Porto.

Radulescu, A. (2007). *Violencia domestica.* Romenia .

Radulescu, S. (2001). *Sociologia da violência intrafamiliar. Vítimas e abusadores da família* (Vol. pag.120). Editura Lumina Lex, Bray.

Roth-Szamoskozi, M. (2005). *Crianças e mulheres vítimas de violência doméstica.* Cluj-Napoca: Ed. Presa Universitara Clujeana.

Rovinski, S. L. (2004). *Dano psíquico em mulheres vítimas de violência.* . Rio de Janeiro: Lumen.

Schwartz, R & Nichols, M(1999). *A terapia familiar.* Iasi: Polirom, p.512.

Shepard, M., & Pence, E. (2003). *Coordenação das reaçoes da comunidade sobre , violência doméstica.Modelo Duluth.* Chisinau: Tehnica-INFO, p.296.

Scherer, M. &. Adams. C. H. (1983). *Construct validation on the self-efficacy scale.* . Psychological Reports, 53, 899-902. USA: Capella University.

Turliuc, M., Karner-Hutuleac, A., & Danila, O. (2009). *A violência doméstica. Teorias, características e intervenções.* Iasi: Universidade Alx. I. Cuza.

Anexos

Anexo A: Questionário Social " Questionário para identificar a opinião pública sobre a violência doméstica?"

Sexo: Feminino / Masculino

Idade: _____

Casado (a): Sim / Não

Se respondeu Sim, há quantos anos? _____

Se respondeu Não, tem: parceiro (a), amigo (a), namorado (a)? Sim / Não

Se respondeu Sim, há quantos anos? _____

1. Coloque um círculo nas palavras às quais, na sua opinião, é atribuído, o termo violência:

a. Agressividade

b. Vítima

c. Agressor

d. Constrangimento

e. Conflito

f. Sofrimento

g. Proibições

h. Dominação

i. Ofensa

j. Outras_____

2. O que você pensa sobre as seguintes afirmações, relativas à violência doméstica?

Nota: Verdadeiro-1 / Falso -0

		Verdadeiro	Falso
1	As mulheres provocam a violência e "merecem-na "de alguma forma.		
2	Mulheres gostam da violência, caso contrário abandonariam a relação.		
3	Violência ocorre apenas em famílias desfavorecidas.		
4	Ninguém tem o direito de se envolver em conflito entre parceiros /cônjuges.		
5	A violência é causada pelo consumo de álcool.		
6	Mulheres agredidas batem nos seus filhos.		
7	Homens violentos vêm de famílias violentas.		
8	Um homem que não pode bater na sua mulher, então, não a ama de verdade.		
9	Pessoas violentas abusam, porque não conhecem outra maneira de expressar emoções.		

10	Bater é legítimo pela consagração do matrimónio.		
11	Uma mulher agredida pode, a qualquer momento, separar-se do agressor.		

3. Uma única estalada recebida, pode ser considerada uma forma de violência?

Sim (1) / Não (0)

4. Na sua opinião como deve proceder:

a. Uma jovem recebe uma primeira estalada do namorado.

1. Ir embora
2. Deixar o namorado.
3. Perdoar e continuar a viver junta

b. Uma mulher que vive há mais de dez anos com um parceiro violento.

1. Ir embora
2. Deixar o parceiroe divorciar-se.
3. Perdoar e ficarem a viver juntos.

5. Refúgio seguro para ajudar as vítimas de violência doméstica.

1. Policia
2. Parentes, amigos
3. Abrigos, centros especializados
4. Advogados, departamentos juridicos
5. Psicólogos, assistentes sociais, médicos
6. Telefone de confiança

6. Quais são os tipos de abuso que, na sua opinião, são os mais difundidos na violência doméstica?

a. Violência física (espancamento)

b. Violência psicológica

c. Violência sexual

d. Violência económica (falta de acesso a recursos financeiros)

e. Violência espiritua

Anexo B: Teste de autoeficácia geral (General Self-Efficacy - Sherer (GSESH)

Data____/_____/_____ Código_____

Nome_____

Nr.	Afirmações	Acordo total	Acordo parcial	Desacordo parcial	Desacordo total
1.	Se me parece algo muito complicado, nem vou tentar experimentar.				
2.	Eu evito tentar aprender coisas novas, se me parecem muito difíceis.				
3.	Quando eu tento algo novo, e não tenho sucesso, desisto.				
4.	Quando faço planos, tenho a certeza que posso realizá-los.				
5.	Se da primeira tentativa falho ao cumprir a tarefa, tento de novo até ser bem sucedido.				
6.	Quando tenho de fazer alguma coisa desagradável, mas importante para mim, não desisto até a acabar.				
7.	Quando tomo uma decisão de fazer algo imediatamente, faço por conseguí-lo.				
8.	Insucesso, faz-me tentar mais.				
9.	Quando eu me proponho metas importantes raramente consigo alcançá-las.				
10.	Não me vejo capaz de resolver a maioria dos problemas que ocorrem na minha vida.				
11.	Quando ocorrem problemas inesperados eu não consigo resolvê-los muito bem.				
12.	Sinto-me inseguro sobre a minha habilidade de fazer algo.				

Anexo C: Questionário que estabelece o grau de expressão da sintomática psicopatológica (Symptom Check LIST-90-Revised – SCL-90-R)

Data____/_____/_____ Código_____

Nome_____

Nr	Até que ponto o incomoda ou se irrita, com as seguintes manifestações:	Nunca	Pouco	Médio	Muito	Extremamente
1.	Dores de cabeça.	0	1	2	3	4
2.	Tremores internos ou nervosismo	0	1	2	3	4
3.	Pensamentos desagradáveis, obsessivos, que se repetem várias vezes.	0	1	2	3	4
4.	Fraqueza e tonturas.	0	1	2	3	4
5.	Perda de prazer sexual ou de prazer em geral.	0	1	2	3	4
6.	A sensação de que você está descontente com os outros	0	1	2	3	4
7.	Sentimento que alguém pode dirigir os seus pensamentos	0	1	2	3	4
8.	Sensação de que todos os seus inconvenientes os outros são culpados	0	1	2	3	4
9.	Problemas de memórias.	0	1	2	3	4
10.	Negligência da sua parte.	0	1	2	3	4
11.	Rancor ou irritação de estímulos, mesmo dos aqueles pouco manifestados.	0	1	2	3	4
12.	Dores cardíacas ou na caixa torácica	0	1	2	3	4
13.	O sentimento de medo em espaços abertos ou na rua	0	1	2	3	4
14.	Diminuição da eficiência no trabalho ou retardo	0	1	2	3	4
15.	Pensamentos de suicídio	0	1	2	3	4
16.	Você ouve vozes que outras pessoas não ouvem	0	1	2	3	4
17.	Tremor.	0	1	2	3	4
18.	A sensação de que você não pode confiar na maioria das pessoas.	0	1	2	3	4
19.	Falta de apetite.	0	1	2	3	4
20.	Lágrimas.	0	1	2	3	4
21.	Timidez ou ansiedade na comunicação com pessoas do sexo oposto.	0	1	2	3	4
22.	A sensação de que está em uma situação sem resolução	0	1	2	3	4
23.	Medo, sem razão ou medo inesperado	0	1	2	3	4
24.	Raiva que você não consegue controlar.	0	1	2	3	4
25.	Medo de sair de casa sozinho.	0	1	2	3	4
26.	A sensação de que você é culpado em muitas situações	0	1	2	3	4
27.	Dor na região lombar.	0	1	2	3	4

28.	Sensação de que algo o está impedindo você de fazer algo.	0	1	2	3	4
29.	O sentimento de solidão.	0	1	2	3	4
30.	Falta de boa disposição, apatia.	0	1	2	3	4
31.	Muitos medos, por várias razões.	0	1	2	3	4
32.	Falta de interesse em qualquer coisa.	0	1	2	3	4
33.	Sentimento de medo.	0	1	2	3	4
34.	Os seus sentimentos são facilmente feridos.	0	1	2	3	4
35.	Sentindo-se de que alguém pode interferir em seus pensamentos.	0	1	2	3	4
36.	Sensações de que os outros não o entendem, ou não simpatizam a você	0	1	2	3	4
37.	A sensação de que as pessoas não são amigáveis ou que não gostam de si.	0	1	2	3	4
38.	A necessidade de fazer tudo muito lentamente para evitar erros.	0	1	2	3	4
39.	Batida do coração são intensas ou fortes	0	1	2	3	4
40.	Náuseas ou disfunção do estômago.	0	1	2	3	4
41.	A sensação de que você é pior do que outros.	0	1	2	3	4
42.	Dores musculares.	0	1	2	3	4
43.	Sensação de que outros o seguem ou dizem mexericos.	0	1	2	3	4
44.	Você encontrá-lo difícil de adormecer	0	1	2	3	4
45.	Necessidade de verificar e reverificar o que você esta fazendo	0	1	2	3	4
46.	Dificuldade em tomar decisões.	0	1	2	3	4
47.	Medo de viajar de autocarro, metro, comboio.	0	1	2	3	4
48.	Respiração difícil.	0	1	2	3	4
49.	Acessos de calor ou calafrios	0	1	2	3	4
50.	Sente a necessidade de evitar certos lugares ou fazer certas atividades, porque o assustam	0	1	2	3	4
51.	Perde facilmente o raciocínio.	0	1	2	3	4
52.	Dormência ou algumas sensações malhas em todo o corpo	0	1	2	3	4
53.	Fixo na garganta	0	1	2	3	4
54.	A sensação de que o futuro é indefensável	0	1	2	3	4
55.	Você encontrá-lo difícil concentrar-se	0	1	2	3	4
56.	A sensação de fraqueza em diferentes partes do corpo	0	1	2	3	4
57.	O sentimento de tensão e irritação	0	1	2	3	4
58.	Peso em finais	0	1	2	3	4
59.	Pensamentos sobre a morte.	0	1	2	3	4
60.	Excesso de alimentação.	0	1	2	3	4
61.	O sentimento de vergonha quando as pessoas o seguem, ou quando fala de si.	0	1	2	3	4
62.	Que, em sua cabeça, giram pensamentos estrangeiros	0	1	2	3	4
63.	Impulsos que levam a cometer traumas físicos ou prejuízo para os outros	0	1	2	3	4

64.	Insónia que ocorre pela manhã	0	1	2	3	4
65.	A necessidade de repetir ações: a tocar-se, para se lavar, pentear, etc.	0	1	2	3	4
66.	Sono agitado e ansioso.	0	1	2	3	4
67.	Sente impulsos para ferir ou destruir algo.	0	1	2	3	4
68.	A presença de pensamentos ou crenças que os outros não compartilham.	0	1	2	3	4
69.	Timidez muito pronunciada na comunicação com os outros.	0	1	2	3	4
70.	Sente-se desconfortável em locais públicos (lojas, cinemas).	0	1	2	3	4
71.	Sensação de que o que você exige necessita de muito esforço.	0	1	2	3	4
72.	Ataques de pânico ou terror.	0	1	2	3	4
73.	Timidez quando está a comer ou a beber em locais públicos.	0	1	2	3	4
74.	Que muitas vezes inicia discussões animadas.	0	1	2	3	4
75.	Nervosismo que aparece quando fica sozinho.	0	1	2	3	4
76.	Sensação que os outros não apreciam adequadamente as suas ações.	0	1	2	3	4
77.	O sentimento de solidão, mesmo quando os outros estão em torno de si.	0	1	2	3	4
78.	Agitação, tão poderosa que não pode ficar parada.	0	1	2	3	4
79.	Sentimento de nulidade de si mesmo.	0	1	2	3	4
80.	Sensação de que vai acontecer algo mau.	0	1	2	3	4
81.	Grita e atira o objetos.	0	1	2	3	4
82.	Medo de que vai desmaiar em público.	0	1	2	3	4
83.	Sensação de que as pessoas irão trair a sua confiança se você o permitir.	0	1	2	3	4
84.	Pensamentos sexuais que o irritam.	0	1	2	3	4
85.	Os pensamentos devem ser punidos por serem pecados.	0	1	2	3	4
86.	Pensamentos de pesadelos ou presságios.	0	1	2	3	4
87.	Pensamentos de que o seu corpo está errado.	0	1	2	3	4
88.	Não sente atração por qualquer pessoa.	0	1	2	3	4
89.	Sentimento de culpa.	0	1	2	3	4
90.	Pensamentos, na sua consciência, de que algo está errado.	0	1	2	3	4

Anexo D: Teste de confiança Romek V.G

Data____/_____/_____ Código_____

Nome_____

_____

Nr.	Afirmações	A	B	C
1.	Mesmo se não estou com disposição, tenho o cuidado de não perturbar os outros.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
2.	Na presença de uma pessoa autoritária (por exemplo, o diretor da escola) intimido-me facilmente.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
3.	Eu sou uma pessoa muito independente.	Não, mais negativos	Não posso responder exatamente	Sim, muitas vezes
4.	Quando há um conflito entre mim e uma pessoa próxima, prefiro desistir para evitar conflitos.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
5.	Se durante o serviço o patrão está perto de meu escritório, eu sinto-me desconfortável.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
6.	Escolho, com bastante facilidade, aquela estratégia comportamental que me dá a melhor maneira de conseguir o que eu tinha como objetivo.	Não, mais negativos	Não posso responder exatamente	Sim, muitas vezes
7.	Quando as circunstâncias são mais fortes do que eu, isso faz-me desistir de várias coisas.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
8.	Sinto-me desconfortável se os outros me oferecem ajuda.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
9.	Posso dizer que, em geral, dirijo o meu próprio destino.	Não, mais negativos	Não posso responder exatamente	Sim, muitas vezes
10.	Acho difícil comunicar aos outros os meus próprios sentimentos e experiências.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
11.	Sou forçado a lutar contra a minha própria timidez.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exatamente	Não, mais negativos
12.	Há muitas coisas de que eu me posso orgulhar.	Não, mais negativos	Não posso responder exatamente	Sim, muitas vezes
13.	Sou forçado a esconder os meus próprios sentimentos e experiências.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
14.	Se durante as discussões há uma pausa, depois fico todo confuso.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
15.	Tomo decisões rapidamente, sem avaliar os "pró" e os "contra".	Não, mais negativos	Não posso responder exactamente	Sim, muitas vezes
16.	Sou capaz, facilmente, de exigir a execução do trabalho.	Não, mais negativos	Não posso responder exactamente	Sim, muitas vezes
17.	Quando sou confrontado com alguns problemas no trabalho, eu tenho vergonha de pedir ajuda ao meu chefe ou a outra pessoa competente.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
18.	Estou certo de que represento uma pessoa com quem se pode contar	Não, mais	Não posso	Sim, muitas

	nas situações mais difíceis.	negativos	responder exactamente	vezes
19.	Se eu precisar do meu amigo, eu chamo-o, mesmo à meia-noite.	Não, mais negativos	Não posso responder exactamente	Sim, muitas vezes
20.	Não tenho coragem para ligar para qualquer instituição oficial.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
21.	Normalmente, recebo o que preciso.	Não, mais negativos	Não posso responder exactamente	Sim, muitas vezes
22.	É muito difícil iniciar uma discussão com um desconhecido.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
23.	Se um parente ou alguém próximo me irritar, então, eu prefiro dizer-lho diretamente.	Não, mais negativos	Não posso responder exactamente	Sim, muitas vezes
24.	Tenho habilidades e energia suficientes para fazer o que planeio.	Não, mais negativos	Não posso responder exactamente	Sim, muitas vezes
25.	Evito dizer coisas que possam ofender alguém.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
26.	Se alguém, está a olhar para mim quando estou a fazer algo, então, perco-me e começo a realizar um trabalho de qualidade inferior.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
27.	Às vezes aparecem-me pensamentos sobre a minha inferioridade.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
28.	Tenho cuidado para não incomodar os meus amigos com os meus problemas.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
29.	Sou tímido quando recebo elogios.	Sim, muitas vezes	Não posso responder exactamente	Não, mais negativos
30.	Eu poderia dizer que eu me estimo.	Não, mais negativos	Não posso responder exactamente	Sim, muitas vezes

Anexo E: Teste de hostilidade

Data____/_____/_____ Código_____

Nome_____

		Sim	Não
1.	Quando não me pedem de forma gentil alguma coisa, não faço o que o outro quer.		
2.	Eu não consigo descobrir o que acontece comigo.		
3.	Às vezes, faço mexericos sobre pessoas que eu não gosto.		
4.	Às vezes não consigo conter-me de não ofender os outros.		
5.	Eu sei que as pessoas tendem a falar de mim pelas minhas costas.		
6.	Eu perco a paciência facilmente, mas recupero rapidamente.		
7.	Quando desaprovo o comportamento dos meus amigos, digo-lhes.		
8.	Quando alguém faz uma regra, com a qual discordo, tento quebrá-la.		
9.	As pessoas parecem divertir-se o tempo todo.		
10.	Nunca me enervo tanto ao ponto de começar a atirar com objetos.		
11.	Eu não acho que haja qualquer razão para bater em alguém.		
12.	Tento ser cauteloso/amistoso com as pessoas que são mais amigáveis do que eu esperava.		
13.	Sou sempre paciente com os outros.		
14.	Muitas vezes, sinto que estou em desacordo com as pessoas.		
15.	Quando alguém me dá uma ordem, faço precisamente o contrário do que me pedem.		
16.	Quando me lembro do que aconteceu comigo, tenho uma sensação de alguns leves ressentimentos do passado.		
17.	Quando perco o temperamento, bato com as portas.		
18.	Quando alguém me ofende, eu faço o mesmo.		
19.	Há um número de pessoas que parecem não me aceitar por nada.		
20.	Sou mais irritante do que as pessoas imaginam.		
21.	Insisto com argumentos, quando alguém discorda comigo.		

22.	Quando as pessoas me dão ordens, não hesito em mostrar-lhes que eu entendi pela primeira vez.		
23.	Quase todas as semanas eu vejo alguém que eu não gosto.		
24.	Nunca me aventurei em jogos de azar.		
25.	Quem me insulta ou insulta a minha família, está à procura de confusão.		
26.	Há um número de pessoas que parecem estar com ciúmes de mim.		
27.	Fico com raiva, quando alguém se ri de mim.		
28.	Peço que as pessoas respeitem os meus direitos.		
29.	Às vezes, quando alguém me irrita, eu aplico-lhe um "tratamento calmo".		
30.	Apesar de não mostrar, às vezes, o ciúme tortura-me.		
31.	Quando estou irritado, às vezes, resmungo.		
32.	As pessoas que constantemente me incomodam precisam de um soco no nariz.		
33.	Às vezes tenho um sentimento de que as pessoas se riem de mim.		
34.	Se alguém não me trata bem, não fico com raiva disso.		
35.	Mesmo que me irrite não uso uma "linguagem dura".		
36.	Eu não conheço nenhuma pessoa que possa odiá-la completamente.		
37.	Às vezes faço expressões desagradáveis, se não posso fazer como eu quero.		
38.	Raramente luto, se alguém me ofende.		
39.	O meu lema é: "Nunca confie em estranhos".		
40.	Às vezes, as pessoas incomodam-me, simplesmente porque elas estão à minha volta.		
41.	Quando alguém me irrita, sou capaz de dizer o que penso sobre a pessoa.		
42.	Se eu deixar as pessoas perceberem o que eu sinto, seria considerado uma "pessoa difícil".		
43.	Após 10 anos, eu não perdi com a natureza.		
44.	Quando realmente perde a calma, sou capazes de bater em alguém.		
45.	Quando uma pessoa se comporta ou me faz algo de bom, eu penso, "Que motivo tem escondido?"		
46.	Muitas vezes sinto-me como um barril de pólvora pronto a explodir.		
47.	Quando as pessoas gritam comigo eu também lhes grito.		
48.	Às vezes sinto que eliminei da vida a parte cruel.		
49.	Não me lembro de estar num estado de nervosismo tão grande que tirasse uma coisa de mim e a quebrasse.		
50.	Entro em disputas, frequentemente, com os que me rodeiam.		
51.	Eu costumava pensar que a maioria das pessoas dizia a verdade, mas agora eu sei que não é assim.		

52.	Muitas vezes costumo assumir as grandes responsabilidades.		
53.	Quando estou a perder a calma, digo coisas desagradáveis ameaçadoras.		
54.	Às vezes, eu mostro a minha raiva batendo na mesa.		
55.	Se tiver necessidade de recorrer à violência física para defender os meus direitos, eu faço-o.		
56.	Eu não tenho inimigos que prejudiquem os meus sentimentos.		
57.	É difícil não ser um pouco áspero para com as pessoas que não gosto.		
58.	Eu não conseguia pôr alguém no seu lugar, mesmo que eles o mereçam.		
59.	Conheço pessoas que pressionam até ao momento em que vamos para a briga.		
60.	Raramente sente que as pessoas estão a tentar irritar-me ou a insultar-me.		
61.	Não deixo que as coisas sem importância me irritem.		
62.	Muitas vezes ameaço, mas, realmente, nunca põe em prática as ameaças.		
63.	Raramente estou nervoso, infeliz.		
64.	Quando tenho argumentos, tenho tendência a elevar a minha voz.		
65.	Em geral, não costumo dizer mal dos outros.		
66.	Eu prefiro desistir, do que recorrer a argumentos sobre algo.		